

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Amanda Romanelli Silva

***Brasil: Nunca Mais* – imprensa, transição política e memórias da ditadura**

Mestrado em História

São Paulo
2021

Amanda Romanelli Silva

***Brasil: Nunca Mais* – imprensa, transição política e memórias da ditadura**

Mestrado em História

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História, sob orientação da Profª Drª Heloisa de Faria Cruz.

São Paulo

2021

Banca Examinadora

Para Daniel, Elizabeth e João.

E para meus sobrinhos, Julia e Luis
Felipe, que mesmo no início de sua
trajetória educacional, já amam a escola e
seus professores.

O presente trabalho foi realizado com apoio
da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior – Brasil
(CAPES) – Código de Financiamento 001.

O presente trabalho foi realizado com apoio
do Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico (CNPq) –
Processo nº 134245/2018-0.

AGRADECIMENTOS

A materialização dessa pesquisa é a realização de um sonho. E, espero, uma pequena contribuição à produção historiográfica sobre o Brasil contemporâneo.

Foram muitas as mãos estendidas, os braços abertos e as palavras de encorajamento que recebi durante os três anos de realização dessa pesquisa. Espero, nas próximas linhas, conseguir demonstrar um pouco da minha gratidão.

Meus pais, Elizabeth Romanelli Silva e João Alves da Silva, são meus grandes exemplos e incentivadores. Graças aos sacrifícios, ao apoio, às orientações e ao amor que nunca faltaram em nosso pequeno (mas resistente) núcleo familiar, tornei-me a primeira da minha geração a alcançar o ensino superior. Duas graduações e uma pós-graduação depois, só posso dizer que essa pesquisa também é fruto do esforço deles.

Agradeço a Daniel Lopes Fernandes, meu amor e meu melhor amigo, por toda a compreensão e o suporte nos muitos momentos difíceis pelos quais passamos, antes e durante a realização deste trabalho. Apoiador de primeira hora da minha opção pela História, acompanhou-me desde o vestibular, no fim de 2012, quando éramos recém-casados, até a entrega desta dissertação. O jornalismo nos uniu, e a vida acadêmica nos uniu ainda mais.

Guy Pinto de Almeida Jr e Simone Harnik: agradeço por serem mais que amigos, mas irmãos de uma vida e parceiros de muitos sonhos, inclusive os acadêmicos. Obrigada pelo encorajamento e pela generosidade. Assim como vocês, um dia chegarei ao doutorado!

Agradeço a Adriana Cantor Cono por ser um suporte fundamental nessa jornada de profunda transformação. Além de ser a melhor psicóloga que eu poderia ter encontrado, também é mãe de uma historiadora puquiana, uma dessas coincidências que nos faz pensar sobre os encontros que a vida nos proporciona.

Para minha orientadora, Heloisa de Faria Cruz, todo meu afeto e minha admiração. Agradeço pela assistência, pela compreensão e pelos muitos resgates nas várias vezes em que me vi incapaz. Sinto-me privilegiada por sigo sua estagiária no Cedec, sua orientanda e sua aluna. Até por isso, desculpo-me pelas falhas cometidas na condução da nossa parceria – que, espero, continue e seja ainda mais produtiva.

A PUC-SP foi uma das instituições que por mais tempo estive vinculada. Foi um lugar em que construí conhecimento, vislumbrei possibilidades e enxerguei caminhos, por meio da convivência com professores e colegas. Faço agradecimentos especiais a Prof^a Dr^a Vera Lúcia Vieira – que foi minha orientadora na Iniciação Científica e me ajudou a ver que o mestrado era possível –, e aos professores Alberto Luiz Schneider, Carla Reis Longhi, Lauro Ávila Pereira, Maria do Rosário da Cunha Peixoto e Olga Brites, fonte de inspiração como docentes e pesquisadores, sempre atenciosos dentro e fora da sala de aula.

Gostaria de agradecer pela amizade e pela convivência com Ana Célia Navarro e Simone Fernandes durante meu período de estágio no Cedec. E não posso deixar de celebrar minha convivência com Viviane Tessitore: sua presença na minha vida foi curta, mas transformadora. Espero que essa dissertação faça jus à sua memória e ao seu trabalho junto ao *Projeto Brasil: Nunca Mais*.

Por fim, agradeço pelo financiamento da Capes e do CNPq. Se hoje estou mais perto de concluir uma transição de carreira, devo muito às bolsas que me permitiram dedicação integral à pesquisa. É um desejo e um compromisso devolver à sociedade, por meio do meu trabalho como historiadora, o investimento que me foi confiado por essas fundamentais instituições.

As nações terceiro-mundistas estão fartas de mitos que têm sido criados e fomentados para proteger o chamado "egoísmo racional" dos governos, bancos e corporações primeiro-mundistas.

Trecho do discurso de dom Paulo Evaristo Arns na abertura do Congresso Internacional de Entidades de Benemerência Não Governamentais, promovido pela ONU, em 19 de maio de 1985, em Dacar (Senegal)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar como a imprensa noticiou o lançamento de *Brasil: Nunca Mais* e as denúncias de torturas e assassinatos trazidas pelo livro no ano em que o Brasil voltou a ter um presidente civil, no contexto da transição política para o retorno à democracia. Consideramos *Brasil: Nunca Mais* como um importante marco sobre as memórias da ditadura brasileira, um tema de grande discussão até os dias atuais.

Considerado por muitos como a primeira Comissão da Verdade do país, por expor “histórias das torturas, dos assassinatos de presos políticos, das perseguições políticas e dos julgamentos tendenciosos” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p.22), o *Projeto Brasil: Nunca Mais* tornou-se referência na denúncia das violações dos direitos humanos na ditadura militar.

A pesquisa do *Projeto Brasil: Nunca Mais* foi produzida entre 1979 e 1985, e originou o livro de mesmo nome, publicado em julho de 1985. O objetivo era o de denunciar os abusos cometidos pela repressão a partir do golpe de 1964. As fontes utilizadas foram os processos criminais que tramitaram na Justiça Militar durante a ditadura, ou seja, uma documentação oficial, produzida pelo próprio aparato repressivo.

Palavras-chave: *Brasil: Nunca Mais*; imprensa; transição política; memórias da ditadura

ABSTRACT

This dissertation aims to analyse how the press reported the release of *Brasil: Nunca Mais* and the denouncement of tortures and murders disclosed by the book in the year when Brazil elected a civilian president again, during the political transition towards democracy. *Brasil: Nunca Mais* is considered an important landmark on the Brazilian dictatorship memories, still a topic of discussion to the present days.

Considered by many as the first Brazilian Truth Commission for exposing "tortures' stories, political prisoners' murders, political persecutions, and biased trials" (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 22), *Brasil: Nunca Mais Project* became a reference by denouncing the human rights violations in the military dictatorship.

Brasil: Nunca Mais Project's research was produced between 1979 and 1985, and it originates a book also named *Brasil: Nunca Mais*, published in July 1985. The book aimed to publicise all the abuses committed by Brazilian repression after the 1964 coup d'état. The sources used in this research were criminal actions instituted in the Military Justice during the dictatorship, that is, official documentation produced by the repressive apparatus itself.

Keywords: *Brasil: Nunca Mais*; press; political transition; dictatorship's memories

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Reprodução das páginas do Questionário 1 – Folha de caracterização dos denunciados – p. 46

Figura 2 - Reprodução da ficha de transcrição de depoimentos sobre tortura – p. 47

Figura 3 - Imagens dos 6 tomos (12 volumes e 6.891 páginas) encadernados da pesquisa produzida pelo *Projeto Brasil: Nunca Mais*. Reprodução da mostra virtual “*Brasil: Nunca Mais e violações de direitos humanos na ditadura*”, do CEDIC/PUC-SP – p. 50

Figura 4 - Capa do livro *Brasil: Nunca Mais* – p. 62

Figura 5 - Reprodução da capa do Caderno B do *Jornal do Brasil* de 23 de julho de 1985 – p. 79

Figura 6 - Capa de *O Globo* de 17 de julho de 1985, com o choro da deputada Bete Mendes – p. 90

Figura 7 - As duas páginas do semanário *Em Tempo*, com a lista de denunciados do “Bagulhão” – p. 106

Figura 8 - Capa do livro *Brasil: Sempre* - p. 117

Figura 9 - Capa do livro *Rompendo o silêncio* - p. 118

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. BRASIL: NUNCA MAIS, UMA PESQUISA NO CAMPO DOS DIREITOS HUMANOS	27
1.1. O nascimento do <i>Projeto Brasil: Nunca Mais</i>	37
1.2. Para divulgar a pesquisa, uma reportagem	54
2. A IMPRENSA BRASILEIRA NA TRANSIÇÃO E O LANÇAMENTO DE BRASIL: NUNCA MAIS – UM RELATO PARA A HISTÓRIA	65
2.1. 15 de abril de 1985 – e <i>Brasil: Nunca Mais</i> sai à luz	72
2.2. <i>Brasil: Nunca Mais</i> e a tortura na capa do jornal	78
2.3. O caso Bete Mendes: surge o nome do primeiro torturador	86
3. BRASIL: NUNCA MAIS, O REVANCHISMO E A LISTA DOS TORTURADORES	97
3.1. O caso Alexandre von Baumgarten e a narrativa do revanchismo	100
3.1. A lista dos 444 torturadores: a consolidação da obra	110
3.3. Os anos seguintes ao <i>Nunca Mais</i> : memórias da ditadura em disputa	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
FONTES	134
BIBLIOGRAFIA	139

INTRODUÇÃO

No dia 20 de julho de 1985, um sábado, a edição nº 20.625 do jornal *Folha de S. Paulo* destacava em sua manchete o aumento do valor dos combustíveis: a partir daquela data, um litro de gasolina passava a custar Cr\$ 2.470,00 e um litro de álcool, Cr\$ 1.600,00¹. A economia do país, que chegaria ao fim daquele ano com uma inflação acumulada na casa dos 200%, era o assunto da principal notícia da capa do jornal. O noticiário da política nacional, entretanto, dominava o restante da primeira página.

Logo abaixo da manchete, o jornal informava que o ministro da Justiça, Fernando Lyra, havia divulgado o texto do decreto que criava a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. Destacava, também, que o presidente José Sarney gravaria naquele sábado seu terceiro pronunciamento à nação, a ser transmitido em cadeia nacional de rádio e televisão na segunda-feira seguinte, para expor metas econômicas, sociais e políticas de seu governo.

Havia três meses que o Brasil voltava a ter um presidente civil – ainda que eleito de forma indireta –, após a interrupção do regime democrático causada pelo golpe militar de 1964. José Sarney tornou-se efetivamente o 31º presidente do país em 21 de abril de 1985, dia em que morreu Tancredo Neves, escolhido naquele mesmo ano para o cargo ao conquistar a maioria dos votos do Colégio Eleitoral.

Tancredo foi o designado para inaugurar uma nova era na política nacional, mas nunca exerceu a presidência – Sarney foi o governante do país, ainda que interino, já desde o dia da posse, 15 de março. No dia anterior, o presidente eleito havia dado entrada no Hospital de Base de Brasília com fortes dores, evidências de uma enfermidade que o mataria após 38 dias de internação.

¹ A moeda em vigência no ano de 1985 era o Cruzeiro. De acordo com a Calculadora do Cidadão (<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0>), ferramenta do Banco Central que possibilita a atualização monetária entre períodos distintos, o valor de Cr\$ 2.470,00 e Cr\$ 1.600,00 correspondiam a R\$ 9,77 e R\$ 6,33, respectivamente, em abril de 2021. O índice para correção de preços utilizado foi o IGP-DI (FGV), que era o indicador oficial de inflação usado pelo governo até novembro daquele ano.

O primeiro governo da Nova República, como foi denominado o período pós-ditadura, tinha a missão dual de preparar o país para o futuro (como elaborar uma nova Constituição, fazer a Reforma Agrária, garantir liberdades individuais) e lidar com uma série de questões não resolvidas do período autoritário – a comunidade de informações montada pela ditadura, e a ação de vários de seus integrantes, era uma delas.

Tanto que uma das notícias na capa daquela edição da *Folha* se referia ao assassinato de Alexandre von Baumgarten – a morte do jornalista, ocorrida em 1982, implicava ninguém menos que os generais Octávio Medeiros, que naquela época era o chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), e Newton Cruz, ex-chefe da Agência Central do órgão. A investigação sobre as circunstâncias da morte de Baumgarten ainda estava em curso naquele julho de 1985, e a *Folha* noticiava que as filhas do jornalista tinham prestado depoimento ao delegado que presidia o inquérito policial no Rio de Janeiro.

A página 5 do caderno de Política trazia, com certo destaque, uma foto de Patrícia e Fernanda von Baumgarten. A reportagem informava que as filhas lembraram, no depoimento, que o pai mostrava proximidade com o ex-presidente João Baptista Figueiredo – chegaram a se encontrar em um jantar num clube militar, indício de que Baumgarten era “muito bem relacionado com políticos, militares e com os administradores do País”, segundo afirmou o delegado Ivan Vasques de Freitas à reportagem.²

Além disso, Freitas colocou como ponto importante do depoimento um conselho que Patrícia ouviu do legista Harry Shibata, do Instituto Médico Legal de São Paulo, quando dele recebeu o auto de exumação do cadáver do pai: “Isto é uma briga no escuro e, no escuro, pode sobrar tiro para qualquer pessoa.” Uma insinuação de que o assassinato de Baumgarten estaria longe de ser um crime comum.

Logo abaixo da reportagem sobre o caso Alexandre von Baumgarten, uma pequena nota dizia, no título, que “uma equipe de pesquisadores” lançava um “livro sobre

² FILHAS de Baumgarten depõem no inquérito. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 jul. 1985, Política, p. 5.

repressão”. O texto da nota, com apenas 216 palavras e 1.410 caracteres – uma lauda de jornal –, apresentava *Brasil: Nunca Mais*, obra da Editora Vozes que havia acabado de chegar às livrarias.

Foi em um texto curto, publicado no meio da página de uma edição de sábado, sem qualquer destaque, que o nome do livro *Brasil: Nunca Mais* foi citado na grande imprensa pela primeira vez – ou, pelo menos, pela primeira vez nas fontes selecionadas para este trabalho. E, aparentemente sem qualquer relação, as duas notícias – a do caso Baumgarten e a do lançamento do livro – teriam mais proximidade do que a posição em uma página de jornal.

Afinal, no trabalho de pesquisa que deu origem à obra que, segundo a *Folha*, trazia uma “extensa radiografia da repressão realizada no Brasil entre 1964 e 1979”, o general Octávio Medeiros, um dos supostos mandantes do assassinato de Baumgarten, é apontado como reconhecido torturador – naquele momento, Medeiros era Comandante Militar da Amazônia e, como General de Exército, ocupava o posto mais alto da hierarquia da Força em tempos de paz.

E Harry Shibata, o legista de São Paulo que aconselhara a filha do jornalista Baumgarten, aparecerá como o responsável por vários atestados de óbitos fraudulentos, em que as reais causas de morte de muitos militantes, assassinados pela repressão, foram omitidas – o caso mais conhecido talvez seja o do assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, no qual o legista atestou um mentiroso suicídio.

Este é um pequeno exemplo das revelações trazidas por *Brasil: Nunca Mais*, que permitiram rápidas conexões entre figuras ainda atuantes na política brasileira e o período ditatorial recém-encerrado. A obra, que chegou às livrarias em 15 de julho de 1985 sem qualquer publicidade, rapidamente se tornou objeto de reportagens nos principais veículos de comunicação do país e atingiu o topo da lista dos livros mais vendidos, apesar de custar cerca de 10% do valor do salário mínimo vigente³.

³ O salário mínimo em julho de 1985 era de Cr\$ 333.120,00, equivalente a R\$ 1.317,67 em abril de 2021, segundo correção pelo IGP-DI (FGV). *Brasil: Nunca Mais* tinha o preço de Cr\$ 35 mil, de acordo com a reportagem da *Folha*, o que corresponderia a R\$ 138,44, também em abril de 2021.

Foram 91 semanas consecutivas na lista de best-sellers, o que fez com que *Brasil: Nunca Mais* se tornasse, à época, o livro de não ficção brasileiro mais vendido de todos os tempos. Foi reimpresso 20 vezes nos dois primeiros anos após o lançamento. Como afirma João Roberto Martins Filho (2002), “a memória militante sobre a ditadura militar ganhava, assim, um público significativo, para um país de relativamente poucos leitores.”

Mais de três décadas após sua publicação, *Brasil: Nunca Mais* ainda é considerado um importante subsídio para a pesquisa histórica sobre a ditadura militar. Também é recordado, por atores diversos (veículos de comunicação, militantes e movimentos de defesa dos direitos humanos), como um marcante instrumento de denúncia de abusos e torturas cometidos naquele período, bem como seus métodos e seus praticantes. Assim, podemos dizer que o livro, e a pesquisa que a ele deu origem – e que, juntos, formam o *Projeto Brasil: Nunca Mais* –, tornaram-se um documento-monumento (LE GOFF, 2016) da resistência à ditadura militar.

O livro *Brasil: Nunca Mais* foi pensado para ser, de fato, um marco de memória do período, intenção explicitada no subtítulo: “Um relato para a história”. Entretanto, é pouco estudado como objeto. Assim como a pesquisa, o livro ainda é visto prioritariamente como fonte, por causa de suas denúncias sobre mortes, torturas e por dar informações sobre os processos criminais que continuam encerrados nos arquivos da Justiça Militar.

A percepção de que o *Projeto Brasil: Nunca Mais* poderia ser trabalhado para além de um caminho para acessar os processos judiciais nele contidos nasceu durante a experiência de dois anos de estágio no Centro de Documentação e Informação Científica (Cedic) da PUC-SP. Mas a trajetória desta pesquisa iniciou-se bem antes.

Em algum dia do segundo semestre de 2012, decidi atender a um desejo da adolescência, que era o de cursar História. Jornalista contratada de um dos maiores jornais do país, havia acabado de alcançar o ponto mais alto da minha carreira como repórter esportiva: cobrir os Jogos Olímpicos, em Londres. Mas algumas inquietações, antigas e recentes, indicavam que eu deveria concretizar aquela antiga vontade.

Prestei vestibular uma década depois de ter iniciado a graduação em Jornalismo na Faculdade Cásper Líbero. Empenhei tempo e dinheiro nessa decisão que, para muitos, parecia leviana. Mas posso dizer, com convicção, que meus vínculos com a História e com a PUC-SP se tornaram muito mais fortes do que eu poderia imaginar.

Entre 2013 e 2020, tornei-me bacharel em História, concluí uma Iniciação Científica, fiz dois anos de estágio no Cedec e passei três anos (2018-2020) dedicada à pesquisa que se traduz nesta dissertação. Uma trajetória longa, de alegrias e dificuldades, mas que resultou em grande aprendizado e amadurecimento, como pessoa e como pesquisadora.

Em grande parte desse período, mantive minhas atividades profissionais no jornalismo – só deixei a exaustiva rotina da redação de jornal em abril de 2015. Ao longo desse tempo, precisei enfrentar o desafio da desconstrução do olhar de jornalista para a construção do olhar de historiadora no trabalho com as fontes da imprensa. E esse deslocamento não foi uma operação simples.

Marta Emisia Jacinto Barbosa (2006) nos provoca a pensar como devemos buscar uma forma de entender os processos de constituição da imprensa. É possível vê-la como um “espelho do mundo, a solução para o entendimento sobre o que está acontecendo” – e é mais ou menos dessa forma que um jornalista lê a imprensa. Mas, em uma tomada de posição como historiadora, no qual a imprensa se torna um objeto, ela deve ser “discutida teórica e metodologicamente, problematizando sua natureza social, suas relações sociais, seus processos de instituição”. E isso requer um “processo de aprendizagem”.

O mesmo desafio do deslocamento do olhar de jornalista para historiadora no trabalho com as fontes também se impôs no momento da escrita. Da rotina veloz do fechamento do jornal diário, em que o intervalo entre a apuração e o texto final é de apenas algumas horas, passei ao trabalho de longo prazo, com inúmeras reflexões, revisões e refações. Nessa dupla identidade, que muitas vezes foi conflituosa, espero ter avançado no rigor acadêmico exigido à historiadora, mas sem perder o feeling para os fatos e os acontecimentos da repórter que fui.

Assim, o envolvimento com a presente pesquisa começou no período entre junho de 2015 e junho de 2017, no estágio no Cedec realizado durante a graduação, quando tive a oportunidade de participar do projeto de recuperação histórica e metodológica do *Projeto Brasil: Nunca Mais* iniciado no segundo semestre de 2011 pela historiadora Viviane Tessitore.

Até então, conhecia *Brasil: Nunca Mais* como um livro sobre a tortura praticada contra os opositores da ditadura militar, quando li a obra durante o curso de Jornalismo. Naquela época, acessei *Brasil: Nunca Mais* de maneira puramente informativa. Essa visão mudou durante o estágio no Cedec, quando tive a possibilidade de voltar a ler o livro mas, fundamentalmente, conhecer a pesquisa de onde ele se originou.

Ao me aprofundar no processo de produção de *Brasil: Nunca Mais*, e em inúmeras conversas com Viviane sobre as várias dimensões de análise do *BNM*, surgiram os primeiros passos em direção ao trabalho que hoje se configura nesta dissertação.

A definição de um tema de pesquisa normalmente não foge de preferências pessoais e de questões conjunturais. Como jornalista, sempre tive interesse nos assuntos nacionais e, ao buscar a formação de historiadora, sabia que gostaria de pesquisar temas ligados à História do Brasil contemporâneo.

Além disso, em 2015, o Brasil já vivia um processo de instabilidade política – em dezembro daquele ano, o processo de impeachment de Dilma Rousseff foi aberto. Nas manifestações contra o governo da presidente eleita, alguns grupos pediam por uma nova intervenção militar. Para muitos da minha geração, nascida no início dos anos 1980, o saudosismo da ditadura não fazia sentido. Mas, nessas manifestações, o Brasil via os efeitos de uma transição pactuada, em que o passado ditatorial foi relegado ao esquecimento.

Dessa forma, a presente pesquisa articula uma série de questões, pessoais e conjunturais: a formação como jornalista, o início da vida acadêmica como historiadora, o momento político do país. Como nos propõe Laura Antunes Maciel (2004, p. 16),

como historiadores comprometidos no social, cabe-nos “voltar aos acontecimentos passados não apenas para conhecer sua história, mas para detectar as razões que o engendraram, [e buscar] transformar o presente sempre atentando para o que nele resta desse passado, tendo como horizonte a construção de um futuro diferente do que temos hoje”. Compartilhar essa proposição representa optar por uma perspectiva de atuação profissional e de investigação que afirme a vitalidade crítica da reflexão e da explicação históricas que invertam as relações passado-presente e nos orientem na busca dos modos e sentidos de mudanças históricas mais amplas.

É assim que se torna instigante a ideia de explorar *Brasil: Nunca Mais* como objeto e, como transformado em um marco de memória, foi retratado por veículos de comunicação impressos no ano do lançamento do livro, 1985. Até porque a discussão sobre os crimes cometidos na ditadura ultrapassou as comunidades de interesse (os movimentos de direitos humanos, por exemplo) e chegou ao debate público por meio da imprensa. *Brasil: Nunca Mais* é, sem dúvida, uma memória evocada para testemunhar sobre aquele período, memória essa que foi moldada pelo campo jornalístico.

Afinal, a imprensa é uma “(...) força social que atua na produção da hegemonia, a todo o tempo, articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com os quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro.” (CRUZ, PEIXOTO, 2007, p. 261).

Dessa forma, entendemos que a imprensa, por meio dos veículos e de seus profissionais, mais do que mera “recolhedora” de fatos, modela e interfere na realidade. Como diz Nelson Traquina (2016, p. 234):

(...) os jornalistas não são simplesmente observadores passivos, mas participantes ativos no processo de construção da realidade. E as notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real; as notícias acontecem na conjunção de acontecimentos e textos.

Ao dar destaque às denúncias de tortura, os métodos empregados e, especialmente, aos executores de tais atos, além de exaltar a condição de best-seller do livro, o

noticiário relacionado a *Brasil: Nunca Mais* traz à tona um passado que, para muitos, deveria ter lá ficado, após a implementação de uma anistia que se alimentou da noção do perdão e do esquecimento dos crimes cometidos.

É necessário pensar, contudo, que o livro *Brasil: Nunca Mais* é apenas o resultado mais visível de um trabalho muito maior que havia sido iniciado em 1979 por um grupo de pessoas que, pelo menos desde o início da década de 1970, trabalhava ativamente pela defesa dos direitos humanos e dos perseguidos pela ditadura brasileira.

O *Projeto Brasil: Nunca Mais* teve como objetivo analisar a documentação produzida pelo próprio aparato repressivo – no caso, os processos criminais baseados na Lei de Segurança Nacional que tramitaram na Justiça Militar – em busca das evidências que permitiriam denunciar os abusos cometidos pela repressão estatal a partir do golpe de 1964.

Foi, então, realizada uma pesquisa que envolveu advogados, historiadores, sociólogos, arquivistas e jornalistas, tendo sido apoiada financeiramente pelo Conselho Mundial de Igrejas (CMI), entidade ecumênica sediada em Genebra, na Suíça. Na linha de frente do projeto, estiveram dois grandes nomes da luta pelos direitos humanos no Brasil: o arcebispo de São Paulo, cardeal Paulo Evaristo Arns, e o reverendo Jaime Wright, da Igreja Presbiteriana do Brasil. Símbolos do ecumenismo e da atuação da sociedade civil na ditadura, eles foram os guardiões do *Brasil: Nunca Mais*, zelando pela segurança daqueles que participaram da pesquisa e garantindo a credibilidade do trabalho executado.

Leitura obrigatória para aqueles que estudam ou se interessam pela temática das violações dos direitos humanos durante a ditadura militar, o *Projeto Brasil: Nunca Mais* se tornou, por exemplo, fonte constantemente citada no relatório final da comissão da verdade oficial do Brasil, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída apenas em 2012.⁴

⁴ A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12.528/2011, instituída em 16 de maio de 2012 e encerrada em 16 de dezembro de 2014. Sua finalidade foi a de apurar graves violações de direitos

Podemos, portanto, apontar alguns fatores que contribuíram para o sucesso de *Brasil: Nunca Mais*. Por ter se baseado em documentos oficiais, a obra reivindica não ter vieses ideológicos ou revanchistas. Para reforçar tais valores, os autores posicionam o livro como uma “reportagem sobre uma investigação” – ou seja, sobre a pesquisa realizada pelo *Projeto Brasil: Nunca Mais* – “no campo dos Direitos Humanos” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2009, p. 19). Assim, evoca valores que também são caros à própria produção jornalística, como a objetividade. Não à toa, o livro recebe críticas favoráveis da imprensa por sua apuração em documentos oficiais e pela forma como o conteúdo da pesquisa foi levado à público.

Tais “qualidades” da construção de *Brasil: Nunca Mais* foram contestadas por militares apoiadores do regime. Caroline Silveira Bauer (2012) afirma que a partir do momento de publicização do conteúdo do *Brasil: Nunca Mais*, a memória sobre a tortura trazida pelo livro passou a ser considerada como oficial, o que levou os militares a afirmarem naquele momento que tinham vencido a guerra contra os subversivos, mas perdido a batalha da memória.

Essa disputa da memória, segundo Elizabeth Jelin (2002, p. 10), faz-se presente em eventos históricos traumáticos:

Más allá del “clima de época” y la expansión de una “cultura de la memoria”, en términos más generales, familiares o comunitarios, la memoria y el olvido, la conmemoración y el recuerdo se tornan cruciales cuando se vinculan a acontecimientos traumáticos de carácter político y a situaciones de represión y aniquilación, o cuando se trata de profundas catástrofes sociales y situaciones de sufrimiento colectivo.

O surgimento do livro *Brasil: Nunca Mais* e o seu conteúdo foram amplamente divulgados na imprensa, assim como um complemento da pesquisa: em novembro de 1985, foi liberada para os jornalistas e publicada em alguns jornais e revistas a

humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. O relatório final, em três volumes, foi entregue em 10 de dezembro de 2014 para a presidente Dilma Rousseff.

lista com o nome de 444 torturadores citados nos processos criminais compilados pela pesquisa do *Projeto Brasil: Nunca Mais*.

Em busca de entender como foi noticiado o lançamento de *Brasil: Nunca Mais*, sua repercussão e em que medida a imprensa influenciou na consolidação do livro como uma referência na discussão sobre a tortura e um marco de memória da ditadura no momento da transição política, optamos por trabalhar com veículos de mídia impressa da chamada grande imprensa. Neste caminho, há que se destacar o diálogo com alguns autores importantes na articulação da problemática.

No campo das relações sobre a memória, além das reflexões de Elizabeth Jelin sobre as lutas pelo passado e pela reconstrução da memória social na transição política nos países do Cone Sul, trabalhamos com os estudos de João Roberto Martins Filho, Maria Celina D'Araújo, Marcos Napolitano e Carlos Fico, refletindo sobre a guerra de memórias entre militantes e militares no Brasil, e com Caroline Silveira Bauer e Maria Paula Araujo sobre as aproximações e distanciamentos entre o *Nunca Mais*, na Argentina e no Brasil.

Ainda neste campo, indicamos que, como Michael Pollak (1989), entendemos que a memória é um espaço de disputa. As narrativas que conformam estas disputas só permanecem ativas por meio da apropriação coletiva, que lhes atribui sentidos e significações. Dessa maneira, pensamos a imprensa como um dos espaços de disputas sobre o passado ditatorial na conjuntura estudada, o ano de 1985, como o início da transição política brasileira no pós-ditadura.

Também trabalhamos com os documentos do próprio acervo da pesquisa do *Projeto Brasil: Nunca Mais*, incluindo o Projeto A (como é chamado o relatório final de 12 volumes), o livro, bem como entrevistas em vídeo realizadas posteriormente com participantes do projeto e que fazem parte do acervo do site *Brasil: Nunca Mais Digital*. Esse material foi fundamental para entender os passos da realização da pesquisa, bem como os trabalhos de Viviane Tessitore, Lawrence Weschler e Lucas Figueiredo. Para buscar vestígios da escrita do livro, recorreremos à autobiografia de Ricardo Kotscho e a biografia de Frei Betto.

Entendemos o *Projeto Brasil: Nunca Mais* como parte da rede de defesa dos direitos humanos articulada não só no Brasil, mas no Cone Sul, na década de 1970. Para acessar essa conjuntura, utilizamos a produção mais recente de Heloisa de Faria Cruz, além de Samarone Lima, Jan Rocha e Maria Victoria Benevides. E, de forma auxiliar, trabalhamos com a historiografia relacionada com a Lei de anistia, a transição política, a justiça transicional, o 3º Plano Nacional de Direitos Humanos e a Comissão Nacional da Verdade.

Por fim, dialogamos com autores como Heloisa de Faria Cruz, Maria do Rosário da Cunha Peixoto, Laura Antunes Maciel, Marta Emísia Jacinto Barbosa e outros que problematizam a utilização da imprensa na pesquisa histórica e a sua historicidade como linguagem social. Ainda no trabalho com a imprensa, recorreremos a estudos que abordam a atuação da imprensa e os veículos utilizados como fonte nesta pesquisa. Foram importantes para essa reflexão os trabalhos de Alzira Alves de Abreu, Marialva Barbosa, Beatriz Kushnir, Lauro Ávila Pereira e Elaine Muniz Pires.

Utilizamos como fontes os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo* – embora editados em São Paulo e no Rio de Janeiro, tinham abrangência em todo o Brasil. Também usamos duas revistas semanais de circulação nacional, *Veja* e *Isto É*, ambas com redações localizadas em São Paulo. As fontes foram escolhidas de acordo com a sua relevância no mercado jornalístico na conjuntura estudada, e com o objetivo de buscar diferentes abordagens sobre o lançamento de *Brasil: Nunca Mais* e seus desdobramentos. É preciso destacar, entretanto, que dentre os veículos selecionados, *Folha*, *JB* e *Veja* serão os mais densamente analisados, pelo fato de terem dado maior espaço no noticiário para *Brasil: Nunca Mais*.

Conforme Cruz e Peixoto nos sugerem em seu trabalho “Na oficina do historiador” (2007),

Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico no decorrer de toda pesquisa (...) (CRUZ E PEIXOTO, 2007, p. 262)

Dessa maneira, ao trabalhar com fontes jornalísticas, é preciso historicizá-las. E não há outra forma de fazê-lo a não ser com uma minuciosa exploração dessas fontes, buscando suas formas de produção, suas conexões internas (entre as variadas seções e temas explorados ou silenciados) e suas conexões externas (com a conjuntura). Além disso, no universo de fontes jornalísticas de veículos variados, também é importante compará-las entre si.

Para esta pesquisa, realizamos a sondagem inicial explorando os momentos em que *Brasil: Nunca Mais* era mencionado. O maior desafio, porém, foi o de desenvolver a "sensibilidade de leitura" necessária para a compreensão dos periódicos como forças ativas na conjuntura. Nesse esforço, em muitas leituras e releituras dos jornais e das revistas selecionados, pudemos constatar assuntos que estavam diretamente ligados à temática do *Brasil: Nunca Mais*. Foi assim que optamos por tratar de dois fatos que, na abordagem preliminar, fugiram ao nosso olhar: as denúncias da deputada Bete Mendes contra o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e as investigações do assassinato do jornalista Alexandre von Baumgarten⁵.

Com base em todo o material consultado e analisado, decidiu-se por construir esta dissertação em três capítulos. No primeiro, intitulado ***Brasil: Nunca Mais, uma pesquisa no campo dos direitos humanos***, abordamos a concepção e a realização do *Projeto Brasil: Nunca Mais*. Mostraremos que *Brasil: Nunca Mais* foi produzido por pessoas há muito envolvidas em ações de defesa dos direitos humanos no Brasil, tendo como figura de destaque o cardeal arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns.

Nesta parte inicial da dissertação, buscamos delinear a trajetória dos participantes do projeto e a participação deles em outras iniciativas na luta pelos direitos humanos no Brasil, como a Comissão de Justiça e Paz e o Clamor. Também abordamos aspectos da realização da pesquisa e a decisão de transformá-la em livro. Para isso, trazemos autores que trataram anteriormente da produção do *Brasil: Nunca Mais*,

⁵ O trabalho com as fontes jornalísticas é extenso e requer inúmeras consultas ao material dentro do processo de análises e reanálises da pesquisa. Como indicam Cruz e Peixoto (2007, p. 262), não é possível lidar com fragmentos de um veículo da imprensa sem reinseri-lo à publicação da qual faz parte. Assim, admitimos que a análise da revista *Isto É* foi prejudicada pela impossibilidade de realizar várias consultas às revistas, uma vez que seu acervo não está digitalizado e o acesso físico esteve impossibilitado por causa das medidas de prevenção da pandemia da covid-19.

como Lawrence Weschler e Lucas Figueiredo, e usamos a própria documentação do *Projeto* como fonte.

No segundo capítulo, **A imprensa brasileira e o lançamento de *Brasil: Nunca Mais* – um relato para a história**, tratamos do lançamento do livro e como a publicação da obra foi inicialmente tratada pela imprensa – para isso, utilizamos as fontes da mídia impressa em si. Neste capítulo fazemos uma breve análise conjuntural dos antecedentes do ano de 1985, com enfoque na transição política e nos investimentos no campo da comunicação e do jornalismo, e também buscamos historicizar os veículos de imprensa escolhidos como fonte, com o objetivo de entender seus posicionamentos frente ao momento político vivido pelo país e o impacto de suas escolhas diante do noticiário público.

Neste capítulo também abordamos um dos temas que mobilizaram a imprensa no ano de 1985: a denúncia da então deputada federal Bete Mendes, que fará uma conexão direta entre a atualidade daquele momento e o passado das torturas cometidas pelos agentes do Estado que a Nova República optara por esquecer.

Por fim, no terceiro e último capítulo, nominado ***Brasil: Nunca Mais, o revanchismo e a lista dos torturadores***, discutimos a repercussão do lançamento de *Brasil: Nunca Mais* e outros fatos trazidos pela imprensa durante o ano de 1985 – além do caso Bete Mendes, a reabertura das investigações do assassinato do jornalista Alexandre von Baumgarten – nas demonstrações públicas de descontentamento dos militares e as seguidas acusações de "revanchismo".

Também trazemos no capítulo a análise das reportagens publicadas sobre a divulgação da lista com o nome de 444 torturadores identificados pela pesquisa do *Projeto Brasil: Nunca Mais*. Em nossa análise, é a partir da publicação desta relação de acusados de serem torturadores, em novembro de 1985, que *Brasil: Nunca Mais* passa a assumir um caráter de marco de memória da ditadura, sob o ponto de vista da defesa dos direitos humanos, e uma referência para a pesquisa sobre a tortura e a ação deliberada dos agentes do Estado em crimes contra a humanidade. Encerramos o último capítulo com uma discussão sobre as disputas das memórias da ditadura, no qual *Brasil: Nunca Mais* é ponto de apoio (no caso da luta de familiares de mortos e desaparecidos por reparação) ou contraponto (ao ser refutado

por livros produzidos por militares em busca de sua própria versão para os anos de repressão).

Há de se destacar que os últimos anos, que passaram pelo marco dos 50 anos do golpe militar, em 2014, e pelas discussões sobre a Comissão Nacional da Verdade – de sua instalação até o encerramento dos trabalhos, com a publicação do Relatório Final –, a questão das memórias sobre a ditadura tem sido frequentemente trabalhada por historiadores e pesquisadores de outras áreas das ciências humanas, em artigos, livros e coletâneas.

Mas, além disso, os acontecimentos mais recentes, como a reorganização das forças conservadoras que derrubaram a presidente Dilma Rousseff, em agosto de 2016, e promoveram a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, bem como os vários atos do governo instalado em 2019, mostraram que as disputas das memórias da ditadura fazem parte, definitivamente, de uma guerra com muitas batalhas.

1. BRASIL: NUNCA MAIS, UMA PESQUISA NO CAMPO DOS DIREITOS HUMANOS

Brasil: Nunca Mais, livro de 311 páginas publicado pela Editora Vozes e que chegou ao público no dia 15 de julho de 1985, nunca teria existido se não fosse o *Projeto Brasil: Nunca Mais*. O livro é um produto da pesquisa realizada pelo *Projeto*, no campo dos direitos humanos, que começou a ser realizada em 1979, a partir da promulgação da Lei de Anistia⁶.

O *Projeto Brasil: Nunca Mais* analisou processos criminais baseados na Lei de Segurança Nacional que tramitaram na Justiça Militar. O objetivo era encontrar relatos de torturas, mortes e desaparecimentos, que permitiriam denunciar os abusos cometidos durante a ditadura por meio da documentação produzida pelo próprio aparato repressivo.

Foi uma pesquisa de fôlego, que envolveu advogados, historiadores, sociólogos, arquivistas e jornalistas, com o apoio financeiro do Conselho Mundial de Igrejas e a coordenação de Dom Paulo Evaristo Arns e do reverendo Jaime Wright. Entre 1979 e 1983, o *Projeto* analisou 707 processos judiciais e mais de 10 mil documentos relacionados, que somaram quase 1 milhão de páginas. O resultado foi a escrita de uma pesquisa de 6.891 páginas, divididas em 12 volumes e 111 quadros estatísticos. Da pesquisa, veio sua versão resumida, o livro.

Neste capítulo, vamos abordar a concepção e a realização do *Projeto Brasil: Nunca Mais*, observando que sua produção se deu em um momento de intensificação da luta pelo fim da ditadura militar. Também mostraremos que *Brasil: Nunca Mais* foi produzido por pessoas que já estavam envolvidas em ações de defesa dos direitos humanos no Brasil, por meio de sua atuação profissional e da participação em entidades e movimentos engajados nessa luta, tendo como uma figura de destaque o então cardeal arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns.

⁶ A lei nº 6.683, popularmente conhecida como Lei de Anistia, foi promulgada no dia 28 de agosto de 1979.

Para além de sua atuação como sacerdote, dom Paulo esteve envolvido em várias iniciativas prévias ao *Brasil: Nunca Mais* na defesa dos direitos humanos, e não apenas em relação às arbitrariedades cometidas no Brasil. O arcebispo também atuou na denúncia da tortura, das mortes e dos desaparecimentos no Cone Sul. Por isso, é importante destacar duas ações que, tal como o *Brasil: Nunca Mais*, foram desenvolvidas sob os olhares de dom Paulo: a Comissão Justiça e Paz de São Paulo, fundada em 1972, e o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os países do Cone Sul (Clamor), criado em 1978.

Não é objetivo deste trabalho se aprofundar nas realizações dessas duas iniciativas, de grande valor para a luta dos direitos humanos no Brasil e demonstradas em outras publicações⁷. O intuito de citá-las como movimentos anteriores é o de mostrar que os nomes envolvidos na realização do *Brasil: Nunca Mais* eram profissionais e ativistas já há muito engajados na difícil tarefa de defender os direitos humanos em um país sob ditadura.

A despeito de um certo heroísmo evocado na realização do *Brasil: Nunca Mais*, é preciso reconhecer, então, que se seus realizadores eram “heróis”, assim eram desde outros tempos, pois enfrentaram riscos reais desde antes do *Projeto*, em outros momentos críticos da vida nacional.

A questão do “heroísmo” dos engajados na luta pelos direitos humanos aparece na fala da socióloga Maria Victoria de Mesquita Benevides, na apresentação do livro *Fé na Luta*, sobre a Comissão Justiça e Paz. Ela afirma que, ao resgatar a trajetória da Comissão da qual também fez parte, não lhe interessa retratar a si e aos outros como “um grupo de pessoas excepcionais, como um ninho de ‘quase-heróis’”, mas como um grupo de pessoas comprometidas com a defesa dos direitos humanos:

Os membros da Justiça e Paz atenderam ao chamado de Dom Paulo e cumpriram com seu dever, ficaram marcados pelo compromisso com a defesa, a proteção e a promoção dos direitos humanos. Foram muito bem recompensados. Participaram de uma história bonita. Consolidaram, para toda a vida – como a marca do batismo –

⁷ Para mais informações sobre a atuação da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo e do Clamor, ver: ANDRADE e CRUZ, 2021; BENEVIDES, 2009; FESTER, 2005; LIMA, 2003; ROCHA, 2018.

a opção pelos princípios e a prática dos direitos humanos.
(BENEVIDES, 2009, p. 21)

Dentre essas três iniciativas, dom Paulo foi o “criador” apenas da Comissão Justiça e Paz, uma vez que o arranjo do grupo estava previsto dentro da estrutura da Igreja Católica. Nas iniciativas que resultaram na criação do Clamor e do *Projeto Brasil: Nunca Mais*, o religioso foi procurado por outras pessoas para dar o seu apoio – o que, na época, significava muito.

Afinal, dom Paulo, além do engajamento na defesa dos direitos humanos, trazia consigo o peso institucional de ser representante de uma parte da Igreja Católica⁸ que se colocava contra os arbítrios cometidos pela ditadura. Sua participação era uma garantia de segurança para aqueles que desafiavam o regime vigente para denunciar torturas, desaparecimentos e mortes. “Dom Paulo foi o grande personagem desse período de resistência. Foi o que aglutinou, juntou. (...) Ele foi a síntese da sociedade civil”, afirmou o jornalista Ricardo Kotscho (FESTER, 2005, p. 83) sobre o papel de dom Paulo no período.

A Comissão Justiça e Paz e o Clamor foram iniciativas que integraram a rede de movimentos de direitos humanos que surgiu no período entre 1960 e 1980, marcado pela repressão dos regimes ditatoriais no Brasil e em países do Cone Sul. Em tal conjuntura, indivíduos, grupos e entidades se organizaram e propuseram estratégias e formas de atuação contra a situação vigente. Em especial, a partir dos anos 1970, a questão dos direitos humanos passou a integrar a pauta das esquerdas no Brasil, em uma renovação da cultura política desses grupos contra o terrorismo de Estado.

Entre a segunda metade da década de 1970 até os anos 1980, essa rede (e as organizações que dela participavam) atuou com maior efetividade nas ações de apoio a refugiados, presos e perseguidos políticos, bem como na disseminação da contrainformação e na denúncia de crimes contra os direitos humanos.

⁸ A Igreja Católica, por meio da Conferência Nacional dos Bispos (CNBB), posicionou-se favoravelmente à derrubada do governo de João Goulart em 1964, como forma de evitar o “comunismo” (FREIRE e SIDOW, 2016, p. 59). Após o endurecimento da ditadura, com a edição do AI-5, os setores mais progressistas da Igreja passam a atuar politicamente, inclusive como interlocutores na defesa dos perseguidos. (BENEVIDES, 2009, p. 20)

Ainda que tenha sido realizado de forma absolutamente sigilosa, com seus resultados tendo conquistado visibilidade apenas em 1985, é possível dizer que o *Projeto Brasil: Nunca Mais* fez parte dessa rede – não como ação, mas como ideia. Até porque se aproveitou da estratégia de difusão de informações adotada pelos integrantes dessa mesma rede.

Brasil: Nunca Mais reuniu, em um só trabalho, várias das temáticas que as publicações da rede de direitos humanos abordavam: estudos jurídicos sobre as ditaduras de segurança nacional, relatos, testemunhos, material educativo sobre direitos humanos e a denúncia da tortura. Dessa maneira, também fez parte do movimento que publicizou e socializou denúncias, estudos e a divulgação de documentos que sustentou a luta em defesa dos direitos humanos e que, em parte, encontra-se vigente até hoje. (CRUZ, 2019, pp. 259-266)

Pretendemos, de forma breve, resgatar um pouco da trajetória de dom Paulo Evaristo Arns⁹. Certamente não se trata de dar conta da história de um homem que viveu 95 anos, tendo sido cardeal por 43 deles. O objetivo é trazer alguns elementos que mostram a atuação do religioso nos anos prévios e concomitantes a essas iniciativas.

Em 1969, Paulo Evaristo Arns – que três anos antes havia sido nomeado bispo auxiliar da região norte da cidade de São Paulo –, foi avisado que uma freira estava presa na Penitenciária Feminina¹⁰. Era a irmã Maurina Borges¹¹, acusada de

⁹ A completa biografia *Dom Paulo Evaristo Arns: um homem amado e perseguido*, de Evanize Sydow e Marilda Ferri (Expressão Popular, 2017), é usada como base para boa parte das informações sobre a trajetória do cardeal nesta pesquisa.

¹⁰ A Penitenciária Feminina fazia parte do Complexo Penitenciário do Carandiru, também formado pela Penitenciária do Estado, pela Casa de Detenção, pelo Centro de Observação Criminológica e pelo Presídio Especial da Polícia Civil paulista. Foi parcialmente demolido em 2002. Sobre o Carandiru, ver: COMPLEXO penitenciário do Carandiru. **Memorial da Resistência de São Paulo**. Disponível em: <http://memorialdaresistencia.org.br/lugares/complexo-penitenciario-do-carandiru>. Acesso em: 27 maio 2021.

¹¹ Irmã Maurina era diretora do Lar Santana, um orfanato para meninas em Ribeirão Preto. Foi presa sob a suspeita de abrigar membros do grupo guerrilheiro Forças Armadas da Libertação Nacional (FALN), que ela pensava serem do movimento estudantil. Levada de Ribeirão Preto para São Paulo, foi torturada por cinco meses. Antes de chegar à Penitenciária Feminina, esteve no Presídio Tiradentes. Em 1970, foi exilada do país como condição para a libertação do cônsul japonês Nabuo Okuchi, sequestrado pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Voltou ao Brasil em 1985, anistiada. Morreu em 2011, na cidade paulista de Araraquara, aos 84 anos. Sobre irmã Maurina, ver: MADRE Maurina. **Memórias da ditadura**. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/madre-maurina>. Acesso em: 27 maio 2021.

compactuar com a luta armada. Presa em 25 de outubro, passou a ser visitada diariamente por dom Paulo.

Por causa dos maus tratos sofridos pela religiosa, dom Paulo tomou conhecimento das torturas praticadas pelo Estado. “Foi o começo de uma ação que iria durar por toda a minha gestão de bispo”, afirmou dom Paulo (BENEVIDES, 2009, p. 36). À frente da Pastoral Carcerária, ele passou a visitar outros religiosos presos, como os frades dominicanos que estavam no Presídio Tiradentes, acusados de colaboração com a Ação Libertadora Nacional (ALN). Entre eles, estava Frei Betto¹².

Em 19 de outubro de 1970, dom Paulo Evaristo Arns foi designado arcebispo de São Paulo pelo papa Paulo VI. Quase três anos depois, em 5 de março de 1973, o mesmo papa faria de dom Paulo cardeal – o arcebispo paulista subia na hierarquia eclesiástica na mesma proporção em que recebia críticas da ditadura e da imprensa por sua atuação contra as arbitrariedades do regime¹³.

Pouco antes de se tornar cardeal, dom Paulo havia formado a Comissão Justiça e Paz em São Paulo, um organismo previsto dentro da hierarquia da Igreja Católica então liderada por Paulo VI¹⁴. Segundo Benevides (2009, p. 45), a decisão foi tomada pela necessidade de se criar um organismo de reação legal e legítima ao terrorismo do Estado brasileiro.

¹² Acusados de serem partidários da ALN, os freis dominicanos Ivo e Fernando foram presos em São Paulo no início de novembro de 1969. Carlos Marighella, o líder da ALN, foi assassinado pelas forças de segurança no dia 4. Frei Betto foi preso em 9 de novembro, em Porto Alegre (RS). Julgado apenas em setembro de 1970, foi condenado a quatro anos de prisão – dom Paulo Evaristo Arns estava na sala da Auditoria Militar, acompanhando o julgamento. Foi libertado em 4 de outubro de 1973. (FREIRE e SIDOW, 2016).

¹³ No seu retorno ao Brasil após ser nomeado cardeal, dom Paulo foi recepcionado na Praça da Sé por quase 10 mil pessoas. Os organizadores da recepção pediram que todos comparecessem ao ato com uma rosa na mão – o tema da celebração foi “Uma rosa é importante”. A intenção era a de demonstrar apoio ao arcebispo de São Paulo, que vinha sofrendo muitas críticas por sua posição de enfrentamento à ditadura. As opiniões contrárias a dom Paulo vinham na forma de editoriais e reportagens em veículos como o jornal *O Estado de S. Paulo* e a revista *Veja*. (SYDOW e FERRI, 2017, pp. 146-147)

¹⁴ O papa Paulo VI criou a Pontifícia Comissão Justiça e Paz em 1967, seguindo as diretrizes do Concílio Vaticano II, encerrado dois anos antes. A criação das Comissões Justiça e Paz, em todos os países, também foi incentivada pela II Conferência do Episcopado Latino-Americano, realizada em Medellín (Colômbia), em 1968. Uma Comissão Nacional de Justiça e Paz já havia sido formada no Brasil em 1969, e dom Paulo conseguiu a permissão do Vaticano para criar a comissão paulista. (BENEVIDES, 2009, p. 46; FESTER, 2005, pp. 16-18)

Em agosto de 1972, os primeiros membros da Comissão Justiça e Paz de São Paulo começaram a se reunir – era necessária a assessoria de especialistas que apontassem alternativas às violações sistemáticas. Formou-se, então, um grupo de leigos: advogados, sociólogos, jornalistas, estudantes e operários, que trabalhariam sob as bênçãos de dom Paulo (inicialmente, dentro da casa do próprio arcebispo) e da Igreja paulistana (na sede da Cúria).

A atuação da Comissão se daria, essencialmente, na luta contra a prisão ilegal, a tortura e a morte dos presos políticos, sem descuidar das violações no plano dos direitos sociais. Para isso, a Comissão criou uma ampla rede de informações, no Brasil (trocando informações com jornalistas e recebendo dados dos capelães das prisões) e também no exterior (no contato com organismos europeus de defesa aos direitos humanos), de forma a publicizar as violações o mais rápido possível, pressionando o governo e as forças de segurança. (BENEVIDES, 2009)

Segundo o próprio testemunho de dom Paulo Evaristo Arns:

A Justiça e Paz fez muito mais do que apenas defender milhares de pessoas que, apesar de inocentes, eram consideradas perigosas pelo regime militar. Dezenas, senão centenas e milhares de brasileiros foram preservados da tortura e mesmo da morte por causa da ação decidida e corajosa de todos os membros dessa comissão valorosa que Deus suscitou no momento mais decisivo de nossa reação contra o regime totalitário (...). (BENEVIDES, 2009, p. 27 apud ARNS, 2001, pp. 181-182)

Ao conseguir organizar a Comissão Justiça e Paz, “o cardeal começava a montar uma rede de defesa dos direitos humanos que, em poucos anos, se tornaria uma das principais pedras no sapato da ditadura”. (LIMA, 2003, p.44)

O empreendimento de dom Paulo na defesa dos direitos humanos também foi marcado por uma atuação ecumênica do cardeal. É dessa maneira que o arcebispo católico se aproximou do reverendo presbiteriano Jaime Wright, que também tinha o ecumenismo como uma marca de seu trabalho¹⁵.

¹⁵ Brasileiro filho de missionários americanos, Wright fazia parte da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB). Mas suas ações a favor do ecumenismo e dos direitos humanos eram mal vistas – o reverendo chegou a ser denunciado aos órgãos de repressão por membros de sua própria igreja. O presidente do

Em 1973, líderes de várias religiões pretendiam criar uma entidade ecumênica que contasse com a participação da Igreja Católica. Também era uma preocupação desse grupo a violência sistemática do Estado brasileiro. Em uma reunião que tratava de ambos os assuntos¹⁶, decidiu-se que era necessário fazer algo para enfrentar o problema. Jaime Wright ficou, então, encarregado de elaborar um folheto com os 30 artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, junto com textos bíblicos do Antigo e do Novo Testamento, e pronunciamentos das Igrejas participantes. O folheto foi publicado pela Editora Vozes, com 200 mil exemplares em sua primeira edição.

Com o material pronto e impresso, Jaime e o pastor Manoel de Melo, líder da igreja pentecostal O Brasil para Cristo, procuraram dom Paulo, para que ele participasse do lançamento do folheto, no que o arcebispo prontamente concordou. Tal iniciativa marcou uma primeira aproximação entre Wright e Arns.

Um drama pessoal, porém, selou a relação entre os dois religiosos. Em setembro daquele ano, o irmão de Jaime, Paulo Stuart Wright, foi preso. Também pastor presbiteriano, Paulo havia sido deputado estadual por Santa Catarina, e foi cassado após o golpe de 1964. Aderiu à clandestinidade e à luta armada, tendo ajudado a fundar a Ação Popular Marxista Leninista (APML).

Foi a dom Paulo que Jaime Wright recorreu para tentar localizar o irmão, que até hoje figura na lista de desaparecidos políticos. A partir de então, a parceria do arcebispo católico e do reverendo presbiteriano foi além da busca por informações sobre o paradeiro de Paulo Wright. Tornaram-se companheiros na ação pela defesa

Supremo Concílio da IPB, Boanerges Ribeiro, foi um dos dirigentes protestantes que mais colaborou com a ditadura militar. Em meados da década de 1970, Wright acabou se unindo a outros religiosos que eram perseguidos pela IPB. Os dissidentes fundaram a Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (IPU) em 1978. (ALÓ, 2020, posições 1604-1617; SYDOW e FERRI, 2017, pp. 168-170).

¹⁶ Os encontros ecumênicos eram frequentados por Jaime Wright (presbiteriano), dom José Ivo Lorscheiter (secretário-geral da CNBB), bispo Sady Machado (Igreja Metodista), bispo Arthur Kratz (Igreja Episcopal Anglicana) e o pastor Manoel de Melo (Igreja Evangélica Pentecostal O Brasil para Cristo). A entidade ecumênica fundada a partir desses encontros foi a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), em atuação até os dias de hoje. (SYDOW e FERRI, 2017, pp. 168-169)

dos direitos humanos no Brasil¹⁷, uma parceria que seria fundamental para a realização de outros projetos, incluindo o *Brasil: Nunca Mais*.

Juntos, o cardeal católico e o reverendo protestante se tornaram especialistas na “teologia das brechas”: uma estratégia, que assim foi batizada por Jaime Wright, por ocupar “brechas e lacunas deixadas pelas ditaduras, misturando ousadia, criatividade e uma percepção aguçada das oportunidades para denunciar as violações de direitos humanos”. (ALÓ, 2020, posição 1487 apud LIMA, 2003, p. 167)

Ao usar o termo “ditaduras”, cabe introduzir que dom Paulo e Jaime Wright também denunciaram a violência dos regimes de exceção dos países vizinhos – na década de 1970, Chile (1973), Uruguai (1973) e Argentina (1976) sofreram rupturas democráticas e passaram a viver sob ditaduras, gerando uma onda de exilados e refugiados políticos. Foi para atender a essas pessoas que foi criado, em 1978, o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os países do Cone Sul, o Clamor.

Em 1977, já se faziam presentes no Brasil os refugiados sul-americanos, em especial argentinos, que pediam a ajuda da Igreja Católica – muitos chegariam à Comissão de Justiça e Paz¹⁸ em busca de documentos, trabalho e hospedagem. Em contato com os exilados argentinos, a jornalista inglesa Jan Rocha, que vivia no Brasil e era correspondente da imprensa britânica, escreveu uma reportagem para o jornal *The Guardian* relatando uma situação assustadora no país vizinho: milhares de pessoas simplesmente desapareciam.

Da mesma forma, o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, que atuava na defesa de presos políticos, passou a receber em seu escritório cada vez mais exilados argentinos que ansiavam por denunciar os desaparecimentos em seu país de origem e conseguir refúgio legal no Brasil. Naquele momento, Greenhalgh ainda era um jovem advogado – não tinha nem 30 anos –, mas já se destacava na defesa dos perseguidos pela ditadura brasileira.

¹⁷ Um dos momentos mais marcantes dessa parceria foi a celebração do ato ecumênico pela memória do jornalista Vladimir Herzog, na Catedral da Sé, em 1975 – a celebração foi liderada por Arns, Wright e pelo rabino Henry Sobel, que se recusou a sepultar Herzog como suicida, confrontando a versão oficial da morte do jornalista divulgada pelos órgãos de segurança.

¹⁸ Com a criação do Clamor, a Comissão Justiça e Paz voltou a se concentrar na defesa dos brasileiros perseguidos pela ditadura. (ROCHA, 2018, p.28)

Sem atuação política antes de ingressar na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 1969, Greenhalgh começou a politizar-se no ambiente acadêmico. Seu trabalho na defesa de perseguidos políticos começou quando estava no último ano da graduação, em 1973.¹⁹

Pouco depois de formado, trabalhou no seu principal caso até então: o assassinato de dois líderes do PC do B, Ângelo Arroio e Pedro Pomar, no episódio que ficou conhecido como Chacina da Lapa, em 16 de dezembro de 1976. Greenhalgh assumiu a defesa de três dirigentes que foram presos e estavam incomunicáveis, sob tortura, no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) – Aldo Arantes, Haroldo Lima e Wladimir Pomar. Diante das evidências e dos depoimentos de seus clientes sobre a tortura, o advogado entrou em contato com repórteres do *Jornal da Tarde* e de *O Estado de S. Paulo*, denunciando o ocorrido. O fato, publicado na imprensa, fez com que os maus tratos acabassem (SPIELER e QUEIROZ, 2013, pp. 454-458). Greenhalgh entrou então para o grupo dos principais defensores de presos políticos em São Paulo.

Luiz Eduardo Greenhalgh e Jan Rocha acabaram se encontrando por intermédio de exilados argentinos, e debateram o que poderiam fazer a respeito daquela situação. A jornalista teve, então, a ideia de entrar em contato com Jaime Wright, a quem havia entrevistado algumas vezes. O reverendo presbiteriano aceitou o convite para se encontrar com Greenhalgh e aquele mesmo grupo de exilados. Dessa reunião, nasceu a ideia de formar uma organização, que se chamaria Clamor. (ROCHA, 2018, pp. 31-34)

Assim como aconteceria no *Projeto Brasil: Nunca Mais*, o Conselho Mundial de Igrejas seria contatado para dar suporte à nova entidade. Coordenador do CMI para a América Latina, Charles Harper era amigo de infância de Jaime Wright. Já atuante no auxílio aos refugiados sul-americanos, o CMI se tornaria aliado e financiador do Clamor. E, com essa aliança firmada, os dois presbiterianos foram a dom Paulo

¹⁹ Na metade do curso de Direito, Greenhalgh conheceu o advogado e teatrólogo Idibal Pivetta, de quem se tornou amigo. Em 1973, Pivetta foi preso por causa de sua atuação como defensor de perseguidos políticos. Greenhalgh então se ofereceu para ajudar o sócio dele, Airton Soares. Começou, então, a visitar presos políticos, fazer petições e acompanhar audiências. (SPIELER e QUEIROZ, 2013, pp. 449-450)

Evaristo Arns. O arcebispo recebeu a ideia com entusiasmo, e abriu espaço para que mais um grupo de atuação pela defesa dos direitos humanos pudesse trabalhar na sede da Cúria Metropolitana: além da Comissão Justiça e Paz e do Comitê Arquidiocesano para os Direitos Humanos dos Marginalizados, o casarão da Avenida Higienópolis também seria a sede do Clamor. (ROCHA, 2018, pp. 34-35)

O Clamor passou a atuar em duas frentes, no acolhimento dos refugiados que no Brasil chegavam e na denúncia das violações aos direitos humanos que ocorriam nos países vizinhos. Assim, o Boletim Clamor, que seria editado por Jan Rocha em três idiomas (português, espanhol e inglês), tornou-se um importante instrumento de comunicação com refugiados, familiares de desaparecidos e entidades.

Pelas páginas do Boletim, é possível acompanhar o surgimento da questão das crianças desaparecidas, que foram sequestradas pelas forças de repressão no Cone Sul. Foi a partir da localização das primeiras crianças pelo Clamor²⁰, e da estreita parceria do grupo com as Abuelas de la Plaza de Mayo, da Argentina, que a campanha pela localização das crianças ganhou credibilidade e divulgação internacional. (CRUZ, 2019, p. 275)

Como pudemos expor, foram muitas as vezes que as brechas deixadas pela ditadura acabaram utilizadas pelos religiosos e pelos leigos que a eles se associaram na luta pelos direitos humanos. Essas brechas foram condições fundamentais para a realização do *Projeto Brasil: Nunca Mais*.

²⁰ Em dezembro de 1976, um casal de irmãos – Anatole e Vicky – foi abandonado em uma praça da cidade chilena de Valparaíso. O menino, de quatro anos, afirmou que morava em Buenos Aires e que sua casa havia sido invadida por homens armados. A história das duas crianças, as primeiras “recuperadas”, foi desvendada pelo Clamor em 1979. Os irmãos eram filhos de Roger Julien e Victoria Grissonas, dois militantes uruguaios do Partido por la Victoria del Pueblo (PVP). Refugiados na Argentina após a instalação da ditadura no Uruguai, acabaram assassinados no país vizinho em setembro de 1976. Desde então, Angélica Julien procurava saber do paradeiro do filho, da nora e dos netos. Após receber a denúncia de que as crianças encontradas no Chile poderiam ser as desaparecidas da Argentina, o Clamor montou uma operação para confirmar a identidade dos irmãos, com idas de Jaime Wright e Luiz Eduardo Greenhalgh para o Chile. Com a confirmação, a notícia de impacto mundial foi transmitida no dia 31 de julho de 1979 em uma coletiva de imprensa, na sede da Cúria, em São Paulo – repórteres brasileiros e correspondentes dos principais veículos do mundo ouviram Jaime Wright, Luiz Eduardo Greenhalgh, dom Paulo Evaristo Arns e Angélica Julien falar sobre o encontro das crianças sequestradas. (ROCHA, 2018, pp. 105-119)

Nesta primeira parte da pesquisa, já apresentamos a atuação de três participantes do *Brasil: Nunca Mais*, e a longa trajetória deles na defesa pelos perseguidos políticos: o cardeal Paulo Evaristo Arns, o reverendo Jaime Wright e o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh.

A partir de agora, ao adentrar na trajetória de realização do *Projeto Brasil: Nunca Mais*, que se desdobrou em uma extensa pesquisa e na publicação do livro de mesmo nome, outros personagens serão introduzidos: a advogada Eny Raimundo Moreira, os jornalistas Paulo Vannuchi e Ricardo Kotscho, e o frei dominicano e escritor Frei Betto. Todos estiveram ligados, de alguma forma, ao trabalho realizado por dom Paulo Evaristo Arns e à rede de defesa dos direitos humanos que se formou a partir dos anos 1970, que criou condições para a realização de um trabalho extenso como o *Projeto Brasil: Nunca Mais*.

1.1. O nascimento do *Projeto Brasil: Nunca Mais*

A Lei de Anistia (Lei nº 6.683) foi sancionada em 28 de agosto de 1979 pelo presidente João Baptista Figueiredo, e permitiu que cidadãos brasileiros que tivessem cometido crimes políticos ou conexos com estes, entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, tivessem suas punições anistiadas. O país vivia o período da distensão política, iniciada no governo anterior, do general Ernesto Geisel, sob uma forte pressão popular.

Sem a promulgação da Lei de Anistia, não haveria o *Projeto Brasil: Nunca Mais*, que nasceu de uma intenção de preservar a memória da Justiça brasileira daquele período ditatorial. Afinal, com a Lei, os advogados puderam ter acesso a uma documentação muito valiosa: os processos judiciais de crimes políticos reunidos no Superior Tribunal Militar²¹. Para que a anistia fosse requerida, era necessário que os

²¹ Desde a edição do Ato Institucional nº 2, em 27 de outubro de 1965, os crimes políticos contra a ordem política, social e contra a Segurança Nacional (tipificados na Lei 1.802/1953) passaram a ser processados e julgados pela Justiça Militar, ainda que os acusados fossem civis. A Justiça Militar é o primeiro órgão julgador do Brasil. Foi instituída em 1º de abril de 1808. Em 18 de julho de 1893, por meio do Decreto Legislativo nº 149, foi instituído o Supremo Tribunal Militar, tendo seu nome alterado para Superior Tribunal Militar em 1946.

defensores pudessem analisar os processos de seus clientes. Assim, recebiam a permissão de acessar e retirar os processos do STM por 24 horas.

A advogada Eny Raimundo Moreira é apontada como a idealizadora do *Projeto Brasil: Nunca Mais* por ter sido a pessoa que desejou preservar, de alguma maneira, a documentação produzida pela Justiça da ditadura militar. Eny atuava no Rio de Janeiro, no escritório de Sobral Pinto²², notório advogado de presos políticos desde o período do Estado Novo (1937-1945). Os relatos de Sobral Pinto sobre a destruição dos documentos do Tribunal de Segurança Nacional da ditadura de Getúlio Vargas trouxeram a ela, segundo conta, o desejo de que algo semelhante não ocorresse com a documentação produzida na ditadura militar.

Durante todo esse tempo eu ouvi várias vezes o doutor Sobral contar que os processos julgados pelo Tribunal de Segurança da ditadura Vargas (...) foram todos destruídos ou porque foram queimados ou porque desapareceram com eles. Eu sei que essa memória da Justiça, entre aspas, durante a ditadura do Estado Novo, perdeu-se, como tantos fatos que a história do Brasil não registrou exatamente por causa dessa vontade de apagar a história. E de tanto o doutor Sobral Pinto repetir isso, acabou (...) num desejo que surgiu e foi crescendo em mim, que era o de salvar do incêndio a história da Justiça durante a ditadura militar (...). Por causa disso, coloquei na minha cabeça que tinha que achar uma maneira de conseguir fazer cópia dos processos [da Justiça Militar] (...). (ARMAZÉM MEMÓRIA, 2013)

Para além da atuação como defensora de presos políticos, Eny Raimundo Moreira também foi escolhida, em 1978, para presidir o Comitê Brasileiro pela Anistia. Sua atuação em ambas as frentes permitiu a ela trânsito entre representantes de entidades internacionais que tratavam da questão dos direitos humanos. “Acabei convidada por várias dessas instituições sediadas na Europa para ir aos países em que houvesse exilados brasileiros, que não sabiam de sua condição jurídica.” (ARMAZÉM MEMÓRIA, 2013)

²² O advogado Heráclito Fontoura Sobral Pinto (1893-1991) defendeu diversos presos e perseguidos políticos ao longo de sua atuação profissional, do Estado Novo à ditadura militar. Católico e anticomunista, defendeu o golpe de 1964, mas logo reviu sua posição – tanto que, aos 75 anos, foi preso após o anúncio do Ato Institucional nº 5, em 1968. Sobre Sobral Pinto, ver: SOBRAL Pinto. **Memórias da ditadura**. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/sobral-pinto>. Acesso em: 27 maio 2021.

Em uma de suas viagens ao exterior, Eny dividiu o desejo de preservar os arquivos da Justiça da ditadura com André Jacques, diretor da Cimade, uma entidade francesa que atuava junto a exilados e refugiados desde a Segunda Guerra Mundial. Ele recomendou que Eny viajasse à Suíça para uma visita ao Conselho Mundial de Igrejas, entidade ecumênica sediada em Genebra, e procurasse por Charles Roy Harper, coordenador do CMI para os direitos humanos na América Latina.

Recebida por Charles Harper por indicação de André Jacques, Eny Raimundo Moreira expôs a sua intenção de preservar os arquivos, e de também “fazer uma análise histórica” sobre tal documentação:

O Charles Harper ficou encantado com essa ideia. Eu me lembro que ele colocou as mãos na cabeça e falou: “meu Deus, que maravilha, que ideia fantástica! Você me faça um projeto escrito, sem dizer o que que é, fale por metáforas, que eu vou defender esse projeto junto a um grupo que tem poder de decisão e que é de absoluta confiança aqui dentro do Conselho”. Ele me pediu uma outra coisa (...). Ele me pediu para facilitar a aprovação desse projeto que eu conseguisse, no Brasil, quando eu voltasse, o aval do dom Paulo Evaristo Arns e do reverendo Jaime Wright, que pertencia ao Conselho Mundial de Igrejas e que era o contato mais direto do Conselho aqui no Brasil. Quando eu voltei para o Brasil, eu conversei primeiro com o Jaime Wright, que adorou a ideia, e depois pedi uma audiência a dom Paulo. Nesse dia que fui falar com dom Paulo Evaristo Arns, eu chamei o reverendo Jaime Wright, [para] que ele pudesse dizer ao dom Paulo que ele já tinha concordado em dar o guarda-chuva do Conselho aqui no Brasil, [mas] que faltava o guarda-chuva, a proteção do Dom Paulo. Dom Paulo ficou entusiasmadíssimo (...). (ARMAZÉM MEMÓRIA, 2013)

Não nos cabe discutir se há uma autoria exclusiva na idealização do que viria a ser o *Projeto Brasil: Nunca Mais*. Tanto Weschler (1990) quanto Figueiredo (2009), em seus trabalhos, colocam a realização do *Projeto* em uma perspectiva coletiva – ou seja, a de que um grupo de advogados levou adiante a ideia de conservar os arquivos da Justiça da repressão, em um plano executado sob sigilo por anos. Esse posicionamento, entretanto, faz sentido, uma vez que a preservação do nome dos participantes era uma condição cara para o sucesso do trabalho e para a segurança dos envolvidos²³.

²³ O jornalista americano Lawrence Weschler conheceu o reverendo Jaime Wright no segundo semestre de 1986, em Nova York, durante um almoço de lançamento para a imprensa da versão em inglês de *Brasil: Nunca Mais*, chamado *Torture in Brazil*. “Fisgado” pela história de um projeto secreto

Um dos advogados desse grupo foi Luiz Eduardo Greenhalgh, que dá o crédito a Eny Raimundo Moreira como idealizadora do *Projeto*:

A ideia do *Brasil Nunca Mais* foi da advogada Eny Raimundo Moreira, do Rio de Janeiro. Ela conversou com o Mário Simas, em São Paulo, que era advogado de presos políticos, e conversou comigo. Dizia que os processos do Tribunal de Segurança Nacional, da época da ditadura de Getúlio Vargas, foram todos incendiados, incinerados, quando da queda da ditadura, pelo Filinto Müller. E que isso não deveria acontecer quando no fim da ditadura militar de 64, que ela então achava que nós devíamos nos preparar para evitar a incineração de um lado e tentar obter cópias e fazer um trabalho com esses processos da Justiça Militar. (ARMAZÉM MEMÓRIA, 2013)

A depender da fonte consultada – e de quem relata a história –, há distintas versões sobre como Jaime Wright e dom Paulo Evaristo Arns, assim como o Conselho Mundial de Igrejas, aceitaram liderar o trabalho com os processos judiciais. É relevante dizer que, por muito tempo, dom Paulo e Jaime Wright foram os únicos a responder pelo *Projeto* (embora sempre tenham deixado claro que havia a colaboração de várias outras pessoas, e que elas permaneceriam no anonimato).

Outro ponto mencionado nas três fontes consultadas sobre a história do *Projeto Brasil: Nunca Mais* é que dom Paulo pediu para que o trabalho fosse realizado em São Paulo, embora a ideia inicial tenha vindo de uma advogada que atuava no Rio de Janeiro. Isso facilitaria a manutenção da segurança dos envolvidos. Apesar do pedido, o cardeal arcebispo de São Paulo nunca comunicou a realização do *Projeto* a seus superiores na Igreja Católica, o que deixa claro o envolvimento pessoal do religioso com o trabalho que estava sendo gestado.

Ele [Arns] não consultou os demais bispos nem antes nem depois de dar luz verde ao projeto, nem procurou obter permissão do Vaticano; na verdade, o Vaticano nunca ficou sabendo de nada. Arns havia dito aos membros da equipe que se alguma coisa desse errado ele assumiria a responsabilidade. Eles, por sua vez, disseram entre si que, se alguma coisa desse errado, todos se esforçariam por manter o nome dele fora do escândalo. E teria sido um escândalo enorme.

que se tornou um livro que, “de repente, apareceu nas livrarias”, o jornalista decidiu que iria a São Paulo para falar com o maior número de participantes do Projeto que pudesse encontrar. “Com exceção dele [Jaime Wright] e do cardeal Arns, nenhum dos participantes tinha até então falado com qualquer jornalista sobre o projeto.” Weschler descreve, no livro, como acabou encontrando e entrevistando participantes do projeto, e como decidiu, em sua escrita, disfarçar “alguns detalhes para proteger a segurança do projeto (...)”. (WESCHLER, 1990, p. 16, pp. 26-28)

“A maior crise na história das relações entre a Igreja e o Estado no Brasil”, foi como um dos membros da equipe descreveu-me o que estava em jogo, quando lhe perguntei o que teria acontecido se o projeto tivesse sido descoberto enquanto os militares ainda estavam no poder. (WESCHLER, 1990, p. 29)

Também é importante dizer que o Conselho Mundial de Igrejas, de maneira sigilosa, foi quem viabilizou financeiramente a realização do *Projeto* – todo o dinheiro investido na empreitada veio diretamente da Suíça para o Brasil.²⁴

Um dos motivos pelos quais Arns e Wright recorreram ao Conselho Mundial de Igrejas para o financiamento foi porque, ao mesmo tempo que Arns podia emprestar à equipe uma cobertura moral e prover uma certa medida de proteção física, ele não podia contar com fundos consideráveis da Igreja Católica sem levantar suspeitas de uma ampla e talvez não inteiramente solidária burocracia eclesiástica. Nesse aspecto, Potter [Philip Potter, secretário-geral do CMI], em Genebra, também estava agindo por conta própria, pois ele e alguns colegas selecionados do CMI estavam se responsabilizando pelo financiamento de uma grande operação secreta no Brasil sem informar nenhuma das Igrejas afiliadas no país, muitas das quais, tal como eu sugeri, poderiam não ser totalmente favoráveis à iniciativa. (WESCHLER, 1990, p. 29)

Conquistados o apoio institucional de dom Paulo e os recursos financeiros que viriam do Conselho Mundial de Igrejas, além de estabelecido o papel de intermediário do reverendo Jaime Wright entre essas duas instâncias, era o momento de montar a equipe para colocar o trabalho em marcha.

A depender da fonte acessada, o número de participantes do *Brasil: Nunca Mais* pode variar muito. Na história do *Projeto* que consta no site *Brasil: Nunca Mais Digital*²⁵, há a informação, atribuída a dom Paulo, de que eram “cerca de 35 pessoas”.²⁶ Da mesma forma, também foi registrado por dom Paulo que o *Projeto* “mobilizou ao menos cem pessoas”. (BENEVIDES, 2009, p. 99)

²⁴ O apoio financeiro secreto do CMI tornou-se uma das maiores subvenções individuais da história da entidade, com investimento de mais de 350 mil dólares. (WESCHLER, 1990, p. 25)

²⁵ Sobre a história do *Projeto*, ver: HISTÓRIA (1979-1985). **Brasil: Nunca Mais Digital**. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/historia.html>. Acesso em: 27 maio 2021.

²⁶ O sigilo e a discrição são as principais marcas da realização do *Brasil: Nunca Mais*. Muitas pessoas participaram do *Projeto* – algumas não foram identificadas, outras nem sequer sabiam a real motivação do trabalho para o qual tinham sido contratadas. Algumas, porém, foram identificadas ao longo dos anos. Além dos participantes que são retratados nesta pesquisa, cabe nomear outros como os advogados Luiz Carlos Sigmaringa Seixas e Mário Simas, a psicóloga e fundadora do Instituto Sedes Sapientiae Madre Cristina (Célia Sodrê Dória), a socióloga Vanya Santana, a historiadora Ana

É relevante dizer que, nos anos iniciais, o *Projeto Brasil: Nunca Mais* tinha outro nome: *Testemunhos Pró-Paz*. Ele só seria rebatizado pela denominação que se tornou conhecido em um momento muito próximo da publicação do livro. Mas, para mais fácil compreensão, optamos por designar a pesquisa e o projeto ao longo deste texto pelo seu nome definitivo.

Embora a sede do *Projeto Brasil: Nunca Mais* fosse em São Paulo, os processos judiciais que seriam alvo da pesquisa estavam depositados no arquivo do Superior Tribunal Militar, na capital do país. Assim, havia a necessidade de se montar uma estrutura em Brasília.

Para saber quais processos de natureza política deveriam ser solicitados no arquivo, os integrantes do *Projeto* levantaram os acórdãos do STM nos Diários Oficiais. Com essa informação, os advogados vinculados ao *Projeto* retiravam os processos, aparentemente atendendo aos interesses de seus clientes que buscavam ser anistiados. (TESSITORE, 2014, p. 279).

Uma pequena sala, em um prédio de escritórios de Brasília, foi alugada. Lá seriam instaladas três máquinas de fotocópia com o objetivo de duplicar a documentação. Não havia identificação naquele espaço, e os funcionários contratados só sabiam que deveriam fazer cópias do material que chegaria.

Eny Raimundo Moreira e Luiz Eduardo Greenhalgh passaram a visitar a sede do STM diariamente, cada um retirando um processo. Mas logo perceberam que estavam se expondo em demasia. Para diminuir os riscos, buscaram ajuda em Brasília. Um dos primeiros reforços foi Luiz Carlos Sigmaringa Seixas, conselheiro da seção brasiliense da Ordem dos Advogados do Brasil e defensor de presos políticos, e que acabou se tornando responsável pela sala comercial das fotocópias. Depois dele, vieram outros, e formou-se um grupo de 12 advogados.

O número de processos a serem duplicados aumentou consideravelmente, e a “central de xerox” do *Projeto* passou a funcionar 24 horas por dia, inclusive aos finais

de semana. Processos enormes, pesando entre 50 e 80 quilos, eram retirados de propósito às sextas-feiras. Dessa forma, o prazo de 24 horas para a devolução aumentaria para 72 horas, já que o arquivo do STM não funcionava aos finais de semana. (FIGUEIREDO, 2009, pp. 34-35)

Todas as cópias eram encaixotadas e despachadas para São Paulo, inicialmente em ônibus noturnos. Mas eram viagens de pelo menos 16 horas de duração, e sujeitas a atrasos, o que atrapalhava a logística dos responsáveis por receber o material. Assim, o despacho passou a ser feito por aviões e, para evitar suspeitas, por companhias aéreas diferentes. (WESCHLER, 1990, p. 41)

Paulo Vannuchi se tornou o principal nome do escritório em São Paulo. Segundo Lucas Figueiredo (2009, p. 28), era ele "(...) quem contratava funcionários, cooptava colaboradores, estabelecia os parâmetros da pesquisa e supervisionava todas as etapas do *Projeto*, desde o desenvolvimento dos programas de computador até a questão da segurança."

Vannuchi estava prestes a se formar em jornalismo pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (graduou-se em 1980) e tinha grande histórico de militância contra a ditadura. Iniciou sua atuação política em 1969, quando era secretário do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, da Faculdade de Medicina da USP. Entrou para a Ação Libertadora Nacional (ALN), tendo sido preso em 1971 e libertado cinco anos depois. Eny Raimundo Moreira, apesar de atuar no Rio de Janeiro, foi a defensora de Vannuchi no processo, segundo ele rememora:

A contratação da Eny foi parte de uma discussão que fizemos coletivamente, da importância de se ter em São Paulo um dos advogados do Rio. Naqueles anos, 1970, 1971, ainda tinha certa diferença de tom (...) os advogados de São Paulo tendiam para um encaminhamento (...) menos avesso às denúncias abertas, enquanto os do Rio (...) se caracterizavam por atitudes de denúncias públicas mais incisivas sobre o que estava se passando nos porões da repressão política: torturas, assassinatos, desaparecimentos. (ARMAZÉM MEMÓRIA, 2013)

Em outubro de 1975, quando ainda cumpria pena no Presídio da Justiça Militar Federal²⁷ em São Paulo, Vannuchi foi um dos 35 signatários de um longo documento de denúncia enviado ao então presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Caio Mário da Silva Pereira. A OAB pretendia mandar ao presidente Ernesto Geisel um memorial com denúncias de prisões irregulares e maus tratos. Mas Pereira lamentava, segundo uma pequena reportagem publicada pela *Folha de S. Paulo* em agosto, que não havia conseguido “fatos concretos, respostas objetivas, específicas” sobre os problemas levantados.²⁸

A resposta veio em um documento escrito pelos próprios presos, de dentro da cadeia, e retirado de lá por Luiz Eduardo Greenhalgh, que defendia alguns dos signatários. “(...) vimo-nos na obrigação, como vítimas, sobreviventes e testemunhas de gravíssimas violações aos direitos humanos no Brasil, de encaminhar a V. Sa. um relato objetivo e pormenorizado de tudo o que nos tem sido infligido (...), bem como daquilo que presenciamos ou acompanhamos recentemente (...).”²⁹

A carta, que ficou conhecida como “Bagulhão”, divide-se em três partes. Na primeira, estão transcritos os métodos de tortura utilizados pela repressão e o nome de 233 torturadores. Na segunda parte, são apresentadas todas as irregularidades jurídicas enfrentadas pelos réus e acusados. A última parte foi dedicada à descrição de casos de presos assassinados ou mutilados em decorrência de torturas.

Dentre os 16 assassinatos descritos, está o de Alexandre Vannuchi Leme, que era primo de Paulo Vannuchi. Estudante de Geologia da USP e militante da ALN, foi preso em 16 de março de 1973. Vitimado pelas torturas sofridas nas dependências do DOI-CODI de São Paulo, só teve sua morte divulgada no dia 23 de março – a

²⁷ Vinculado juridicamente ao Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo e administrativamente à Polícia Militar paulista, tem como nome oficial Presídio Militar Romão Gomes, embora também seja conhecido como Barro Branco (nome do bairro, na cidade de São Paulo, onde se localiza). O presídio foi criado para receber policiais militares que cometeram crimes. Mas, durante a ditadura, uma de suas alas foi destinada aos civis condenados pela Justiça Militar. Sobre o presídio, ver: PRESÍDIO do Barro Branco - Presídio da Polícia Militar Romão Gomes. **Memorial da Resistência de São Paulo**. Disponível em: <http://memorialdaresistenciasp.org.br/lugares/presidio-da-policia-militar-romao-gomes-presidio-barro-branco/>. Acesso em: 27 maio 2021.

²⁸ OAB apronta as denúncias que fará a Geisel. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1 ago. 1975, Nacional, p. 3.

²⁹ “BAGULHÃO”: A voz dos presos políticos contra os torturadores. **Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva**. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/livros/bagulhao>. Acesso em: 27 maio 2021.

repressão informou que ele teria sido atropelado em uma tentativa de fuga da prisão. Embora sua identidade fosse conhecida, e seus pais estivessem à sua procura desde então, foi sepultado como indigente no Cemitério de Perus³⁰.

Paulo Vannuchi foi libertado em 1976, e se tornou, no ano seguinte, um dos fundadores do Centro de Educação Popular (Cepis) do Instituto Sedes Sapientiae³¹. No segundo semestre de 1979, foi procurado por Luiz Eduardo Greenhalgh para se unir ao *Projeto Brasil: Nunca Mais*. “Eu comecei na equipe em uma situação de um pesquisador, e durante os cinco, quase seis anos de trabalho, foi crescendo o meu papel (...)”. (ARMAZÉM MEMÓRIA, 2013)

A ideia de retirar do arquivo do Superior Tribunal Militar quantos processos criminais fossem possíveis, sem que tal prática fosse interrompida ou seus reais motivos fossem descobertos, parecia improvável. Mas foi possível e alcançou seu objetivo. Em 1982, todas as peças encontradas por meio de acórdãos e que eram relacionadas à prática de crimes enquadrados na Lei de Segurança Nacional haviam sido retiradas do STM, reproduzidas e enviadas para São Paulo.

Uma vez na capital paulista, as páginas eram microfilmadas, e os rolos de microfilme eram enviados para a Suíça, para serem guardados no Conselho Mundial de Igrejas. Depois, cada processo recebia um número de identificação próprio, diferente da identificação dada pela Justiça Militar ou pelo Arquivo do STM. Começava, então, o processamento dos dados.

³⁰ Dom Paulo Evaristo Arns deu os pêsames a Paulo Vannuchi pelo assassinato de Alexandre, em uma de suas visitas aos presos políticos nas cadeias. Disse que celebraria uma missa pela memória de Alexandre, e assim o fez em 30 de março de 1973. A divulgação do culto foi censurada, e a polícia fechou os acessos à Praça da Sé. Mesmo assim, dom Paulo celebrou uma missa na Catedral para cerca de 3 mil pessoas. (FIGUEIREDO, 2009, p. 37)

³¹ O Instituto Sedes Sapientiae foi criado em 1975 pela madre Cristina, no bairro de Perdizes, em São Paulo. Vinculado a segmentos progressistas da Igreja Católica, tinha projetos de educação junto a movimentos populares e se transformou em um lugar de referência na luta pelos direitos humanos e contra a ditadura – o Sedes foi um dos locais que recebeu a equipe do *Brasil: Nunca Mais* durante a realização da pesquisa. Em mais um cruzamento de pessoas envolvidas com o *BNM* em outras atividades, Paulo Vannuchi passou a trabalhar com Frei Betto em 1979, quando este se tornou colaborador da equipe do Cepis. Os dois também desenvolveram trabalhos de formação junto a sindicatos do ABC paulista. (FREIRE e SYDOW, 2016, pp. 184-186).

O objetivo do *Projeto* era extrair o máximo de informações possíveis sobre a atuação da repressão contra os seus opositores. Para o processamento de dados quantitativos, foi desenvolvido um programa de computador. Para a pesquisa qualitativa, foram criados dois questionários, extremamente detalhados, em que os pesquisadores começaram a anotar informações como os dados sobre acusados e testemunhas, prisões e agentes estatais envolvidos, entre outros.

É preciso destacar que, no trabalho com uma fonte como o processo judicial, várias são as possibilidades de perguntas a serem realizadas a esse documento. A pesquisa realizada pelo *Projeto Brasil: Nunca Mais* explorou os processos ao máximo, retirando deles informações que se transformaram em quadros e tabelas. Mas é possível dizer que havia um fio condutor: era fundamental saber se informações sobre torturas, mortes e desaparecimentos estavam documentadas; como e em que circunstâncias, onde haviam ocorrido e pelas mãos de quem.

Para a busca de denúncias de torturas, o trabalho foi minucioso: uma pessoa percorreu todos os processos, em cinco anos, para extrair dados sobre sevícias. Para esses casos, também foi criado um questionário, em que se marcavam o tipo, a duração e o local da tortura, assim como a identificação do torturador, se possível (TESSITORE, 2014, p. 280). Não é coincidência, portanto, que o livro *Brasil: Nunca Mais* tenha a denúncia da tortura como seu tema principal. A opção por esse recorte já estava dada desde o início da pesquisa do *Projeto*.

A cada processo consultado, eram coletados os nomes dos denunciados e várias informações sobre eles, a serem preenchidas nas três páginas do Questionário 1 - Folha de caracterização dos denunciados. Esse era o primeiro passo para identificar uma vítima de tortura: havia um campo específico a assinalar para a denúncia.

ANEXO I
QUESTIONÁRIO 1: FOLHA DE CARACTERIZAÇÃO

NOME _____ DOS DENUNCIADOS								
SEXO <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F	IDADE <input type="checkbox"/> _____	NATURALIDADE <input type="checkbox"/> _____						
RESIDÊNCIA <input type="checkbox"/> _____								
INSTRUÇÃO NC= NADA CONSTA AN= ANÁLISETO P1= PRIMÁRIO INCOMPLETO P2= PRIMÁRIO S= SECUNDÁRIO								
CO= COLEGIAL UM= UNIVERSITÁRIO UI= UNIVERSITÁRIO INCOMPLETO EP= ESCOLA PROFISSIONAL EM= ESCOLA MILITAR								
OCCUPAÇÃO _____								
PRISÃO: 1) NADA CONSTA 2) SEM PRISÃO 3) COM PRISÃO								
ORGÃO RESPONSÁVEL 0) NADA CONSTA 1) AERONÁUTICA 2) EXERCÍTO 3) MARINHA 4) SOF-COS 5) CENAMAR	6) CISA 7) POLICIA CIVIL EST. 8) POLICIA FEDERAL 9) POLICIA POLITICA ESTADUAL 10) POLICIA MILITAR	MOMENTO 0) NADA CONSTA 1) ANTES ABERTURA IPM 2) DEPOIS ABERTURA IPM						
CIRCUNSTÂNCIAS 0) NADA CONSTA 1) EM ATIVIDADE POLITICA 2) POR INFORMAÇÕES 3) ESTAVA PRISAO 4) APRESENTAÇÃO								
PERÍODOS DE PRISÃO DE <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/>	MANDADO 0) NADA CONSTA 1) COM MANDADO LEGAL 2) COM MANDADO ILEGAL	COMUNICAÇÃO AUDITORIA 0) NADA CONSTA 1) COMUNICAÇÃO IMEDIATA 2) COMUNICAÇÃO ILEGAL						
ACUSAÇÃO 0) NADA CONSTA 1) MILITANTE ORGANIZAÇÃO 2) SIMPATIZANTE ORGANIZAÇÃO 3) QUALQUER OUTRA LIGADÃO ORGANIZADO 4) QUALQUER ATIVIDADE EM PARTIDO LEGAL 5) PART. EM ENTENHO DO MOV. DE MASSA 6) PORTE DE MATERIAL 7) AÇÃO VIOLENTA OU ARMADA 8) MANIFESTAÇÃO DE IDEIAS (INCL. REG.) 9) MANIFESTAÇÃO DE IDEIAS (MEIOS R. REG.) 10) MANIFESTAÇÃO DE IDEIAS (MEIOS ARTIST.) 11) ATAQUE AS AUTORIDADES 12) IDENTIFICAÇÃO COM R. REGIME DEPOSTO 13) INDISCIPLINA MILITAR								
DEPOIMENTO POLICIAL 1) NÃO DEPOS 2) ASSUME ACUSAÇÃO 3) ASSUME PARCIAL 4) NÃO ASSUME	DEPOIMENTO JUDICIAL 1) NÃO DEPOS 2) ASSUME TOTAL 3) ASSUME PARCIAL 4) NÃO ASSUME	TORTURA 0) NADA CONSTA 1) EXISTE DENÚNCIA						
PREVENTIVA - DECRETAÇÃO 1) SEM DECRETAÇÃO 2) DECRETADA NA FASE POLICIAL 3) DECRETADA NA FASE JUDICIAL		PREVENTIVA - REVOGAÇÃO 1) SEM REVOGAÇÃO 2) REVOGADA NA FASE POLICIAL 3) REVOGADA NA FASE JUDICIAL						
ENQUADRAMENTO INICIAL LEI <input type="checkbox"/> ARTIGO <input type="checkbox"/> PARÁGRAFO <input type="checkbox"/> ALÍNEA <input type="checkbox"/> INCISO <input type="checkbox"/>								
RAZÕES PRELIMINARES 1) INCOMPETÊNCIA 2) COISA JULGADA 3) LITISPENDÊNCIA 4) NULIDADE (AUSENCIA FORMALIDADES) 5) NULIDADE(COACÃO) 6) INÉPCIA DA DENÚNCIA 7) ENQUADRAMENTO INADEQUADO		MINISTÉRIO PÚBLICO DEFESA AUI STM STF AUI STM STF						
MÉRITO 8) PROCEDÊNCIA DA AÇÃO 9) IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO 10) INEXISTÊNCIA DE FATO 11) FATO NÃO CONSTITUE INFRAÇÃO 12) INSUFICIÊNCIA DE PROVAS 13) INEXISTÊNCIA DE PROVAS 14) CAUSA EXCLUDENTE CRIMINALIDADE 15) EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE		AUI STM STF AUI STM STF						
SENTENÇA	ABS. COM.	LEI	ARTIGO	PARÁG.	ALÍNEA	INCISO	ANOS	MESES
AUI								
STM								
STF								
AUI		PENA ACCESÓRIA	1) SUSPENSÃO DIREITO POLITICO	2) CASSAÇÃO	3) OUTRA			
STM		PENA ACCESÓRIA	1) SUSPENSÃO DIREITO POLITICO	2) CASSAÇÃO	3) OUTRA			
STF		PENA ACCESÓRIA	1) SUSPENSÃO DIREITO POLITICO	2) CASSAÇÃO	3) OUTRA			

Figura 1 – Reprodução das páginas do Questionário 1 – Folha de caracterização dos denunciados

Se uma denúncia de tortura era encontrada, outra ficha receberia a transcrição do depoimento sobre as sevícias. A ficha continha dados pessoais do denunciado (nome, profissão, idade), informações do processo (número da apelação e em que parte do processo estava a denúncia), o ano e o local em que ocorreram:

26	Afonso Celso Lana Leite		
PROF.	estudante	IDADE	25
LOCAL	MG-DOPS e Del. de Furtos/RJ-PE-V. Militar-PEL	ANO	1969
APELAÇÃO	38.805	VOL.	PÁG. 692 e 693
			CXCV
PORTE	auto de qualificação e interrogatório - Auditoria		

(...) esclarece que não é verdadeiro o seu depoimento porque ele foi obtido mediante coação moral e física. Que, tanto o declarante como os seus companheiros foram postos numa parede nos fundos de uma casa em Minas e ameaçados de serem fuzilados. Que isto não aconteceu em razão da intervenção de um Delegado que estava na diligência policial. Que, na mesma casa, foram espancados, depois conduzidos ao DOPS, foram sujeitos a espancamentos e que mais tarde, na Delegacia de Furtos e Roubos, sofreram várias torturas bem como lhe foram aplicado o chamado "pau-de-arara", choque elétrico, palmatória, hidráulico (afogamento); que, aqui no Rio de Janeiro, na Vila Militar, onde permaneceram mais 72 dias, onde lhes eram fornecidos alimentos insuficientes, com capacidade apenas de um copo; que, além do mais, durante dois dias consecutivos, após a chegada aqui no Rio, era jogado água na cela por meio de mangueira, a fim de não deixar ninguém dormir; mais tarde, por ocasião do seqüestro do embaixador, foi lançada uma bomba de gás lacrimogêneo, na sala, e que, também, nesta ocasião foi cortada a alimentação e constantemente, de quinze em quinze minutos, era atirada água para dentro da cela; que, no dia 8 de outubro, na P.E.L, posto de Segurança Nacional, quando era ministrada uma aula, na presença de cem pessoas foram trazidos para aquela aula companheiros e nesta ocasião, passaram filmes de fatos relacionados com torturas e em seguida era confirmada com a presença do denunciado, sendo, naquela ocasião também, torturados; ocasião esta coincidente com o seu depoimento; que estas torturas, ou seja, as acima descritas, se repetiram na Vila Militar. (...)

Figura 2 – Reprodução da ficha de transcrição de depoimentos sobre tortura

Diante de informações tão sensíveis, em um momento político do país igualmente delicado, era natural que a preocupação com a segurança fosse primordial. A maioria das pessoas que trabalhou no *Projeto*, nas mais variadas funções, não soube exatamente o motivo de seu trabalho – alguns não tinham a menor ideia, outros, tinham uma noção parcial. A falta de informações, de maneira proposital, protegia o *Projeto* e também os seus integrantes. Somente os coordenadores possuíam a visão total da pesquisa, e mantiveram o sigilo sobre suas ações.

A mesma cautela se deu nos endereços ocupados pelas equipes que trabalharam na pesquisa. Se houvesse qualquer suspeita de que o local poderia ser descoberto, rapidamente os trabalhos eram transferidos de lugar, e até pesquisadores eram trocados. Isso aconteceu pelo menos três vezes. A cada vez que uma mudança repentina de local se fazia necessária, dom Paulo Evaristo Arns encontrava um novo espaço para que o *Projeto* continuasse a ser realizado.

Apesar das suspeitas, os anos passaram e o *Projeto* foi desenvolvido sem sofrer ameaças. Ao final de 1983, 707 processos e um acervo de 10.170 documentos relacionados – atas de reunião, cartas, papéis avulsos, jornais, panfletos, bilhetes e diários apreendidos com os réus e acusados –, que somavam mais de 1 milhão de páginas, foram copiados, microfilmados, processados e analisados.

O resultado foi a escrita de uma pesquisa que tinha 6.891 páginas, divididas em 12 volumes e 111 quadros estatísticos. Desse material, ficava claro que:

(...) a tortura, a morte e o desaparecimento de presos políticos não foram práticas isoladas, adotadas por indivíduos degenerados, que ocupavam a base do sistema. As atrocidades (...) haviam sido planejadas e patrocinadas desde a cúpula do governo militar e das Forças Armadas. O verdadeiro torturador, o assassino frio, era o próprio Estado ditatorial. (FIGUEIREDO, 2009, pp. 64-65)

Ou seja, a pesquisa minuciosa dos dados realizada nos documentos deu a dimensão de como a violência contra aqueles considerados opositores à ditadura havia sido institucionalizada, em todos os níveis do governo, a ponto de constar na burocracia produzida por esse mesmo Estado abusador.

Para Jaime Wright, a “natureza incomum da ditadura militar no Brasil” permitiu que tantas informações comprometedoras fossem encontradas de forma ordenada, em arquivos regulares. “Sabe, os militares brasileiros eram tecnocratas. Faziam questão de fazer as coisas de acordo com as regras, mesmo que os resultados fossem cruéis e perversos. Por exemplo, eles tinham a obsessão de manter um registro completo de tudo o que faziam. Nunca pensaram que alguém fosse examinar esses registros – certamente não de modo sistemático. (...)” (WESCHLER, 1990, p. 22)

Não nos cabe aqui pormenorizar os resultados da pesquisa, devido a sua extensão. Mas é importante ressaltar o que a pesquisa busca evidenciar: as informações sobre a prática da tortura, privilegiando a perseguição aos integrantes de organizações de esquerda, utilizando-se de documentos oficiais da ditadura.

Isso porque: “Dos 707 processos, 446 se voltavam para abordar atividades das organizações partidárias clandestinas, numa profusão de siglas que ultrapassou a casa das quatro dezenas.” Sendo assim, a pesquisa se dedica, em um de seus tomos, a fazer uma reconstrução histórica dessas organizações de esquerda, em um “esforço de resumir sinteticamente a história e a linha política de cada um dos agrupamentos atingidos na ação repressiva do Regime Militar entre 1964 e 1979”. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 9)

Diante dessas observações, pretendemos, em linhas gerais, apresentar como o trabalho foi dividido e o conteúdo nele encontrado.

Como já mencionado, o *Projeto* produziu um relatório com 6.891 páginas, divididas em 12 volumes, num total de 6 tomos temáticos. Como o último tomo trata apenas de anexos, faremos uma breve descrição do conteúdo dos cinco tomos que abarcam análises conjunturais, temáticas, a metodologia aplicada para a realização da pesquisa e os resultados encontrados.



Figura 3 – Imagens dos 6 tomos (12 volumes e 6.891 páginas) encadernados da pesquisa produzida pelo *Projeto Brasil: Nunca Mais*. Reprodução da mostra virtual “*Brasil: Nunca Mais e violações de direitos humanos na ditadura*”, do CEDIC/PUC-SP

O primeiro tomo, com um volume, é intitulado *O Regime Militar*. Consta de uma apresentação, que, logo em seu início, informa: “O relatório que passamos a apresentar encerra os resultados de uma pesquisa, elaborada durante cinco anos, acerca da repressão política no Brasil, no período que vai de abril de 1964 a 15 de março de 1979” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. XIII). Ao longo da apresentação, assinada com a data de março de 1985, são descritos os objetivos da pesquisa, suas motivações e um resumo do que cada tomo apresentará como resultado.

A mesma apresentação ressalta o caráter objetivo que se pretendeu dar aos resultados. “(...) o que se pretendia era mesmo uma abordagem predominantemente descritiva, metodologicamente objetiva, e isenta o quanto fosse possível estar isento em matéria desta natureza.” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. XVII)

Após a apresentação, o primeiro tomo é dedicado a uma análise histórica sobre o Estado brasileiro, dando ênfase à tradição intervencionista dos militares nos rumos do país desde o período colonial (em que não havia uma força militar brasileira, mas portuguesa), em uma linha do tempo que segue até momentos prévios ao golpe de 1964.³² Depois, passa a descrever como se deu a ruptura que iniciou a ditadura militar, as instituições jurídico-políticas do regime e a doutrina de segurança nacional

³² Para embasar tal análise, a pesquisa utiliza os seguintes autores: Nelson Werneck Sodré, San Thiago Dantas, Octavio Ianni, Francisco C. Weffort, Moniz Bandeira e Thomas E. Skidmore.

que passa a vigorar. Por fim, a análise trata da estrutura do aparelho de repressão da ditadura, evidenciando a legislação de segurança nacional.

O Tomo I termina com um anexo, no qual consta a relação alfabética de indivíduos que tiveram seus direitos políticos cassados ou suspensos entre 1964 e junho de 1978. Além do nome completo e da ocupação de cada pessoa, a lista traz, em alguns casos, a data e a página do Diário Oficial em que a cassação ou suspensão dos direitos políticos foi publicada.

O Tomo II está dividido em três volumes, e é nele que se encontra a metodologia empregada na pesquisa, bem como boa parte dos resultados encontrados e tabulados, em mais de uma centena de quadros informativos. Esse tomo só não é maior que o Tomo V, que tem quatro volumes inteiramente dedicados às informações sobre tortura que foram retiradas dos processos judiciais analisados.

A exploração dos dados contidos no segundo tomo demanda tempo e paciência, diante da enorme quantidade de informações. O segundo volume deste tomo é dedicado apenas aos indivíduos que foram denunciados e indiciados pela Justiça, bem como às testemunhas e aos declarantes – são enormes listas que identificam nomes completos, gênero, idade e ocupação, além de informações relativas ao processo judicial a que correspondem. Já o terceiro volume, denominado *Os funcionários*, é dedicado a uma série de listas de nomes de pessoas que faziam parte do aparato estatal, diretamente envolvidas ou não com a repressão. É neste volume que consta a lista com o nome dos acusados de serem torturadores, que não foi publicada no livro, mas foi posteriormente disponibilizada à imprensa.

O Tomo III, chamado de *Perfil dos atingidos*, dedica uma pequena parte de suas páginas a caracterizar os réus dos processos judiciais analisados. É possível saber o número de réus, que a maioria deles eram homens, e que grande parte foi processada entre novembro de 1969 e novembro de 1974. Também há informações sobre faixa etária, naturalidade, local de residência, nível de instrução, órgão responsável pela prisão e até a média da pena a que foram condenados.

A grande parte do conteúdo do Tomo é dedicado a uma “classificação da natureza política dos atingidos”. Ou seja, a que grupo político os réus eram filiados – se é que eram filiados a algum grupo. A extração dos dados demonstra que mais de 60% dos processos apuravam atividades de organizações políticas de esquerda. Outros 25%, segundo os dados da pesquisa, eram processos de indivíduos que “representavam setores sociais facilmente identificáveis: militares, sindicalistas, políticos, jornalistas e religiosos”. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 7)

Diante da prevalência de réus ligados às organizações de esquerda, a pesquisa se dedica a dissecar “cada sigla, sua história, linha de ação e campo de atuação” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 9). Faz, assim, um grande raio-X das organizações que atuaram na oposição à ditadura na clandestinidade, abordando desde os proscritos Partidos Comunistas Brasileiro e do Brasil, até grupos trotskistas e adeptos da guerrilha urbana.

É grande a importância do Tomo III para aqueles que realizaram a pesquisa. Isso fica evidente pelo fato de que todo o seu conteúdo foi publicado como livro em 1988, uma continuidade do *Brasil: Nunca Mais* de 1985. Também chamado de *Perfil dos atingidos* e editado pela Vozes, o livro tem a Mitra Arquidiocesana de São Paulo como autora. É novamente dom Paulo Evaristo Arns quem escreve o prefácio, com o título *Os Atingidos*.

Neste texto, dom Paulo reafirma a ótica da fidedignidade da fonte. “Ao documentarem a repressão no Brasil, nossos pesquisadores delimitaram o espaço de tempo (...). Mais rigorosos ainda foram quanto às fontes, ou seja, à origem direta das informações. Só reproduziram dados que figuram em processos publicamente movidos contra presos políticos.” (MITRA ARQUIDIOCESANA DE SÃO PAULO, 1988, p. 7)

O Tomo IV, *As leis repressivas*, destaca a legislação sobre a segurança nacional em vigência no período que a pesquisa abarca (1964-1979) e na qual os processos judiciais foram baseados. Também traz uma análise quantitativa dos processos pesquisados, enfocando excessos praticados na aplicação da legislação nos processos, como a não observância de prazos para conclusão dos inquéritos

policiais, denúncias e prisões irregulares, entre outros. A parte final do tomo, nominado *Justiça militar surda e muda: vinte casos exemplares*, é dedicado a examinar 20 processos judiciais em que vários tipos de excessos à ordem legal foram encontrados.

Conforme já mencionado, o Tomo V, dedicado à tortura, é o maior da pesquisa, com quatro volumes. Nele, os pesquisadores fazem uma análise histórica sobre o que é a tortura, seus usos em diferentes momentos da história e também os movimentos de repúdio à utilização das sevícias. Sobre os dados coletados nos processos judiciais analisados, a pesquisa destaca que 1.843 pessoas denunciaram, especialmente nos depoimentos da primeira instância da Justiça Militar, as Auditorias, terem sido torturadas. Há uma lista com os nomes de todos os que denunciaram torturas.

Com base nesses depoimentos, foram compostos vários quadros-resumo, em que se encontram informações como: tipos de tortura (há, por exemplo, 527 denúncias sobre torturas com choques elétricos), número de denúncias de tortura por ano, caracterização dos torturados por gênero e faixa etária, além de locais onde ocorreram as torturas (735 denúncias afirmam que as torturas ocorreram no Quartel da Polícia do Exército, no Rio de Janeiro, por exemplo).

Mais impressionante, contudo, são as páginas e páginas em que constam a transcrição dos depoimentos contendo denúncias de torturas – organizadas em ordem alfabética, totalizam 1.843 denúncias. Em cada página, encontra-se o nome da pessoa que denunciou, sua profissão, idade, ano e local em que ocorreu a tortura, e em que momento do processo a denúncia foi realizada. Às vezes, a denúncia é feita em cartas que foram anexadas aos processos. Alguns trechos são bastante sucintos; em outros, há riqueza de detalhes dos métodos cruéis empregados pela repressão contra os seus opositores.

Os dados e análises sobre a tortura ocupam três volumes do Tomo V. O último volume trata de informações de mortos que estão contidas nos processos. As informações podem ser tanto dados oficiais – como exames necroscópicos ou certidões de óbito que estão anexados aos autos –, quanto depoimentos dados em juízo sobre a morte de outras pessoas. Há, por exemplo, o depoimento de duas

pessoas sobre o assassinato de Alexandre Vannuchi Leme. O volume se encerra com a lista de 125 nomes de desaparecidos políticos desde 1964.

Conforme mostramos até agora, o *Projeto Brasil: Nunca Mais* realizou uma pesquisa vasta, com uma grande riqueza de informações sobre a atuação do aparato repressivo durante a ditadura militar, além da valiosa coleta de dados sobre a tortura. Entretanto, a maioria dos estudos realizados sobre o *Brasil: Nunca Mais* destacam o trabalho de coleta dos processos criminais nos arquivos da Justiça Militar. A atuação “heroica” dos idealizadores que, sigilosamente, ludibriaram o sistema para fazer as cópias dos processos judiciais também se tornou uma marca a ser evocada sobre o *Projeto*.

Entendemos, porém, que o que define os eixos de preservação da memória da ditadura via *Brasil: Nunca Mais* é, na verdade, a forma como essa documentação foi trabalhada pela pesquisa. Ou seja, o enfoque dado ao processamento das informações encontradas nos processos, cuja ótica – a denúncia da tortura – será transportada para o livro e, assim, chegará ao público – na ideia de que, uma vez divulgado, o uso sistemático da tortura pudesse nunca mais voltar a ocorrer.

1.2. Para divulgar a pesquisa, uma reportagem

Ao fim do extenso trabalho de prospecção, levantamento e catalogação de informações sobre torturas e mortes patrocinadas pelas várias instâncias da ditadura militar, a equipe do *Projeto Brasil: Nunca Mais* deparou-se com uma questão: como levar todo o conteúdo produzido ao público?

Segundo o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, em depoimento que está no acervo do site *Brasil: Nunca Mais Digital*, havia duas posições entre os realizadores do *Projeto*. “(...) Dom Paulo era a favor de fazer [um] relatório extensivo, *ipsis litteris* o que nós tiramos dos processos, até porque não tinha condições da repressão contestar. O Jaime [Wright] achava que além disso nós tínhamos que fazer um resumo. Então começamos a consultar outras pessoas.” (ARMAZÉM MEMÓRIA, 2013)

Eny Raimundo Moreira, a advogada que tinha o desejo de “salvar” os registros jurídicos da ditadura, demonstrou que o trabalho de pesquisa não foi feito sem conflitos internos. “(...) durante algum tempo me posicionei contra a linha que estava sendo dada ao tratamento daquela documentação”, disse, sem especificar quais eram suas objeções. “(...) mas eu acabei sendo voto vencido e no final eu fiz o texto que analisava alguns casos julgados pela Justiça Militar na versão que veio à público.” (ARMAZÉM MEMÓRIA, 2013)

Luis Carlos Sigmaringa Seixas, advogado de Brasília responsável pela retirada da maioria dos processos do arquivo do STM e organizador do local que tirou cópias de todas as páginas, afirmou que a pesquisa deveria ser divulgada para um público amplo. Como explicou em seu depoimento: “(...) no final, a gente achava que deveria dar uma certa publicidade, que esse projeto não deveria se limitar apenas a servir de pesquisa para cientistas políticos, para pessoas interessadas no tema. Nós tínhamos que divulgar (...)” (ARMAZÉM MEMÓRIA, 2013)

No fim, foi decidido que o *Projeto Brasil: Nunca Mais* teria as duas coisas: a volumosa pesquisa de quase 7 mil páginas e um livro, que fosse um resumo da pesquisa. Internamente, o primeiro ficaria conhecido como *Projeto A*, e o livro passaria a ser referido como *Projeto B*. Até aquele momento a pesquisa continuava a ser chamada de *Testemunhos Pró-Paz*. O nome *Brasil: Nunca Mais* só seria dado próximo da publicação do livro, inspirado no *Nunca Más* argentino, que foi concluído em setembro de 1984.

Ao final de 1983, dom Paulo convidou um jornalista para uma reunião em sua casa, no bairro do Sumaré. Era Ricardo Kotscho, que, à época, trabalhava na *Folha de S. Paulo*. O cardeal-arcebispo apresentou ao repórter os originais do *Projeto A* e o convidou para escrever o livro. Mas com algumas condições: seu trabalho teria que ser secreto, e, por isso, Kotscho teria que manter suas atividades no jornal onde trabalhava. Não poderia levar suspeitas. Para trabalhar com Kotscho, dom Paulo convocou Frei Betto, frade dominicano que, além de jornalista e escritor, havia sido

militante da ALN – ex-presos político, fora vítima e testemunha daquilo que o livro denunciaria, ou seja, as torturas³³.

Ricardo Kotscho, que havia trabalhado (e trabalharia) em algumas das principais redações do país, já era conhecido de dom Paulo Evaristo Arns há muito tempo. Católico praticante, fazia parte da Comissão de Justiça e Paz, e era até chamado de “papa-hóstia” pelos colegas (KOTSCHO, 2006, p. 56). Foram várias as vezes que o jornalista e o cardeal se encontraram na realização de suas funções.

Kotscho, por exemplo, fez parte do grupo de jornalistas que buscou a mobilização da categoria após o assassinato de Vladimir Herzog, em 1975³⁴ – tal mobilização, que teve a adesão de várias outras entidades da sociedade civil, culminou no ato ecumênico celebrado por Arns, Wright e o rabino Henry Sobel na catedral da Sé.

O jornalista também teve o cardeal arcebispo de São Paulo como fonte de informações quando foi correspondente internacional do *Jornal do Brasil* e cobriu a morte do papa Paulo VI, em agosto de 1978, e a sucessão no Vaticano. “Sempre em off, é claro, dom Paulo me passava diariamente informações preciosas sobre as conversações (...)” Ricardo Kotscho também foi o repórter que desvendou a impressão de edições apócrifas do semanário *O São Paulo*, editado pela Arquidiocese de São Paulo, com vários ataques a dom Paulo, em 1982. (KOTSCHO, 2006, pp. 79-80, p. 107)

Para Kotscho, o convite de ajudar a redigir o livro era “irrecusável”. “Tratava-se de uma iniciativa arriscada para o momento que o país vivia, mas era o tipo de convite irrecusável, meus medos à parte.” O jornalista reafirmou, em seu livro de memórias, *Do golpe ao Planalto*, que o trabalho foi pago e totalmente sigiloso. “Nosso maior

³³ Amigos, Ricardo Kotscho e Frei Betto dividiram vários outros momentos, pessoais e profissionais. No início dos anos 1980, Kotscho fez parte de um grupo de oração fundado por Betto chamado Nós – Paulo Vannuchi também fazia parte. Kotscho é co-autor do livro *Essa escola chamada vida*, em que recolheu depoimentos de Frei Betto e Paulo Freire – a obra foi lançada em 1985. Mais tarde, os dois estiveram juntos nos dois primeiros anos do primeiro governo Lula (2003-2004). Frei Betto foi assessor especial da Presidência da República e Ricardo Kotscho, secretário de imprensa e divulgação.

³⁴ “(...) foi só com a tragédia que vitimou o Vlado que muitos jornalistas da minha geração descobrimos a importância da luta sindical e tomamos consciência do perigo que corríamos, se não houvesse uma mobilização imediata de toda a categoria – e, mais que isso, de toda a sociedade.” (KOTSCHO, 2006, p. 53)

desafio não foi resumir toneladas de documentos oficiais, mas fazer isso durante vários meses sem ninguém saber, nem a própria família, por razões de segurança. Essa foi minha primeira e única experiência com a clandestinidade.” (KOTSCHO, 2006, p. 113)

A clandestinidade não era algo desconhecido para o companheiro de redação de Kotscho na produção do livro *Brasil: Nunca Mais*. Frei Betto (Carlos Alberto Libânio Christo), ao contrário de Kotscho, envolveu-se desde muito cedo com a militância política – ainda na década de 1960, antes mesmo do golpe de 1964, frequentava as reuniões da Juventude Estudantil Católica (JEC), um dos organismos da Ação Católica³⁵, em Belo Horizonte, sua cidade natal.

Optou pela vida religiosa em 1965, tendo feito um ano de noviciado na capital mineira e, depois, terminando sua formação em São Paulo. Betto decidiu entrar para a Ordem Dominicana, que assim como os movimentos da Ação Católica, passaram a ser alvo da ditadura instalada em 1964 – poucos dias após o golpe, o governador do Rio, Carlos Lacerda, denunciou os organismos da Ação Católica como “locais de reagrupamento comunista”. (FREIRE E SYDOW, 2016, p. 45, 59-62).

Em São Paulo, Betto decidiu morar fora do convento dos dominicanos, no bairro de Perdizes. Ingressou no curso de Antropologia da Universidade de São Paulo, e foi na USP que se desenhou a ligação dos dominicanos com a Ação Libertadora Nacional (ALN), organização da qual Betto se tornou simpatizante³⁶. Além disso, o futuro frade começou a atuar na imprensa, já que é tradição dos dominicanos trabalhar para se sustentar. Betto foi contratado como repórter na revista *Realidade*, tendo depois se transferido para a *Folha da Tarde*.

³⁵ A Ação Católica foi criada pela hierarquia da Igreja Católica como instrumento para a coordenação e organização do trabalho de leigos para a evangelização. Em 1962, líderes de um de seus organismos, a Juventude Universitária Católica (JUC), decidiram criar um partido político, a Ação Popular (AP). A AP, “fora da órbita e do controle da hierarquia da Igreja Católica, deveria reunir cristãos e marxistas em torno de um projeto de transformações sociais no país.” (FREIRE e SYDOW, 2016, p. 53)

³⁶ Surgida em 1968, a Ação Libertadora Nacional foi uma organização revolucionária que adotou a guerrilha como método de enfrentamento à ditadura. Por meio do frei dominicano Oswaldo Rezende (que também era de Belo Horizonte, chegou ao convento das Perdizes junto com Betto e passou a estudar Filosofia na USP), que Carlos Marighella, líder da ALN, se aproximou dos dominicanos. (FREIRE e SYDOW, 2016, p. 69-70)

Mas, no início de 1969, Betto pediu demissão do jornal paulistano e caiu na clandestinidade, diante da conjuntura de perseguição às organizações de esquerda. Mudou-se para o Rio Grande do Sul, onde colaborou com a ALN ao montar um esquema para retirar militantes do país por meio da fronteira com o Uruguai. Acabou preso em Porto Alegre no dia 9 de novembro, depois da prisão de vários frades e do assassinato de Carlos Marighella.

Foi durante o período em que esteve preso que Frei Betto iniciou a carreira de escritor – seu primeiro livro, *Cartas da Prisão*, reúne as correspondências que escreveu do cárcere entre 1969 e 1973. Ao ser libertado, mudou-se para Vitória (ES), onde viveu por cinco anos; nesse período, escreveu mais seis livros, e participou de outros três como coautor. Em 1979, retornou para São Paulo e assumiu a Pastoral Operária de São Bernardo e Diadema. No início dos anos 1980, também reativou seus vínculos com a imprensa, passando a colaborar com jornais paulistas, como *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*.

Nesse período, também se envolveu com as Comunidades Eclesiais de Base e o novo sindicalismo que florescia, em especial, no ABC paulista. Assessorou os sandinistas, que derrubaram a ditadura de Anastácio Somoza na Nicarágua. Em fins de 1981, começou a intermediar as relações entre a Igreja Católica e Cuba – dois anos depois, transformou-se oficialmente em mediador ao ajudar a realizar uma Conferência Episcopal na ilha. Em sua estreita relação com os cubanos, Betto também possibilitou que Fidel Castro e dom Paulo Evaristo Arns trocassem correspondências – o líder da Revolução Cubana era um grande admirador do religioso brasileiro.

Todo o ano de 1984 foi dedicado à escrita do *Projeto B*, o livro. Kotscho e Betto trabalhavam em uma sala na Cúria Metropolitana, ou nos fundos de um seminário no bairro do Ipiranga, e também em suas casas (FIGUEIREDO, 2009, p. 47). Os jornalistas iam entregando os capítulos assim que eram terminados e eram convocadas reuniões para os textos serem lidos em voz alta. “A minha tarefa específica era desadjetivar o texto – tirar dele quaisquer palavras que pudessem indicar uma posição ideológica ou um lapso de equilíbrio”, afirmou Jaime Wright (WESCHLER, 1990, p. 23).

O texto era entregue a Paulo Vannuchi, que foi o responsável pela versão final do livro, segundo o próprio: “(...) combinamos que os vários textos entregues precisavam ter um tratamento (...), o famoso copidesque³⁷. Eu fiquei com essa tarefa e fui lá para minha cidade natal, São Joaquim da Barra, na fazenda da minha irmã. Me tranquei durante dez dias no escritório da fazenda e ficava digitando em uma máquina de escrever IBM.” (ARMAZÉM MEMÓRIA, 2013)

Percebe-se, assim, que houve uma grande preocupação com a linguagem a ser utilizada na obra. Não é à toa que o livro que se autodenomina uma reportagem sobre a pesquisa, na área dos Direitos Humanos. O *Projeto Brasil: Nunca Mais* claramente se escorou na visão positivista da “verdade” trazida pelos documentos, já superada na História mas ainda muito presente na constituição do texto jornalístico.

Além disso, ao ter três jornalistas como redatores da versão resumida que seria levada ao grande público, o *Projeto* reforça sua intencionalidade de emprestar do jornalismo a noção de objetividade – ou seja, a pretensão de que não se deve tomar lados, mas apenas relatar os fatos encontrados na documentação. Tal noção, porém, não é possível de se alcançar, afinal, todo indivíduo – ou um grupo – não conseguirá abrir mão de sua própria subjetividade ao fazer escolhas diante de qualquer que seja o material analisado.

Ainda assim, a necessidade de se manter “objetivo” aos fatos foi reafirmada por Paulo Vannuchi: “(...) um dos grandes objetivos nossos (...) era mostrar que ele [o livro] nunca foi feito por qualquer critério de incitar revanche. Quer dizer, os autores do trabalho têm opinião sobre a necessidade de justiça e de punição, mas o *Projeto* não estava envolvendo isso (...).”

Apesar do “esforço” de se manter a inalcançável objetividade, Jaime Wright afirmou que não conseguiu “desadjetivar” todo o trabalho. “Mais tarde, fiz um relatório ao cardeal indicando que mesmo assim alguns adjetivos haviam conseguido infiltrar-se, e ele sorriu e disse, ‘Bom, temos que mostrar os nossos sentimentos, também’”. (WESCHLER, 1990, p. 63). Ou seja, o próprio cardeal Arns, que se considerava

³⁷ Revisão de texto a ser publicado, tendo em vista a correção ortográfica e gramatical, a clareza, a adequação às normas editoriais, os cortes para se obter a extensão devida.

jornalista, faz reconhecer que a subjetividade (ou melhor, o “sentimento”), é parte do trabalho humano.

A obra ficou pronta para publicação em outubro de 1984 (FIGUEIREDO, 2009, p. 47). Restava, agora, buscar uma editora que aceitasse publicar o livro. Ainda no final de 1984, dom Paulo teve um encontro com Caio Graco Prado, dono da Editora Brasiliense. O editor fez elogios ao trabalho, mas decidiu não publicar a obra, temendo represálias. O cardeal decidiu, então, contatar uma editora religiosa. Encontrou abrigo na Vozes. Eram muitos os laços de dom Paulo com a editora, ligada à ordem franciscana.

Diretor da Vozes naquele momento, frei Ludovico Gomes de Castro havia sido reitor do seminário onde dom Paulo estudara, no interior do Paraná. Na década de 1950, em seu retorno ao Brasil após um período de estudos na França, dom Paulo morou em Petrópolis (RJ) e foi redator de publicações da editora.

Com o aceite da Vozes, restavam duas questões sensíveis a serem resolvidas: quando lançar o livro e o que fazer com a lista que continha a identificação de 444 pessoas que apareciam nos processos como responsáveis por torturas. Por uma sugestão de dom Paulo, a lista dos torturadores ficaria restrita ao *Projeto A* – não seria, portanto, incluída no livro.

Uma vez que a editora estava definida, a autoria do trabalho foi um outro tema de discussão entre os realizadores da pesquisa, segundo depoimento de Luiz Eduardo Greenhalgh. “Mas essa discussão chegou a uma conclusão: a equipe fica incólume. Clandestina começou, clandestina vai terminar. E nós vamos escolher dois porta-vozes públicos para o *Brasil: Nunca Mais*, e esses porta-vozes foram o Jaime Wright e o dom Paulo”. (ARMAZÉM MEMÓRIA, 2013)

Greenhalgh afirma que ele e outras pessoas, sem identificá-las, defenderam uma autoria compartilhada, já que o trabalho seria publicado em um momento político diferente do que quando começou. “(...) tinha outras pessoas, como eu, que achávamos que naquele momento cada um de nós já podia assumir o que tinha feito no *Projeto* e, portanto, coletivizar a responsabilidade (...), diminuir a

responsabilidade sobre os ombros de dom Paulo e do Jaime Wright.” (ARMAZÉM MEMÓRIA, 2013)

A publicação ficou prevista para o fim do mês de março, quando haveria a confirmação do novo presidente, um civil, pelo Colégio Eleitoral. Ainda havia o temor de que o processo de abertura não fosse devidamente concluído e que as revelações de *Brasil: Nunca Mais* pudessem trazer algum impacto ao processo. A dramática transição presidencial, com a doença e morte do eleito Tancredo Neves, e tendo o vice José Sarney se tornado o chefe do Executivo, atrasou um pouco mais o lançamento do livro, que finalmente chegou às livrarias em abril de 1985.

Deve-se salientar que *Brasil: Nunca Mais* não foi o primeiro livro que denunciou os crimes da ditadura. De acordo com Flamarion Maués (2011), várias obras já haviam tratado do tema, mesmo durante o regime repressivo. O primeiro deles, afirma, foi *Torturas e torturados*, de Márcio Moreira Alves, lançado ainda em 1966. Proibido e recolhido pelo governo federal, a obra procurou registrar os casos de tortura ocorridos desde 1964. Acabou liberado para venda em 1967, ano de sua segunda edição.

No período de maior repressão ditatorial (após o Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968), as denúncias de tortura foram muitas vezes retratadas em obras literárias, como *Bar Don Juan* (1971), de Antonio Callado; *As meninas* (1973), de Lygia Fagundes Telles; e *Zero: romance pré-histórico* (1975), de Ignácio de Loyola Brandão. Segundo Maués, é a partir de 1979, ano da Lei de Anistia, que a denúncia da tortura passou a ser um tema recorrente em diversos livros de não ficção.

A diferença fundamental destas obras e *Brasil: Nunca Mais*, entretanto, está nas fontes. Até então, as obras publicadas – seja no formato de reportagens, seja no formato de memórias – tinham como fonte os relatos de militantes que foram perseguidos pela ditadura e sofreram todo o tipo de sevícias enquanto custodiados pelo Estado. Já *Brasil: Nunca Mais* baseia-se em uma documentação produzida pelo próprio aparato repressivo.

Brasil: Nunca Mais, o livro, tem 311 páginas, e uma capa impactante: fundo vermelho, com o título escrito em amarelo, em letras maiúsculas. Ainda consta na capa o subtítulo da obra – *Um relato para a História* –, e a informação de que o prefácio foi escrito por dom Paulo Evaristo, cardeal Arns, sem autoria definida. A capa ainda tem uma ilustração, em cor preta, que parece emular a técnica de estêncil: um homem está preso em um círculo, cabeça baixa e um dos joelhos abaixado, em posição de fragilidade, submissão. As orelhas do livro (as dobras da capa e da contracapa) são preenchidas com um texto do reverendo Jaime Wright.



Figura 4 - Reprodução da capa do livro *Brasil: Nunca Mais*

O livro é dividido em seis partes e cinco anexos. Além do prefácio de dom Paulo, primeiro texto da obra, ainda há um prefácio de Philip Potter, que foi secretário-geral do Conselho Mundial de Igrejas. Antes de entrar no conteúdo em si, o livro tem uma apresentação, assinada apenas com a data (março de 1985), que explica o que foi o *Projeto Brasil: Nunca Mais*, apresenta os resultados do relatório do *Projeto* (o *Projeto A*) e o conteúdo do livro, e, por fim, mostra seus objetivos.

Brasil: Nunca Mais é, primordialmente, um livro de denúncias sobre a tortura. Este é o tema dominante da obra, em três de suas seis partes, e também nos prefácios. As partes I (*Castigo cruel, desumano e degradante*), V (*Regime marcado por marcas da*

tortura) e VI (*Os limites extremos da tortura*) descrevem os tipos de tortura utilizados pelos órgãos de repressão, os relatos de indivíduos que perante a Justiça testemunharam sevícias e os locais onde foram realizadas torturas e assassinatos.

É justamente a característica, até então única, de ter retirado informações sobre torturas e assassinatos que estão na documentação oficial, que faz de *Brasil: Nunca Mais* uma obra que se destaca:

No mundo todo, a questão da repressão política é quase sempre levantada a partir de denúncias dos atingidos, ou de relatos elaborados por entidades que se dedicam à defesa dos Direitos Humanos. (...) A pesquisa “Brasil: Nunca Mais (BNM)” conseguiu superar esse dilema, estudando a repressão exercida pelo Regime Militar a partir de documentos produzidos pelas próprias autoridades encarregadas dessa tão controvertida tarefa. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2009, p. 20)

Nas outras três partes, o livro traz a descrição do sistema repressivo brasileiro, trata dos atingidos (as organizações de esquerda e os setores sociais: militares, sindicalistas, estudantes, políticos, jornalistas e religiosos), e discute o arcabouço jurídico utilizado para a perseguição dos opositores à ditadura.

O foco na denúncia da tortura trazido por *Brasil: Nunca Mais* também se faz evidente nos anexos da obra. Dos cinco anexos, três são dedicados ao tema³⁸. O Anexo II é um texto, sem autoria, que pretende explicar o que é a tortura, e como essa prática se aplicou ao longo da história. O Anexo IV é a reprodução de uma Declaração sobre tortura, de autoria do Conselho Mundial de Igrejas, de agosto de 1977.

Por fim, o Anexo V traz a íntegra do texto da Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou castigos cruéis, desumanos ou degradantes, que foi aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 10 de dezembro

³⁸ O Anexo I é um glossário das siglas utilizadas na obra. O Anexo III é uma lista com o nome de 125 desaparecidos políticos desde 1964. Além do nome completo de cada pessoa e o ano do desaparecimento, alguns nomes são identificados com a letra A, entre parênteses, indicando que são indivíduos que desapareceram no Araguaia – a publicação dessa listagem também demonstra o compromisso com a denúncia dos desaparecidos políticos, para além da questão da tortura.

de 1984. Dom Paulo, no prefácio, pede que o governo brasileiro ratifique a Convenção, o que acabaria acontecendo, mas em um processo bastante demorado.

Em seu discurso na abertura da Assembleia Geral da ONU, em 23 de setembro de 1985, o presidente José Sarney informou que o governo brasileiro iria aderir à Convenção, em uma decisão na qual “o povo brasileiro dá um passo na afirmação democrática do seu Estado e reitera, perante si mesmo e perante toda a comunidade internacional, o compromisso solene com os princípios da Carta da ONU e com a promoção da dignidade humana.”³⁹ O Brasil, entretanto, só ratificou a Convenção em 1989 e a promulgação veio apenas em 1991, já no governo de Fernando Collor de Mello. Ou seja, embora o discurso na ONU tenha tido um grande significado simbólico, foi apenas seis anos depois que tal instrumento passou a ter efeito.

Alcançar a publicidade dos abusos cometidos durante o regime militar e dar acesso às informações até então sigilosas são alguns dos motivos que fazem a pesquisa ser relevante ainda nos dias atuais. Não à toa, *Brasil: Nunca Mais* pode ser considerado como a primeira comissão da verdade do país, por expor “histórias das torturas, dos assassinatos de presos políticos, das perseguições políticas e dos julgamentos tendenciosos” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2009, p. 22).

³⁹ 23 DE SETEMBRO de 1985 - Pronunciamento do presidente José Sarney, por ocasião da abertura do debate geral da XL Assembléia-Geral da ONU. **Biblioteca Presidência da República**. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jose-sarney/discursos/1985/94.pdf/view>. Acesso em: 27 maio 2021.

2. A IMPRENSA BRASILEIRA NA TRANSIÇÃO E O LANÇAMENTO DE *BRASIL: NUNCA MAIS* – UM RELATO PARA A HISTÓRIA

O ano de 1985 é um marco na transição política brasileira. Desde o dia 3 de outubro de 1960, quando Jânio Quadros foi eleito presidente da República, o país não tinha um civil como chefe do Poder Executivo. Após quase 35 anos, essa situação voltaria a ocorrer, mas por meio do voto indireto: em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral⁴⁰, formado por 686 integrantes – senadores, deputados federais e delegados indicados pelas assembleias legislativas estaduais –, escolheria o 31º presidente brasileiro. A eleição ocorreu após a derrota no Congresso da emenda das Diretas, em abril de 1984.

Dois candidatos pleiteavam o posto mais alto da República. O paulista Paulo Maluf, do Partido Democrático Social (PDS), era o candidato da situação. O mineiro Tancredo Neves, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), era o candidato da oposição consentida. Concorrer às eleições presidenciais no Colégio Eleitoral, usando as próprias regras da ditadura para superá-la, foi o caminho encontrado para que um civil voltasse à presidência. (FERREIRA, 2018, p.34)

Para vencer a eleição, era necessário, entretanto, ter votos do partido da situação. Foi nesse contexto que José Sarney, governista de primeira hora, tornou-se importante. O senador maranhense deixou o PDS, filiou-se ao PMDB e arregimentou os descontentes da situação, que formaram uma dissidência, a Frente Liberal. Em agosto de 1984, a Frente Liberal e o PMDB formaram a Aliança Democrática, e lançaram sua chapa à presidência: Tancredo Neves para presidente, José Sarney como vice-presidente.

Segundo Jorge Ferreira (2018), Tancredo Neves utilizou sua experiência de articulador político para viabilizar a vitória na eleição indireta. Além de atrair oposicionistas, sabia que precisaria ter militares a seu lado. Era visto com desconfiança por determinados setores da caserna e, por isso, aliou-se a um militar de prestígio, a quem convidaria para o Ministério do Exército: o general Lônidas

⁴⁰ A eleição por Colégio Eleitoral foi determinada pelo artigo 76 da Constituição de 1967.

Pires Gonçalves. A intensa costura política garantiu uma vitória contundente: Tancredo foi eleito com 480 votos no Colégio Eleitoral, enquanto Paulo Maluf recebeu 180 indicações.

Como se sabe, Tancredo Neves nunca chegou a assumir o governo: na véspera da posse, o presidente eleito foi internado no Hospital de Base de Brasília, com um alegado quadro de diverticulite. Tutelado por Ulysses Guimarães, presidente da Câmara dos Deputados e um dos articuladores da candidatura de Tancredo Neves, José Sarney assumiu a presidência de forma interina em 15 de março de 1985.

Em 21 de abril, depois de uma longa agonia, Tancredo Neves morreu em São Paulo, tendo passado por sete cirurgias e sucumbido a uma infecção generalizada. José Sarney seria o primeiro presidente civil brasileiro desde a década de 1960. Um "presidente acidental", como definiu Jorge Ferreira, que serviu à ditadura e manifestou-se várias vezes contra as liberdades democráticas, seria o incumbido para conduzir o processo final da longa transição que começara mais de uma década antes.

O projeto distencionista da ditadura militar fora iniciado em 1974, primeiro ano do governo de Ernesto Geisel, tendo continuidade com seu sucessor, o general João Baptista Figueiredo, que assumiu a presidência em março de 1979. A abertura "lenta, gradual e segura", uma saída dos militares do poder de forma organizada e controlada, visava à própria preservação das Forças Armadas, relata Jorge Ferreira (2018, p. 29), citando Maria D'Alva Gil Kinzo (2001).

Baseado na periodização proposta por Kinzo (2001), Ferreira afirma que a longa transição política teve três fases. Na primeira delas, entre 1974 e 1982, o poder militar manteve o controle do processo de abertura. Mas, após 1982, e até 1985, os militares perderiam parte do domínio do processo por causa da atuação de novos arranjos da sociedade civil e da reação de militares contrários à abertura. A terceira fase, de 1985 a 1989, seria de predomínio dos civis no poder, embora com a presença de militares com algum poder de veto.

Na fase inicial da abertura, sob a liderança de Ernesto Geisel (presidente entre 1974

e 1979) e de seu chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, e com amplo controle do processo, o governo fechou o Congresso Nacional e impôs leis arbitrárias, embora o AI-5 tenha sido revogado ao fim daquele mandato. Conforme destaca Ferreira, citando Matias Spektor, "o ponto que confunde muito as pessoas é a ideia falsa de que a abertura é o oposto da repressão – e não é." (2018, p. 30)⁴¹. O Estado de exceção continuou em pleno funcionamento, com perseguições, torturas, desaparecimentos e assassinatos dos opositores políticos.

Geisel garantiu seu sucessor, João Baptista Figueiredo, que assumiu a presidência em março de 1979 sem o AI-5, mas com salvaguardas inseridas na Constituição. Uma de suas primeiras ações foi sancionar uma Lei de Anistia, em 28 de agosto, que atendia aos interesses dos militares. "A anistia foi parcial e premiou os torturadores e assassinos que serviram à ditadura, livrando-os de qualquer processo judicial", avalia Ferreira (2018, p. 31).

Foi uma lei diferente daquela que a sociedade civil, organizada em torno dos Comitês Brasileiros pela Anistia, desejava: uma anistia ampla, geral e irrestrita aos presos e perseguidos políticos, mas não aos agentes da repressão. Na verdade, como destaca Maria Celina D'Araujo, a preocupação de Figueiredo foi a de garantir uma autoanistia, um "pacto de silêncio", que ajudaria a controlar a oposição nos quartéis à saída do poder. Para minimizar essas tensões internas, "os militares teriam que sair [do governo] em bloco, protegidos judicialmente e sem clivagens aparentes frente à sociedade." (D'ARAUJO, 2012, p. 577).

O que se seguiu, entretanto, foi o recrudescimento de ações de militares inconformados com a abertura, em especial de integrantes da comunidade de informações. Nos primeiros cinco meses do governo Figueiredo, foram mais de 30 atentados contra pessoas e instituições. Em 1980, representantes de movimentos paramilitares de direita explodiram bancas que vendiam o jornal *O Pasquim*.

⁴¹ Em maio de 2018, Matias Spektor, professor de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgou a existência de um memorando de 1974, enviado pelo diretor da Agência Central de Inteligência (CIA) ao secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, sobre a "decisão do presidente brasileiro Ernesto Geisel em continuar a execução sumária de subversivos (tradução livre)". O documento foi desclassificado e tornado público pelo governo americano em 2015. O memorando, que tem dois parágrafos ainda secretos, está disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2/d99>. Acesso em: 27 maio 2021.

Naquele mesmo ano, uma carta-bomba foi enviada à sede da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio, vitimando mortalmente a secretária Lyda Monteiro.

A maior tragédia, porém, seria em 30 de abril de 1981. Agentes do DOI-CODI tentaram explodir uma bomba no Riocentro, centro de convenções localizado no bairro de Jacarepaguá, no Rio, enquanto era realizado um show comemorativo ao Dia do Trabalhador. A tragédia só não atingiu os 20 mil espectadores porque o artefato explodiu antes da hora no colo do sargento Guilherme Pereira do Rosário, dentro de um carro. Ele morreu.

Por outro lado, avançava a agenda daqueles que ansiavam por um ambiente de maior liberdade, com as ações da ala progressista da Igreja Católica, a luta dos trabalhadores – com as greves dos operários no ABC paulista, por exemplo –, a articulação de uma nascente sociedade civil em demandas diversas e a rearticulação dos partidos políticos, inclusive de esquerda.

Um dos movimentos mais mobilizadores desse período foi o das Diretas-Já. A campanha tinha como base legal a proposta de emenda à Constituição apresentada em março de 1983, no Congresso Nacional, pelo deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT). Conforme destaca Elaine Muniz Pires (2008), o movimento que pretendia restabelecer o voto direto para presidente reuniu diversas organizações da sociedade civil, partidos políticos, centrais sindicais e movimentos sociais por motivos distintos (e, às vezes, conflitantes).

Os comícios a favor do restabelecimento da escolha direta para o Executivo Federal atraíram milhões de pessoas em várias cidades do país entre novembro daquele ano e abril de 1984⁴². No entanto, a votação no Congresso a favor da aprovação da emenda não atingiu os dois terços necessários, e a sucessão presidencial foi definida por eleições indiretas, conforme planejado pelos militares na transição "lenta, gradual e segura".

⁴² Os comícios que reuniram o maior número de apoiadores à emenda ocorreram às vésperas da votação, em abril de 1984. No Rio de Janeiro, o comício na Candelária atraiu cerca de 1 milhão de pessoas. O Vale do Anhangabaú, em São Paulo, agregou ainda mais simpatizantes: estimados 1,5 milhão de pessoas. (MOTTA, 2018)

Em meio às transformações políticas do país, o campo da comunicação também passou por grandes mudanças. Segundo Alzira Alves de Abreu, em seus estudos sobre a mídia brasileira na transição (2002; 2005), os meios de comunicação de massa tiveram uma forte presença dos governos militares ao longo do período autoritário. Fossem como interventores (por meio da censura), fossem como investidores, incentivando a modernização da área de comunicações para a integração nacional, em uma estratégia ligada à ideologia de segurança nacional.

No que se refere à expansão da comunicação audiovisual, foi fundamental a criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações, a Embratel, no ano seguinte ao do golpe. A partir de 1965, com o início da instalação de estações repetidoras e canais de microondas, foi possível criar redes de televisão de alcance nacional – a partir da década de 1970, a TV se tornaria um veículo de comunicação de massa. Em 1967, foi criado o Ministério das Comunicações, ao qual a Embratel estaria vinculado e que seria responsável, entre outras atribuições, pela concessão da outorga para novas estações de rádio e de televisão.

Os governos ditatoriais também investiram na infraestrutura das empresas privadas de comunicação. Por meio de empréstimos e linhas de crédito de bancos e instituições estatais, os donos de empresas de mídia puderam construir novas sedes⁴³ e adquirir maquinário mais moderno, investindo em tecnologias de impressão, por exemplo. Além disso, a publicidade de órgãos oficiais passou a ser uma importante fonte de recursos – cerca de 30% das receitas dos jornais impressos eram obtidas dos clientes estatais (ABREU, 2005, p. 54). Não podemos ignorar que os donos dos meios de comunicação, em sua maioria (com exceções como Samuel Wainer, do jornal *Última Hora*), foram articuladores e apoiadores do golpe militar em 1964.

Podemos afirmar que tais investimentos consolidaram um mercado de mídia no país. Até os anos 1970, as empresas de comunicação eram dirigidas por seus donos em um sistema familiar de gestão. A partir daí, o controle acionário se diversificou, sendo exercido por mais pessoas, ainda que membros da mesma família, mas, em

⁴³ O *Jornal do Brasil* construiu uma nova sede entre 1967 e 1973, assim como *O Estado de S. Paulo*, que mudou suas instalações para o edifício inaugurado em 1976 (as obras começaram em 1971).

alguns casos, por novos proprietários. A mão de obra, por consequência, também se profissionalizou: a ocupação de jornalista foi regulamentada, com a exigência do diploma universitário para o seu exercício e dedicação em tempo integral.

Alzira Alves de Abreu defende que a dependência econômica do Estado determinou, em parte, a submissão dos meios de comunicação aos atos da censura (ABREU, 2005, p. 55). O trabalho de Beatriz Kushnir nos traz uma outra dimensão sobre a relação entre as empresas jornalísticas e a censura. Em *Cães de guarda* (2012), a autora nos mostra a atuação colaboracionista de jornalistas, especialmente nos veículos da grande imprensa, com a censura.

Kushnir destaca que a censura prévia foi exercida em um número pequeno de publicações da grande imprensa entre 1968, a partir do Ato Institucional nº 5 (de 13 de dezembro daquele ano), e 1978⁴⁴ – "(...) das vésperas do AI-5 ao processo de Anistia, de forma mais intensa, o que não significa que não tenha existido antes e que tenha deixado de existir depois". (KUSHNIR, 2012, p. 58)

A censura prévia não era admitida pela ditadura (ao contrário do que ocorreu no Estado Novo). Embora não tenha sido um segredo, era conhecida por um público restrito, e só foi regulamentada em março de 1970 com a publicação do Decreto-Lei nº 1077. Nos primeiros meses após o AI-5, o Exército era o responsável pela censura. Depois, o controle do noticiário passou a ser exercido por agentes da Polícia Federal – alguns chegaram a ficar nas redações. Tais agentes estavam vinculados a um órgão que não constava no organograma do Estado, o Serviço de Informação do Gabinete (Sigab), que era vinculado ao gabinete do ministro da Justiça. (KUSHNIR, 2012; CASTILHO, 2019).

A censura prévia também era um problema financeiro para as empresas. O envio de conteúdo para os censores era custeado pelos próprios veículos, que muitas vezes precisam endereçar o material para Brasília e até para a casa de censores. A depender da extensão da intervenção ou da demora no retorno do conteúdo, as

⁴⁴ Das fontes utilizadas nesta pesquisa, destacamos a presença da censura prévia em *O Estado de S. Paulo* do AI-5 a janeiro de 1975, e na revista *Veja*, na edição nº 5 (de 18 de dezembro de 1968) e em edições pontuais até 1974. (KUSHNIR, 2012, p. 58)

empresas também enfrentavam problemas com a conclusão das suas edições, implicando todo um atraso no processo industrial da impressão e da distribuição.

Mais do que a censura prévia, foi a autocensura que prevaleceu nas redações brasileiras pós-AI-5, nos mostra Beatriz Kushnir. Os jornais e revistas recebiam avisos do Sigab, quase que diariamente, com as determinações do que não deveria ser publicado⁴⁵ – e a aceitação de tais determinações caracterizam a autocensura.

"Pode-se concluir, todavia, que a maior parte da imprensa brasileira adotou esse pacto ou submeteu-se a ele", afirma Kushnir (2012, p. 60). "A autocensura representava, portanto, um acordo tácito entre Estado, dirigentes de jornais e produtores de notícias. Parte da imprensa seguia assim sua tradição histórica de compactuar com o poder vigente", reflete Marcio de Souza Castilho na obra *Sob o império do arbítrio* (2019), que traz luz ao Prêmio Esso, que foi a maior instância de reconhecimento da produção jornalística nacional, no período mais crítico da repressão.

Dessa forma, conforme nos indica Kushnir, o principal ponto de resistência da imprensa às restrições trazidas pela ditadura se dá nos jornais alternativos, e na figura de jornalistas que perderam seus empregos, foram presos e perseguidos. "Existiram jornalistas que colaboraram com o regime, outros que resistiram e outros ainda que se opuseram". (KUSHNIR, 2009, p. 72)

Como bem destacou a autora, a censura não terminou com o fim da censura prévia, porque é justamente aí que a autocensura prevaleceu como "voto de confiança" do governo aos veículos de imprensa, que teriam aprendido a utilizar a "liberdade de expressão" conquistada.

Com base neste breve quadro geral das mudanças ocorridas no campo da comunicação durante o período ditatorial, acreditamos que é preciso considerar as transformações pelas quais as empresas passaram ao analisar o material produzido

⁴⁵ Além do noticiário político, a proibição também atingia o conteúdo relacionado ao movimento estudantil, reivindicações trabalhistas e a repressão aos opositores da ditadura. (CASTILHO, 2019, p. 99)

pela imprensa em 1985. É certo que cada um dos veículos da mídia impressa aqui consultados terão seus processos próprios, suas particularidades, e tentaremos demonstrar isso ao longo do capítulo. Entretanto, não podemos ignorar que tais mudanças de ordem estrutural se refletiram no poder econômico das empresas, na disputa por leitores e anunciantes, e em projetos gráficos e editoriais, moldando adesões, distanciamentos e críticas.

O *Projeto Brasil: Nunca Mais* foi realizado em meio a todas essas transformações do país. Para tirar o trabalho das sombras, a linguagem da reportagem, do jornalismo, foi a escolhida. Além disso, reforçamos que a discussão sobre os crimes cometidos na ditadura ultrapassou as comunidades de interesse e chegou ao debate público por meio da imprensa.

2.1. 15 de abril de 1985 – e *Brasil: Nunca Mais* sai à luz

Depois de seis anos, o resultado da pesquisa do *Projeto Brasil: Nunca Mais* deixou, silenciosamente, as sombras. Em 15 de abril de 1985, uma segunda-feira, o livro *Brasil: Nunca Mais* chegava às livrarias brasileiras em sua primeira edição.

Apesar da estratégia sorrateira – não houve qualquer divulgação ou publicidade sobre a realização e a publicação do livro –, não demorou muito para que a obra fosse reportada na imprensa. Cinco dias depois do lançamento, 20 de julho, um sábado, o jornal *Folha de S. Paulo* noticiava em uma pequena nota no caderno de Política que *Brasil: Nunca Mais*, uma “extensa radiografia da repressão”, havia chegado às livrarias.

Já está nas livrarias “Brasil: Nunca Mais” (Editora Vozes, 35 mil cruzeiros), uma extensa radiografia da repressão realizada no Brasil entre 1964 e 1979. A obra, de 312 páginas, é de uma equipe de pesquisadores que preferiu manter-se no anonimato. Prefaciado pelo cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, o livro foi produzido com base em declarações constantes dos inquiridos que transitaram pela Justiça Militar brasileira naquele período.

Os autores – que levaram cinco anos compilando os dados sobre a repressão física e moral praticada no País – dizem, na apresentação, que não tentaram “organizar um sistema de provas para apresentação em qualquer Nuremberg brasileiro”, tentando evitar, assim, comparações com o caso argentino, onde o relatório “Nunca

más” serve de peça de acusação no processo movido contra as juntas militares que governaram a Argentina.

Apesar não conter, no mínimo, o registro das violências que não foram objeto de inquérito, “Brasil: Nunca Mais” traz relatos impressionantes sobre a repressão praticada no período, reproduzindo fatos que têm inúmeros pontos em comum com os depoimentos que estão sendo prestados no tribunal que julga os generais argentinos. Os métodos utilizados na tortura, os presos políticos desaparecidos e as organizações de esquerda que lutaram contra o regime, com ou sem armas, são alguns dos aspectos abordados pormenorizadamente no livro.⁴⁶

A reportagem não foi assinada por nenhum repórter e tinha cerca de 1.400 caracteres (o equivalente a uma lauda jornalística de texto). Destacava, resumidamente, que a obra se baseava em processos judiciais (e não trazia casos de violência que não tivessem tramitado na Justiça), havia sido realizado por pesquisadores anônimos e era prefaciado pelo cardeal arcebispo de São Paulo – o texto, portanto, não evidencia que dom Paulo Evaristo Arns teve um envolvimento maior na produção do livro para além de um texto de abertura.

A reportagem também contava que o livro teve seu nome inspirado no relatório argentino *Nunca Más*, mas que se diferenciava desse trabalho por não ter a intenção de servir como um documento para prova jurídica. Nesse sentido, a pequena reportagem da *Folha*, ao mencionar o processo de julgamento dos militares argentinos que estava em curso em 1985, mostra a diferença dos processos pelos quais passavam Brasil e Argentina em suas trajetórias pós-ditaduras.

No Brasil, como se sabe, a Lei de Anistia impede até hoje a responsabilização de agentes do Estado pelos crimes praticados durante o período de exceção. O processo argentino se diferenciou, como nos mostra Caroline Silveira Bauer (2012), pelas medidas tomadas pelo governo de Raul Alfonsín logo após sua chegada à presidência, em dezembro de 1983, por meio de eleição direta⁴⁷. A autoanistia promulgada pelos militares em março daquele ano foi anulada, e começou a ser organizado um sistema legal com o objetivo de apurar os crimes da ditadura imposta

⁴⁶ EQUIPE de pesquisadores lança livro sobre repressão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 jul. 1985, Política, p. 5.

⁴⁷ O processo de transição de poder militar para o civil na Argentina também se difere do ocorrido no Brasil. Além de uma eleição presidencial direta, o fim da ditadura argentina não foi um processo de transição pactuado, argumenta Caroline Silveira Bauer (2012), mas o resultado de crises internas do regime agravadas pela derrota na Guerra das Malvinas, em 1982.

pelas Juntas Militares entre 1976 e 1983. Houve, portanto, um processo oficial e público de investigação sobre o regime recém-encerrado.

A *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP), criada por decreto, tinha entre suas atribuições receber denúncias e provas sobre assassinatos e desaparecimentos, averiguar o destino de pessoas desaparecidas e de crianças sequestradas, e produzir um relatório final com seus achados que serviria de subsídio para o trabalho da Justiça. O relatório foi entregue ao presidente Alfonsín em 20 de setembro de 1984 e foi publicado como livro, com o nome de *Nunca Más*, no mês de novembro⁴⁸. O julgamento das Juntas Militares transcorreu entre abril e dezembro de 1985: dos nove militares que foram levados à juízo, cinco foram condenados.

Ainda que o processo pós-ditatorial argentino tenha se iniciado antes do brasileiro, o direcionamento político do retorno à democracia no Brasil nos faz pensar sobre o motivo de a *Folha de S. Paulo* ter noticiado a publicação de *Brasil: Nunca Mais* com uma nota meramente protocolar.

A primeira notícia sobre o livro, dentre as fontes utilizadas nesse trabalho, foi publicada três meses após a morte de Tancredo Neves e a confirmação de José Sarney como presidente da República. O cenário político era instável, e o esperado retorno à democracia, após uma eleição indireta e a posse do vice-presidente depois do desaparecimento do eleito, parecia não estar totalmente assegurado. Mas não apenas a conjuntura política pode nos fazer refletir na forma como a *Folha* noticiou o lançamento de *Brasil: Nunca Mais*. Também devemos pensar como o jornal, enquanto empresa jornalística, posicionava-se naquele momento.

Em 1985, a *Folha de S. Paulo* se encaminhava para a posição de jornal de maior circulação do país, algo que se consolidaria a partir do ano seguinte. A *Folha* pode ser considerada uma personagem da "Nova República" que se construía. Pelo

⁴⁸ Tal como ocorreria com *Brasil: Nunca Mais*, *Nunca Más* foi um sucesso editorial. "Em menos de um mês, 40 mil exemplares foram esgotados, obrigando a Editorial Universitaria de Buenos Aires (EUDEBA) a realizar quatro reimpressões somente no mês de dezembro de 1984, totalizando mais de 110 mil informes." (BAUER, 2012, p. 6). O relatório da CONADEP foi publicado em português, em janeiro de 1985, pela editora gaúcha L&PM.

menos, esse foi o esforço empreendido pelo Grupo Folha, editorialmente e como estratégia de marketing.

O periódico chegou a 1985 como o "Jornal das Diretas-Já", um veículo que se envolveu diretamente na defesa pelo retorno ao direito de eleições diretas no ano anterior. Tal estratégia, conforme nos traz Elaine Muniz Pires (2008), foi "um trunfo (...) que colocou a publicação e o Grupo Folha entre os maiores conglomerados de mídia do país". (PIRES, 2008, p. 10)

A *Folha de S. Paulo* foi o primeiro jornal a declarar o apoio às eleições diretas, segundo Pires (2008), em editorial publicado no dia 27 de março de 1983. Manteve essa linha editorial ao longo de todo aquele ano, com reportagens e outros textos de opinião, ampliando a cobertura após o comício realizado em 25 de janeiro de 1984, na Praça da Sé, em São Paulo, que reuniu 300 mil pessoas.

Daí em diante, o apoio editorial às Diretas pela *Folha* tornou-se uma campanha publicitária – o jornal adotou a expressão Diretas-Já em suas reportagens, incentivava o uso da cor amarela (símbolo da campanha) e publicava os telefones dos congressistas para que os eleitores fizessem pressão pelo voto favorável à emenda.

Quando a votação no Congresso não foi suficiente para a alteração da Constituição, a capa da edição de 26 de abril de 1984 foi publicada com uma tarja preta logo abaixo do título, com a frase: "Use preto pelo Congresso Nacional". A manchete do jornal marcava, em letras maiúsculas e ponto de exclamação: "A nação frustrada!". Bem ao lado da manchete, à esquerda, encontrava-se um editorial cujo título era: "Cai a emenda, nós não".⁴⁹

A cobertura das Diretas realizada pela *Folha* fez com que o jornal paulista passasse a ameaçar a posição de liderança do *Jornal do Brasil* como o principal periódico nacional. Segundo avalia o jornalista Cezar Motta (2018) em seu livro sobre a trajetória do *JB*, o veículo carioca cometeu um erro estratégico em 1983: não aderiu

⁴⁹ CAI a emenda, nós não. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 abr. 1984, Primeiro Caderno, p. 1.

às Diretas, atendo-se ao plano dos militares para o projeto de abertura, e apoiou – segundo o autor, "discretamente" – a candidatura do deputado paulista Paulo Maluf à presidência da República. Tal posicionamento, segundo Motta, abalou a credibilidade do *JB*, e abriu espaço para a *Folha* no mercado do Rio de Janeiro.

É preciso lembrar, no entanto, que desde 1974 a *Folha* já trabalhava em um processo de reformulação editorial que tinha como objetivo colocar o jornal como um ator relevante no debate público – no período anterior, o periódico não era nem o principal veículo de imprensa de São Paulo, dominado pelo *Estado*. O processo das Diretas foi determinante para a consolidação desse processo. Tanto que, em junho de 1984, um documento interno denominado "A Folha depois da campanha Diretas-já", analisa que:

(...) o jornal (...) disseminou e consolidou o prestígio público acumulado nos anos anteriores. Impôs-se, ao país inteiro, como uma das principais forças formadoras de opinião pública. Conquistou um importante crédito de confiança junto à sociedade civil.⁵⁰

O documento interno não só exaltava o resultado da *Folha* como participante do processo de defesa pelas eleições diretas. Colocava-o como um marco, uma "oportunidade talvez única" de levar o jornal "a sua maturidade jornalística". Para isso, destacava o documento, a *Folha* precisaria enfrentar "graves problemas de estrutura jornalística".

Em resumo, o documento defendia a criação de um padrão de qualidade para o produto "notícia". E isso se daria nos seguintes termos: realizar um "jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno", por meio da uniformização dos critérios editoriais e técnicos a serem estabelecidos em um Manual de Redação, que passaria a ser utilizado no segundo semestre de 1984.

Na análise de Elaine Muniz Pires, o encaminhamento do projeto editorial da *Folha* pós-Diretas buscava, entre outras coisas, "derrotar toda uma cultura jornalística em

⁵⁰ 1984 - 'A Folha depois da campanha diretas-já'. **Folha de S. Paulo**, atual. 12 mar. 2019. Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projetos-editoriais-anteriores/1984-a-folha-depois-da-campanha-diretas-ja.shtml>. Acesso em: 27 maio 2021.

voga até fins dos anos 70" (PIRES, 2008, p. 67). Conforme destaca em seu trabalho, a *Folha* chegará a 1985 com um discurso de que era necessário adotar um jornalismo "profissional" para superar um tipo de jornalismo militante que ainda seria realizado por seus concorrentes.

Esse novo fazer jornalístico proposto pela *Folha* colocava-se, por exemplo, contra ou a favor de governos ou a formas de governar, recursos que teriam sido válidos enquanto o país vivia em uma ditadura. Uma vez que o Brasil caminhava para a democracia da "Nova República", tal forma de produzir jornalismo estava esgotada.

A *Folha*, que se posicionava como partícipe da construção dessa nova realidade, anunciava então que haveria de fazer um jornalismo para os tempos futuros. Ainda que, conforme vemos com a reflexão de Elaine Muniz Pires, isso significasse "uma prática noticiosa esvaziada de opinião, análise e contextualização histórica". (PIRES, 2008, p. 74)

Consideramos que a reportagem sobre o lançamento de *Brasil: Nunca Mais* se enquadra na proposta de texto jornalístico que a *Folha* passou a realizar – com o passar dos meses, outras reportagens, mais detalhadas, seriam publicadas pelo jornal.

Mas é interessante notar como a *Folha*, que se colocou como um ator pelo fim de uma ditadura, noticiou de forma discreta e protocolar um livro que mostrava as entranhas da atuação repressiva. Esse movimento, entretanto, faz parte das adesões conjunturais do veículo. Afinal, de apoiadora do golpe em 1964, a *Folha* passa a ser o jornal das Diretas-Já após 20 anos. E, mais recentemente, criaria o neologismo "ditabranda", desqualificando a violência da ditadura brasileira⁵¹.

⁵¹ Em 17 de fevereiro de 2009, o texto do editorial *Limites a Chávez*, sobre o governo da Venezuela liderado por Hugo Chávez, utilizou o termo "ditabranda", um neologismo cujo significado era o de qualificar a ditadura militar brasileira como menos violenta em relação aos outros regimes repressivos latino-americanos. O jornal das Diretas-Já, "defensor da democracia", sofreu uma crise de imagem por minimizar a violência da ditadura brasileira. No dia 8 de março, o jornal publicou uma nota do diretor de redação, Otávio Frias Filho, em que ele afirmava que o termo era equivocado, por sua "conotação leviana". Entretanto, manteve a posição de que a ditadura no Brasil foi menos repressiva que a dos outros países do Cone Sul. (DIAS, 2012, pp. 9-10)

2.2. *Brasil: Nunca Mais* e a tortura na capa do jornal

Após a discreta aparição de *Brasil: Nunca Mais* na *Folha de S. Paulo*, não tardaria para que o livro recebesse maior destaque na imprensa. Em 23 de julho, uma terça-feira, três dias após a pequena nota publicada no jornal paulista, a obra foi reportada pelo veículo que a *Folha* desafiava, o carioca *Jornal do Brasil*. Com direito a uma chamada na capa do jornal, a reportagem de uma página inteira foi publicada no Caderno B, seção cultural do periódico.

O pequeno texto na capa do *JB* destacava o ponto principal do livro: a análise dos processos judiciais de acusados de militância política, que se tornou um dossiê sobre a tortura na ditadura, "com base, exclusivamente, em depoimentos prestados na Justiça."⁵² O uso da documentação oficial nas denúncias de tortura contidas na obra, assim como queriam os organizadores da *Projeto Brasil: Nunca Mais*, será apontado pela imprensa, com frequência, como uma prova da credibilidade da pesquisa e do livro.

Brasil: Nunca Mais ocupou toda a capa do Caderno B daquela edição. A página foi ilustrada por um desenho do cartunista Bruno Liberati e dividida em dois textos. A reportagem principal tinha o título: "Nunca Mais - Um dossiê exuma a tortura"⁵³. Um texto secundário, de apoio, intitulado "As muitas (e terríveis) modalidades", traz a reprodução de trechos do livro que descrevem os tipos de tortura que foram empregados pelos agentes da repressão e encontrados nos depoimentos de investigados à Justiça. Assim, o leitor foi informado de como eram executadas práticas como o pau-de-arara, o choque elétrico e a cadeira do dragão, além do uso de animais e de produtos químicos para as sessões de tortura.

⁵² TORTURA. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 jul. 1985, p.1.

⁵³ VILLAS-BOAS, Luciana. *Nunca Mais - Um dossiê exuma a tortura*. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 jul. 1985. Caderno B, p. 1.



Figura 5 - Reprodução da capa do Caderno B do Jornal do Brasil de 23 de julho de 1985

Em oposição ao jornalismo "moderno" da Folha de S. Paulo, o Jornal do Brasil produziu uma reportagem sobre o Brasil: *Nunca Mais* com opinião, análise e contextualização histórica. Podemos constatar essas características já no lide, o primeiro parágrafo, do texto da repórter Luciana Villas-Boas:

Com o efeito de uma operação surpresa, acaba de chegar às livrarias o mais completo dossiê sobre a tortura no Brasil durante o regime militar. *Brasil: Nunca Mais - Um relato para a História*, editado pela Vozes, precisou de seis anos de pesquisas quase clandestinas para ficar pronto. A recompensa é a realização de um impecável livro de texto sobre a repressão: o que era, quem a sustentava, quem a atingia, até onde ia.

A reportagem faz uma clara defesa do livro, da forma como ele foi produzido e das informações nele contidas. O texto também deixa claro

(...) trata-se do mais contundente libelo que já se produziu nesse país contra a tortura e os tratamentos degradantes à condição humana.

(...) com *Brasil: Nunca Mais*, é a primeira vez que se analisa a repressão política sem tomar por base as denúncias das vítimas ou os relatos elaborados por entidades internacionais de defesa dos direitos humanos. (...) calam-se definitivamente quaisquer desconfianças ou alegações de que são depoimentos tendenciosos, por partirem de pessoas com motivações políticas.

(...) na fria linguagem burocrática (dos processos judiciais), são descritos os mais hediondos crimes que a mente humana pode imaginar.

Nesta reportagem também são colocados alguns parâmetros de avaliação do *Brasil: Nunca Mais* que vão se repetir em alguns textos jornalísticos publicados em outras ocasiões. O elogio à “falta de adjetivos” – característica de uma escrita objetiva, factual –, e a clareza didática na tarefa de transpor, em um livro, a “fria linguagem burocrática dos processos”.

Chama a atenção o fato de que a primeira grande reportagem sobre o lançamento de *Brasil: Nunca Mais* tenha sido publicada no Caderno B, o espaço cultural do diário. Esse padrão, entretanto, iria se repetir em outras publicações, na sequência, e no próprio *Jornal do Brasil*. Embora o conteúdo da obra estivesse totalmente ligado ao noticiário político, boa parte das primeiras reportagens estarão na seção que falava sobre lançamentos de livros na imprensa. Dessa forma, *Brasil: Nunca Mais* era, naquele momento, considerado muito mais uma obra literária, ou histórica, pois tratava de um passado que o país ainda insistia em deixar para trás.

Trazê-lo para o noticiário político seria colocá-lo na atualidade, na pauta das discussões da ordem do dia. Como se verá a seguir, isso acabaria acontecendo. Mas não podemos desprezar a importância da presença de reportagens sobre o *Brasil: Nunca Mais* nos suplementos culturais e, em especial, no Caderno B do *Jornal do Brasil*.

O *JB* foi o primeiro jornal diário do Brasil a ter um caderno exclusivo para os assuntos culturais. Foi criado em 1960, no contexto das reformas gráficas e editoriais do periódico, com a proposta de uma diagramação, uma linguagem e uma abordagem jornalística diferenciadas. Dessa maneira, o Caderno B nunca deixou de trazer, no âmbito da cultura, conexões com os assuntos da política e da economia. E, muitas vezes, pôde tratar desses assuntos com mais liberdade.

A primeira grande reportagem sobre *Brasil: Nunca Mais* pode ser considerada positiva. Fixou-se nos pontos mais importantes do livro e não trouxe nenhum tipo de contraponto ao seu conteúdo. Algo que não se repetiria na próxima grande reportagem, que seria publicada na revista *Veja*.

Tanto Lawrence Weschler quanto Lucas Figueiredo, em suas obras que investigam o processo de realização do *Projeto Brasil: Nunca Mais*, afirmam que a reportagem de três páginas de *Veja*, publicada na edição do dia 24 de julho, é de autoria do jornalista Elio Gaspari, então diretor-adjunto da revista – na hierarquia da redação, estava apenas abaixo do diretor de redação José Roberto Guzzo. No texto, porém, não há assinatura, portanto, não é possível identificar a autoria apenas com a análise da edição impressa.

O fato de Elio Gaspari ser o autor da reportagem “Porão iluminado” pode explicar o motivo de algumas das críticas realizadas ao livro⁵⁴. É preciso destacar, entretanto, que boa parte do texto é elogioso ao esforço de pesquisa, exaltando a parte documental. A reportagem, do ponto de vista jornalístico, também é mais completa, por dar voz, por meio de entrevistas, aos principais articuladores do trabalho – dom Paulo Evaristo Arns e Jaime Wright –, além do editor do livro, frei Ludovico, da Vozes.

⁵⁴ Golbery do Couto e Silva era uma fonte de Elio Gaspari pelo menos desde o início da década de 1970, quando o jornalista criou a editoria de Política do *Jornal do Brasil*. Em 1984, Gaspari conseguiu uma bolsa de estudos com duração de três meses no Wilson Center for International Scholars, em Washington DC (EUA), e fez uma pesquisa sobre Golbery e o presidente Ernesto Geisel. Futuramente, de posse dos arquivos pessoais de Golbery, Gaspari escreveu cinco livros-reportagem sobre o período ditatorial – as obras foram lançadas entre 2002 e 2016. Sobre as críticas ao *Brasil: Nunca Mais* na reportagem de *Veja*, comentou Paulo Vannuchi: “Para dizer a verdade, eu lembro assim de... vou falar isso com muito cuidado... mas de um nariz torcido do editor da *Veja*, chamado Elio Gaspari. Hoje eu sei que, no fundo, é porque ele tinha os arquivos do Golbery, então era um pouco de sonhos de autoria.” (ARMAZÉM MEMÓRIA, 2013). Ou seja, para Vannuchi, as críticas de Gaspari tinham a ver com o fato de ter sido “furado” pelo *Brasil: Nunca Mais*.

Se *Veja* elogia o acervo documental de *Brasil: Nunca Mais* e o tratamento aos dados encontrados nos processos da Justiça Militar que revelaram os relatos de tortura e os métodos empregados pela repressão para subjugar seus oponentes, sobram críticas a dois capítulos do livro, justamente aqueles que fazem as análises do sistema repressivo e do perfil dos atingidos (notadamente militantes de esquerda, organizados ou não em partidos):

Se o livro, na parte documental, é uma fonte de informações preciosa, as análises teóricas dos autores vão do pífilo ao mal informado e do engano à má fé. Ao tentar explicar como se consolidou a ditadura no país, os autores recorrem ao surrado cavalo de batalha da mítica "doutrina de segurança nacional". Segundo essa lenda sociológica, a doutrina teria sido gestada na Escola Superior de Guerra e teorizada pelo general Golbery do Couto e Silva em seu livro *Geopolítica do Brasil*. (...)

Outra lenda antiga é a utilização de tecnologia americana pelos torturadores brasileiros. As provas nesse sentido são tênues há vinte anos, enquanto está estabelecido, por depoimentos de generais, que os melhores mestrados de tortura fazem-se na Inglaterra. (...)

Ao tratar das organizações e partidos de esquerda, o livro também comete outros deslizes. Em primeiro lugar, ele tenta encontrar justificativas para as ações armadas, insinuando que elas eram a única opção que restava aos que queriam se opôr ao regime. (...)

Brasil: Nunca Mais em nenhum momento diz claramente que as tais organizações de esquerda adeptas da "luta armada" eram grupos terroristas. (...) Não há em todo o livro qualquer referência ainda que passageira às oitenta pessoas mortas nas mais diversas circunstâncias pelas organizações terroristas.⁵⁵

O autor desqualifica as análises do livro, utilizando adjetivos como "pífilo", "mal informado" e "má fé" (termo que significa erro intencional e, em última instância, fraude). Afirma que a doutrina de segurança nacional é uma "lenda", em uma tentativa de desvincular o general Golbery do Couto e Silva do principal arcabouço teórico da ditadura. Curiosamente, os opositores do regime repressivo são nominados na reportagem com um termo ao gosto das ditaduras de segurança nacional: terroristas. Assim, Elio Gaspari reforça a tese da violência em ambos os lados, utilizando a teoria dos "dois demônios", na qual haveria uma equivalência entre os atos de violência de Estado e de seus opositores.

É na reportagem de *Veja* que aparece, pela primeira vez, a informação de que a pesquisa *Brasil: Nunca Mais* havia produzido uma compilação com o nome de

⁵⁵ PORÃO iluminado. *Veja*, São Paulo, 24 jul. 1985, Livros, p. 109.

agentes públicos acusados de tortura, e a opção dos organizadores e dos editores de não manter o material junto com o livro. “Tínhamos a lista dos torturadores que foram denunciados perante a Justiça Militar, mas decidiu-se que ainda não é o momento de divulgá-la”, disse Jaime Wright à revista.

Consideramos que a não divulgação da lista de torturadores, decidida por uma questão de segurança e precaução, também acabou se tornando um trunfo na estratégia de comunicação do *Brasil: Nunca Mais*.

Com a perspectiva de divulgar, em momento oportuno, uma lista de torturadores que foi elaborada, de forma inédita, com base em documentos oficiais, os organizadores de *Brasil: Nunca Mais* souberam fazer com que os assuntos trazidos pelo livro pudessem ser relacionados ao noticiário atual – criaram uma demanda que, rapidamente, seria atendida.

Mas antes disso acontecer, o livro continuou recebendo destaque na imprensa nos últimos dias de julho. No mesmo dia 24, data em que *Veja* chegou às bancas e aos assinantes com sua ampla reportagem, o *Jornal do Brasil* noticiou, em pequena nota, que *Brasil: Nunca Mais* já era um best-seller⁵⁶. A nota, publicada na prestigiada coluna *Informe JB*, dizia que a primeira edição do livro, com 5 mil exemplares, havia esgotado nas livrarias em 24 horas. E que a segunda edição, com o dobro de exemplares, estaria disponível para venda nos próximos dias.

O *Jornal do Brasil* seria o veículo que mais publicaria reportagens sobre o *Brasil: Nunca Mais*. Após a reportagem do dia 23 de julho, sobre o lançamento da obra, o *JB* voltou ao assunto na edição do dia 26, uma sexta-feira. Mais uma vez com destaque na capa, o jornal publicou uma entrevista de página inteira com dom Paulo Evaristo Arns.

O título da entrevista, realizada pelo repórter Alexandre Polesi, deu eco ao tom do discurso adotado pelos organizadores e por todos os colaboradores da pesquisa: "*Brasil: Nunca Mais* – 'História sem revanchismo'". No centro da página, uma

⁵⁶ BEST-seller. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 jul. 1985, 1º Caderno, Nacional, Informe JB, p. 6.

caricatura do religioso, assinada pelo desenhista Ique, era destaque, junto com trechos da conversa.

Na entrevista, dom Paulo pronunciou-se sobre os principais pontos relacionados ao trabalho: contou como surgiu a ideia do livro, que foi encampada pela Arquidiocese de São Paulo. Sobre a autoria, afirmou que a obra fora composta pelos “presos torturados que fizeram os depoimentos”, cabendo aos especialistas apenas coletar as informações. Trazia uma sensação de normalidade à coleta dos processos, dizendo que foram retirados do Superior Tribunal Militar por causa da mudança da lei – no caso, a de anistia –, e que nunca sentiu que o projeto tivesse sofrido alguma ameaça concreta.

Também na entrevista, dom Paulo respondeu a um dos questionamentos levantados pela reportagem de *Veja*: por que não havia, no livro, referência aos mortos pelas organizações subversivas? O cardeal-arcebispo respondeu, dizendo que tais nomes não apareceram na pesquisa porque não constavam nas fontes utilizadas:

Fizemos análise daquilo que está sendo o título do livro: Torturas e Prisões. É claro que deve ser feita um dia, também, a análise daqueles que foram mortos por estas organizações. Mas acredito que a vida deles está nos arquivos e em toda parte e seria uma complementação desse livro, embora eles não tenham sido torturados, presos, submetidos ao exílio e tantas outras coisas. Eles morreram no cumprimento do dever. Eles também não figuram nos processos que nós examinamos. Se figurassem, possivelmente seus nomes sairiam.⁵⁷

Dom Paulo também fez uma defesa do legado do *Brasil: Nunca Mais* como um trabalho imparcial e objetivo, reafirmando que as fontes utilizadas são documentos que expressam uma verdade factual, comprobatória, própria do sentido jurídico de prova. Ao responder se havia se preocupado com um possível viés tendencioso no trabalho, afirmou que não. “(...) nunca pensamos nisso, pensamos sempre em ser objetivo: fazer História. E com essa História, outros farão depois os seus livros, filmes e outras coisas.”

⁵⁷ POLESI, Alexandre. Brasil: Nunca Mais - “História sem revanchismo”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 28 jul. 1985.

Nesta primeira série de reportagens que tratam do lançamento do livro, a revista *Isto É*, em texto assinado por Jorge Batista, seguiu o padrão de outras notícias sobre a obra. Na seção cultural da edição do dia 31 de julho, publicou a reportagem intitulada “Inventário do horror”⁵⁸. Por ter demorado um pouco mais a entrar no noticiário, *Isto É* já trazia no texto a dimensão de best-seller do livro, ainda que a obra estivesse em sua primeira edição.

Na linha do que havia apontado a *Veja*, a revista concorrente afirma que as “análises sociológicas do livro (...) podem e devem ser encaradas como matéria polêmica, até porque neste terreno já circulam importantes reflexões” – sem especificar, como *Veja*, quais são.

A reportagem afirma que *Brasil: Nunca Mais* tem o mérito de fazer uma “radiografia de corpo inteiro” do esquema repressivo e “destaca-se como contribuição histórica inquestionável”. Reforça a mítica do trabalho clandestino, ao dizer que o livro é o produto de “garimpo ultra discreto” de “fontes insuspeitas”, ou seja, os processos da Justiça Militar. E destaca que o livro não relaciona os torturadores, nem os mandantes diretos da repressão, embora “não por falta de informações” – lembrando da lista que já havia sido elaborada, por presos políticos, em 1975.

Neste primeiro momento em que a imprensa noticia o lançamento do livro *Brasil: Nunca Mais*, podemos afirmar que, de forma geral, as denúncias trazidas pela obra são tratadas como algo do passado, desconectadas do presente, em que a prioridade era olhar para um futuro democrático. Tanto que a maioria das reportagens aqui apresentadas foram publicadas na seção cultural das publicações: de fato, os veículos trataram *Brasil: Nunca Mais* quase como uma obra didática sobre o que o Brasil “foi”. É nesse momento, porém, que começa a se formar uma memória sobre o *Brasil: Nunca Mais*, já que todos os textos trazem, de alguma forma, a informação do trabalho sigiloso, que ludibriou o sistema de vigilância da ditadura e dos militares para conseguir documentos confiáveis da Justiça.

⁵⁸ BATISTA, Jorge. Inventário do horror. *Isto É*, São Paulo, 31 jul. 1985, Livros, p. 89.

2.3. O caso Bete Mendes: surge o nome do primeiro torturador

Com a publicação de reportagens em alguns dos principais veículos de comunicação sobre o lançamento de *Brasil: Nunca Mais*, seu conteúdo e suas contribuições para a discussão sobre os crimes cometidos na ditadura, um ciclo noticioso sobre o livro pode ser considerado encerrado. Como a existência da obra já deixava de ser uma novidade, apenas fatos novos relacionados a *Brasil: Nunca Mais* voltariam a despertar o interesse da imprensa.

Mas, já no mês de agosto, *Brasil: Nunca Mais* voltou aos jornais com nova abordagem. Pela primeira vez, a informação sobre a existência da lista de nomes de torturadores, elaborada pelos pesquisadores por meio dos processos judiciais, recebeu destaque na imprensa. Vale lembrar que a existência da lista não era desconhecida, pois havia sido mencionada por Jaime Wright em entrevista à *Veja*, na edição de 24 de julho – mas a informação não foi muito explorada.

Curiosamente, em 31 de julho, a revista *Isto É*, concorrente de *Veja* entre as publicações semanais, afirmou em sua reportagem sobre a publicação de *Brasil: Nunca Mais* que “(...) o livro não relaciona os torturadores, nem os mandantes diretos das atrocidades”. Em seu texto, o jornalista Jorge Batista ressaltou que uma relação com nomes de torturadores não era uma novidade. Mas atribuiu a inexistência de uma lista de *Brasil: Nunca Mais* ao fato de que os autores do livro “não tiveram a intenção de colecionar provas para um eventual ‘Nuremberg brasileiro’.”

Não tardaria muito para que a existência da lista fosse, finalmente, colocada em evidência. No dia 3 de agosto, a *Folha de S. Paulo* publicou uma reportagem, no topo da página 6, local nobre no caderno de Política, com o título: “Reverendo diz que pesquisa identificou 350 torturadores.” O livro deixava de ser assunto somente das páginas culturais, de literatura, para entrar no noticiário político.

O texto, assinado pelo jornalista Dermi Azevedo⁵⁹, trouxe detalhes sobre a lista. Com informações atribuídas ao reverendo Jaime Wright, o texto descreveu como a relação havia sido compilada e organizada:

A lista de torturadores foi obtida nos autos dos processos arquivados no STM (Superior Tribunal Militar), em Brasília, a partir das denúncias, acatadas pelos juízes militares e feitas por 1.843 processados. Para cada torturador, foi organizado um quadro com sete colunas: nome como é indicado na denúncia; identificação apresentada pelos denunciante; local em que foi praticada a tortura; ano em que o fato ocorreu; número do denunciante (pela ordem processual), além do número do processo e outras referências comprobatórias.⁶⁰

A reportagem, portanto, pôde demonstrar que a lista do projeto não se tratava apenas de uma relação de nomes. Trazia, também, uma série de outras informações – os possíveis codinomes dos torturadores (nome como é indicado pelos denunciante), local e ano das torturas que tais pessoas haviam cometido. O texto da *Folha*, entretanto, não esclareceu quando e em que circunstâncias a lista seria trazida a público. Dessa forma, continuava válida a informação de Wright publicada por *Veja* em julho: ainda não era o momento de divulgá-la.

Mas um fato totalmente alheio à pesquisa produzida por *Brasil: Nunca Mais* fez com que pelo menos o nome de um dos torturadores listados pelo trabalho fosse divulgado antes de a compilação ser levada à público. Não era uma novidade que o militar Carlos Alberto Brilhante Ustra, chefe do DOI-CODI paulista entre 1970 e 1974, aparecesse em uma listagem do tipo. O que chamou a atenção da imprensa para seu nome, entretanto, foi a forma constrangedora em que o coronel do Exército foi acusado, mais uma vez, por seus crimes de tortura. Um escândalo de apelo midiático que trouxe questionamentos à Lei de Anistia, promulgada apenas seis

⁵⁹ Dermi Azevedo foi preso em 17 de janeiro de 1974 por policiais que o levaram ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops). Ele trabalhava no jornal *Última Hora* e estava retornando à redação do jornal, em São Paulo, após uma entrevista com dom Paulo Evaristo Arns. Naquele momento, Dermi participava de uma pesquisa sobre a educação brasileira, encomendada pelo Conselho Mundial de Igrejas – ele atuava fazendo a compilação de reportagens e artigos sobre educação (FERRI e SYDOW, 2017).

⁶⁰ AZEVEDO, Dermi. Reverendo diz que pesquisa identificou 350 torturadores. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 ago. 1985, Política, p. 6.

anos antes, também em um mês de agosto, e a reação dos militares e do governo em menos de seis meses da Nova República.

Corria o quinto mês de mandato do presidente José Sarney. No dia 12 de agosto, ele iniciaria sua primeira viagem internacional oficial como chefe do Executivo brasileiro – o destino era Montevidéu, capital do Uruguai, por um período de três dias. O presidente viajou para o país vizinho com a primeira-dama, Marly Sarney, e uma grande comitiva, composta por seis ministros e muitos parlamentares.

Os principais veículos da imprensa brasileira enviaram repórteres para acompanhar os passos do presidente. A imprensa uruguaia também se mobilizou para a visita, antes mesmo de seu início. Antes de ir ao Uruguai, Sarney concedeu, em Brasília, uma entrevista ao jornal *El Día*⁶¹. Afirmou que o Brasil vivia "um momento de reconstrução da convivência democrática, por meio do exercício cotidiano da conciliação e da busca de consenso por parte dos diferentes setores da sociedade."

Tal como o Brasil, o Uruguai também encerrava um longo período ditatorial. Na pauta de trabalho com o seu colega uruguaio, Julio Maria Sanguinetti, empossado em 1º de março daquele ano, estavam questões como o fortalecimento dos países sul-americanos em um bloco econômico, com vistas ao comércio interno sem barreiras alfandegárias, e o ganho de poder de negociação com os países do "primeiro mundo" para reagir à crise econômica – além, claro, do retorno da democracia em ambas as nações. O brasileiro afirmou, segundo reportagem da *Folha*, que escolhera o Uruguai como seu primeiro destino para "marcar meu desejo de uma política externa que tem como prioridade a América Latina".⁶²

Ao desembarcar no Aeroporto de Carrasco, em 12 de agosto, Sarney fez um pronunciamento que chamou a atenção da imprensa por ter fugido das protocolares frases de teor diplomático e ter trazido um conteúdo político. No discurso publicado na íntegra por *O Estado de S. Paulo*, Sarney exaltou o momento político que ambos os países viviam: "Só o crescimento permitirá a abertura de horizontes de

⁶¹ SARNEY inicia hoje visita de três dias ao Uruguai. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 ago. 1985, Política, p. 4.

⁶² AMÉRICA Latina é prioridade brasileira, diz Sarney. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 ago. 1985, Política, p. 5.

esperanças para vencer a miséria que ameaça a democracia recém-conquistada”⁶³, disse, ao lado do presidente uruguaio.

No dia 13 de agosto, Sarney participou de uma extensa agenda de compromissos, segundo descreveu o repórter José Fonseca Filho, de *O Estado de S. Paulo*:

(...) acompanhado de dona Marly e de toda a comitiva brasileira, iniciou os compromissos (...) com a visita à sede da Intendência [prefeitura] Municipal de Montevideú, onde foi recebido pelo prefeito Quiles Lanza, de quem recebeu as chaves da cidade. (...) Depois da Intendência, a comitiva seguiu para a Suprema Corte de Justiça, onde Sarney foi homenageado pelo presidente Nelson Garcia Otero. (...) Sempre precedida por batedores, a comitiva dirigiu-se então para o Palácio do Legislativo, onde foi realizada sessão especial em homenagem ao presidente do Brasil. (...) Sarney foi saudado pelo vice-presidente do Uruguai, Enrique Tarigo, que preside o Congresso. (...) Do Congresso foi para a Embaixada do Brasil, onde recebeu os cumprimentos da colônia brasileira radicada no Uruguai. Em seguida, almoçou com o embaixador Eduardo Moreira Hossanah e os ministros, na residência oficial do diplomata.⁶⁴

A visita do chefe do Executivo brasileiro terminou no dia 14 de agosto com a assinatura de atos bilaterais. Recebeu elogios da imprensa, que destacou que Sarney chegou a ser aplaudido pelos uruguaiois em várias ocasiões. Após três dias de uma agenda na qual tratava de planos futuros, Sarney retornou ao Brasil. E precisou enfrentar um escândalo que insistia em evidenciar um passado que seu governo – e toda a trajetória que culminou em sua eleição – desejava enterrar.

No dia 17 de agosto, a capa do jornal *O Globo* tinha, como foto principal, a imagem de Bete Mendes com uma das mãos no rosto, chorando. Ela não só era uma deputada federal, mas também um dos principais nomes do elenco de artistas maior rede de televisão do país, a TV Globo.

⁶³ "PENSAR juntos". *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 ago. 1985, p. 5.

⁶⁴ FILHO, José Fonseca. Sarney pede nova ordem internacional. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 ago. 1985, Geral, p. 4.



Figura 6 - Capa de O Globo de 17 de julho de 1985, com o choro da deputada Bete Mendes

Abaixo da foto da atriz global, um título de impacto: “Deputada denuncia Adido no Uruguai como seu torturador.”⁶⁵ A legenda da imagem não era menos impactante: “Em entrevista no Rio, a Deputada Bete Mendes chora: ‘Desculpem, mas é muito doloroso lembrar o passado’”.

Bete Mendes era uma das integrantes da comitiva do governo brasileiro na viagem ao Uruguai. Ao chegar ao país vizinho, encontrou-se com o homem que acusou de tê-la torturado no DOI-CODI de São Paulo em 1970. Era Brilhante Ustra, que servia como adido militar da embaixada brasileira em Montevideú. A deputada preferiu só se pronunciar sobre o caso no retorno ao Brasil. Em 15 de agosto, enviou uma carta ao presidente José Sarney relatando o encontro e seu desconforto em ver um torturador como representante do governo brasileiro no exterior.

⁶⁵ DEPUTADA denuncia Adido no Uruguai como seu torturador. O Globo, Rio de Janeiro, 17 ago. 1985, p. 1.

No dia 16, Bete Mendes havia convocado a imprensa para uma entrevista coletiva em seu apartamento, no bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro, antes de retomar suas atividades como parlamentar em Brasília. Na dupla rotina de atriz e deputada, ela estava na cidade para gravar um episódio do programa *Caso Verdade* – o programa encenava histórias baseadas em fatos reais, sugeridos à emissora por meio de cartas enviadas pelo público.

O *Jornal do Brasil* também deu grande destaque ao fato e fez da denúncia de Bete Mendes a manchete da edição daquele sábado, 17 de agosto: “Adido no Uruguai era o temido ‘Major Tibiriçá’”⁶⁶, dizia o título principal da capa. No texto que acompanhava a manchete, o *JB* destacava que o nome do coronel Brilhante Ustra constava em várias listas de torturadores elaboradas por entidades ligadas à defesa dos direitos humanos.

Os jornais paulistas foram mais comedidos ao noticiar a revelação de Bete Mendes, mas depois deram ampla cobertura ao caso, que mobilizou a imprensa até o fim do mês de agosto. A *Folha de S. Paulo* não trouxe a informação na capa de sua edição de 17 de agosto, e tratou da denúncia em uma pequena reportagem na página 4⁶⁷. O *Estadão* reservou ao assunto um espaço na capa, mas trouxe uma informação que se mostraria incorreta⁶⁸. Ao tentar ir além da denúncia da deputada, o jornal dizia que José Sarney havia demitido Brilhante Ustra após a revelação de Bete Mendes. Na realidade, Ustra já havia sido exonerado do cargo, mas, de acordo com regras da diplomacia brasileira, tinha um prazo de seis meses para deixar o posto – assim, ficaria em Montevideú até o fim do ano.

O *Globo* publicou a carta enviada pela parlamentar ao presidente da República, aqui reproduzida em alguns de seus trechos:

(...) Presidente, não posso calar-me diante da constatação de uma realidade que reabriu em mim profunda e dolorosa ferida. Na Embaixada do Brasil no Uruguai serve como Adido Militar o Coronel

⁶⁶ ADIDO no Uruguai era o temido "Major Tibiriçá". **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 17 ago. 1985, p. 1.

⁶⁷ ENCONTRO de deputada com seu torturador constrange Sarney. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 17 ago. 1985, Política, p. 4.

⁶⁸ EXONERADO coronel acusado de tortura. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 17 ago. 1985, p. 1.

Brilhante Ustra, personagem famoso do regime passado por sua disposição firme em comandar e participar de sessões de tortura a presos políticos. Digo-o, Presidente, com conhecimento de causa: fui torturada por ele.

Imagine, pois, Vossa Excelência, o quanto foi difícil para mim manter a aparência tranquila e cordial exigida pelas normas do cerimonial. Pior que o fato de reconhecer o meu antigo torturador foi ter que suportá-lo seguidamente a justificar a violência cometida contra pessoas indefesas e de forma desumana e ilegal como sendo para cumprir ordens e levado pelas circunstâncias de um momento.(...)

No entanto, Excelência, de volta ao solo pátrio, descubro não ter mais direito ao silêncio. Estão presentes, de novo, os fantasmas de um passado recente, onde os meus gritos se confundiram com os gritos de outros torturados, onde minhas lágrimas ou foram de dor e revolta ou simplesmente para chorar aqueles que não resistiram à violência dos “patriotas” encapuzados cuja ação, na suposta defesa dos interesses maiores do Estado, só se manifestava na segurança das masmorras e na certeza da impunidade.

Presidente, sei que muitas vozes se levantarão na lembrança da anistia. Lembro, porém, que a anistia não tornou desnecessária a saneadora conjunção de esforços de toda a Nação com o objetivo de instalar uma nova ordem política no País. O arbítrio cedeu lugar ao diálogo democrático. A Nova República, sonho de ontem, é a realidade palpável de hoje. Mas ela não se consolidará se no atual Governo, aqui ou alhures, elementos como o Coronel Brilhante Ustra estiverem infiltrados em quaisquer cargos e funções, ainda que insignificantes, o que, diga-se, não é o caso.

Não creio que Vossa Excelência soubesse de tal fato. Por isso, denuncio-o aqui. E peço, como vítima, como cidadã e como Deputada Federal – cujo voto incondicional em 16 de janeiro foi a prova maior de sua confiança nos propósitos da Aliança Democrática – providências imediatas e enérgicas que culminem com o afastamento desse militar das funções que desempenha no vizinho país. Tenho certeza, Excelência, que uma determinação sua nesse sentido significará, antes de tudo, uma demonstração ao sofrimento dos milhares de brasileiros e uruguaios que acabam de despertar de uma longa noite de arbítrio na qual a tortura e os torturadores fizeram parte de uma grotesca, triste e dolorosa realidade. (...)⁶⁹

Bete Mendes era militante da VAR-Palmares e estudante de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo em 1970, quando foi presa com colegas e professores. Permaneceu 30 dias no DOI-CODI, sofrendo torturas físicas e psicológicas, sem que houvesse um processo contra ela. Em reação à carta recebida, José Sarney telefonou para a parlamentar e pediu desculpas pelo constrangimento sofrido por ela. O Palácio do Planalto informou que o presidente havia ficado “consternado” com o episódio.

⁶⁹ “NÃO posso calar-me diante de tão dolorosa ferida”. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 ago. 1985, Primeiro Caderno, O País, p. 2.

A denúncia de Bete Mendes foi constrangedora para o governo brasileiro diante da opinião pública, mas a solução para o problema já estava, de certa forma, encaminhada – e não tinha nada a ver o pedido da deputada, ao contrário do que o *Estadão* havia publicado. O Palácio do Planalto informou que Ustra, que havia assumido o posto em 1983, tinha cumprido o período de dois anos e já estava exonerado do cargo desde 12 de julho, ou seja, data anterior à viagem para o Uruguai. No ato presidencial assinado por José Sarney já havia até o nome de seu substituto, o coronel Carlos Missoi Filho.

No mesmo dia 17 de agosto, *O Globo* e o *Jornal do Brasil* publicaram que Brilhante Ustra aparecia na lista do *Projeto Brasil: Nunca Mais*. *O Globo* destacou que o nome do militar fazia parte da lista de “350 torturadores citados perante a Justiça Militar” nos processos analisados pela equipe do projeto – a informação havia sido confirmada por Jaime Wright⁷⁰. Até então, *O Globo* não havia publicado nenhuma reportagem sobre *Brasil: Nunca Mais*. Mas utilizou a obra como fonte de informação sobre Ustra:

O nome de Carlos Brilhante Ustra está incluído na lista de 350 torturadores citados perante a Justiça Militar por 1.843 presos políticos, em processos analisados pelo grupo encarregado da pesquisa patrocinada pela Arquidiocese de São Paulo sobre a tortura no País. A síntese desse trabalho resultou no livro "Brasil: nunca mais", lançado recentemente pela Editora Vozes.

(...)

O reverendo Jaime Wright, que trabalhou no projeto "Brasil: nunca mais", confirmou a inclusão do nome de Ustra na relação elaborada pela Arquidiocese.

Wright também foi a fonte de informações do *Jornal do Brasil*, que disse que o nome de Ustra constava em pelo menos três listas de torturadores e, em duas delas, identificado pelo codinome major Tibiriçá. O *JB* destaca que a lista de torturadores do *Brasil: Nunca Mais*, com 350 nomes, estava “apurada mas ainda não publicada”⁷¹.

⁷⁰ UM nome constante nos documentos de denúncia. No Sul, outras duas. *O Globo*. Rio de Janeiro, 17 ago. 1985, Primeiro Caderno, O País, p. 2.

⁷¹ NA Oban, era o temível "Major Tibiriçá". **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 17 ago. 1985, 1º Caderno, Política, p. 4.

As duas reportagens, além de citarem *Brasil: Nunca Mais* e a lista de nomes de torturadores produzida pela pesquisa, também mencionaram a ligação pessoal de Jaime Wright com Carlos Alberto Brilhante Ustra. Foi no período em que o militar chefiava o DOI-CODI paulista que o irmão do reverendo, Paulo Stuart Wright, foi sequestrado e desapareceu, em setembro de 1973. Outros presos atestaram que Paulo esteve na sede do aparelho repressivo, na rua Tutóia, em São Paulo.

O encontro entre torturada e torturador reabriu o debate sobre a Lei de Anistia e trouxe agitação aos quartéis. Mas Sarney disse que não admitiria uma caça às bruxas, lembrando que a anistia serviu para ambos os lados. Para o presidente, era preciso “sepultar o revanchismo”. Os militares, já sob ataque com as revelações e o sucesso editorial de *Brasil: Nunca Mais*, viram no episódio a chance de voltarem a se posicionar.

Ustra foi defendido pelo ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, em um documento de circulação interna produzido, a pedido dele, pelo Centro de Comunicação do Exército, e distribuído "a todos os escalões subordinados e (...) dado conhecimento imediato a todo o pessoal". Entretanto, a nota assinada pelo general de brigada Ruperto Clodoaldo Pinto extrapolou os limites da caserna, e foi publicada na edição de 24 de agosto de 1985 de *O Estado de S. Paulo*. O documento reservado obtido pelo jornal resultou em uma reportagem que foi a manchete da edição, com o título: "O Exército elogia coronel do Uruguai".

A nota trazia um resumo sobre o ocorrido na visita presidencial ao Uruguai e da situação profissional do coronel Brilhante Ustra, que havia sido nomeado adido do Exército naquele país em julho de 1983 para um período de dois anos. O texto também afirmava que, diante de informações obtidas junto a "funcionários da nossa Embaixada" no Uruguai,

o reconhecimento mútuo entre o coronel e a parlamentar (...) transcorreu de acordo com as normas sociais, funcionais e diplomáticas exigidas pelas circunstâncias (...). Em nenhum momento o coronel desculpou-se por sua atuação no combate ao terrorismo no passado. O clima de cordialidade e de entendimento

não sugeria que a parlamentar viesse a assumir as atitudes adotadas quando seu regresso ao Brasil.⁷²

As "atitudes adotadas" pela deputada, que não foram condizentes com a obediência a "normas sociais", "diplomáticas" e ao "clima de cordialidade", referem-se ao fato de Bete Mendes ter denunciado Ustra como torturador. Para o Exército, a atitude da parlamentar:

(...) modificou-se, queremos crer, em consequência da pressão dos mesmos grupos que vêm radicalizando posições através da imprensa e de pronunciamentos de alguns parlamentares.

Por isso, o ministro Léonidas resumiu em três tópicos o que gostaria de "deixar claro" para a tropa:

- O coronel Ustra é o nosso adido do Exército no Uruguai, goza de nossa confiança e permanecerá até completar o período regulamentar.
- Aqueles que atuaram patrioticamente contra os subversivos e os terroristas, perdoados pela anistia, merecem o respeito de nossa instituição pelo êxito alcançado, muitas vezes com o risco da própria vida.
- O Exército continua sendo um todo solidário e assim contribui para o aperfeiçoamento das instituições democráticas brasileiras. Jamais será atingido por palavras e atos retaliatórios por alguns daqueles que ontem o obrigaram a sair dos seus quartéis para que a Nação não trilhasse caminhos ideológicos indesejados pelo nosso povo.

Diante da repercussão da nota, o Exército precisou divulgar um comunicado à imprensa sobre o posicionamento reservado do ministro Léonidas. No texto, publicado integralmente pela *Folha de S. Paulo* na edição de 26 de agosto, o Centro de Comunicação do Exército informava que a nota destinava-se a informar o público interno "em face de notícias tendenciosas de que o cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra havia sido punido"⁷³.

Para o Exército, não haveria motivo para que o coronel "sofresse qualquer sanção (...), como a antecipação de seu retorno". Afinal, "ninguém pode ser punido (...) com base (...) em acusações de pessoas interessadas em toldar o clima de conciliação

⁷² LEÔNIDAS mantém adido no Uruguai. **O Estado de S. Paulo**, 24 ago. 1985, p. 4. A íntegra da nota também foi publicada pela *Folha de S. Paulo* na edição do dia seguinte, 25 de agosto.

⁷³ EXÉRCITO lembra que anistia foi para todos. **Folha de S. Paulo**, 26 ago. 1985, Política, p. 4.

nacional." O comunicado da Força terrestre afirmou que não usou "métodos de violação dos direitos humanos no cumprimento de suas missões, inclusive no combate à subversão". Entretanto, evocou a Lei de Anistia para lembrar que "excessos cometidos por integrantes de ambas as partes" foram "sepultados" pelo "grande instrumento da concórdia nacional".

Por fim, o Exército exalta que o processo de "normalização política (...) habilmente conduzido pelo presidente da República, apoiado (...) pelas Forças Armadas", não poderia ser atrapalhado por aqueles que, "impatrioticamente", "querem reabrir as cicatrizes de uma luta ultrapassada (...)."

O assunto esmoreceu na imprensa quando Bete Mendes decidiu encerrá-lo, dez dias após trazer sua denúncia a público. Em uma sessão na Câmara dos Deputados, em 25 de agosto, afirmou que respeitava a anistia que atingia ambos os lados. Mas disse que não poderia se calar sobre o que havia acontecido.

O caso Bete Mendes pode ser considerado como uma evidência da fragilidade do processo de transição do período ditatorial para o democrático, em que não houve uma desmontagem da institucionalidade autoritária – que, em alguns casos, não só foi mantida como também foi reforçada (MACIEL, 2004, p. 85).

Em novembro de 1985, a Arquidiocese de São Paulo liberaria para divulgação a relação com os 444 torturadores identificados pela pesquisa do *Projeto Brasil: Nunca Mais*. Com a divulgação dos nomes na imprensa, ficaria evidente que pessoas acusadas de crimes como torturas e assassinatos continuavam em funções oficiais na Nova República. O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, denunciado pela deputada Bete Mendes, seria apenas um deles.

3. BRASIL: NUNCA MAIS, O REVANCHISMO E A LISTA DOS TORTURADORES

Dentre os veículos impressos de comunicação escolhidos como fontes de análise para este trabalho, o jornal *O Estado de S. Paulo* foi o único que não dedicou qualquer reportagem sobre *Brasil: Nunca Mais*. Naquele ano de 1985, a existência do trabalho feito sob a supervisão de dom Paulo Evaristo Arns e assumido pela Arquidiocese de São Paulo não seria sequer rastreável no *Estadão* não fosse por uma menção discreta, mas relevante.

O Estado de S. Paulo mantinha uma postura crítica sobre dom Paulo Evaristo Arns como líder da Arquidiocese de São Paulo. Segundo Evanize Sydow e Marilda Ferri, biógrafas do cardeal, a cobertura do jornal era crítica a dom Paulo por considerá-lo o “principal representante da chamada Igreja ‘aggiornata’, (...) corrente nascida com os chamados padres operários na França” (p. 268).

Além disso, as autoras afirmam que a família Mesquita, proprietária da SA O Estado de S. Paulo, tinha diferenças históricas com a Igreja Católica. Diante de tal trajetória, o jornal trata, em sua cobertura, dos principais temas relacionados nesta pesquisa – sem, no entanto, mencionar o livro, evitando dar publicidade ao trabalho realizado sob a coordenação de dom Paulo e defendido por sua arquidiocese.

Dessa forma, *O Estado de S. Paulo* menciona *Brasil: Nunca Mais* diretamente uma única vez no ano de 1985. Em 9 de agosto, uma sexta-feira, uma carta publicada na seção dedicada aos leitores do jornal trazia uma dura crítica ao livro que nunca havia sido citado no periódico⁷⁴. O leitor, identificado como Antônio Erasmo Dias, de Santos, relacionava uma entrevista de dom Paulo Evaristo Arns, publicada pelo *Jornal do Brasil* em 28 de julho, a uma entrevista do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, publicada pelo próprio *Estadão* em 1º de agosto, com o título: “Esquecer o passado”.

Em sua missiva, o leitor fazia uma longa crítica a *Brasil: Nunca Mais*, a setores da esquerda e ao revanchismo por eles empregado contra o Exército brasileiro. De

⁷⁴ DIAS, Antônio Erasmo. O livro do cardeal. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 ago. 1985, Dos leitores, p. 2.

acordo com o leitor, a obra seria, portanto, instrumento de um ataque orquestrado à instituição e ao papel dos militares no período da ditadura.

O livro é realmente triste, repositório de um dos lados sujos e imundos da estúpida “guerra” iniciada pelos fanáticos da ideologia marxista-leninista do “assassinar é fazer justiça”, “do roubar é expropriar” que realmente está por ser contada (...).

Por mais hedionda que seja a tortura e assim cremos que ela seja; (...) não concordamos com tal tipo de se fazer História quando se reconhece que está feita pela metade na exploração triste de meias-verdades; de um lado, apenas monstros e bestas-feras, de outro lado a angelicidade pura e serena de anjos do paraíso!

De tudo isso apenas uma sofrida lição: a esquerda esfuziante, populista, demagógica, dialética e elitista continua a demonstrar sua excelsa capacidade de inteligência, inclusive em modelar a História a seu modo.

(...) Leia-se no “Brasil: Nunca Mais” o que pensa a esquerda do nosso Exército no seus Capítulos 4 a 6! Continua em marcha a execração da Instituição de Caxias!

Parece-nos óbvio que a carta é assinada pelo mesmo Antônio Erasmo Dias que, coronel da reserva do Exército, foi secretário de Segurança Pública de São Paulo por cinco anos, entre 1974 e 1979 – embora tal “currículo” não esteja mencionado no jornal, uma omissão impertinente⁷⁵.

Impertinente porque foi no período de sua gestão que ocorreram fatos marcantes da violência da ditadura contra seus opositores em São Paulo, a saber, os assassinatos do jornalista Vladimir Herzog (em 25 de outubro de 1975) e do operário Manoel Filho (em 17 de janeiro de 1976) nas dependências do DOI-CODI, bem como a invasão da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) por tropas da Polícia Militar em 13 de setembro de 1977.

Não à toa, os capítulos de *Brasil: Nunca Mais* a que Erasmo Dias se refere em sua crítica são justamente aqueles que tratam da estrutura da repressão. Eles estão na Parte II do livro, sob o título “O sistema repressivo”. São eles: 4. A origem do Regime

⁷⁵ Erasmo Dias era morador de Santos e serviu em diversos postos no litoral paulista em sua carreira militar – foi comandante da 3ª Bateria de Obuses de Costa, no Guarujá, em 1962, e, durante as movimentações para o golpe de 1964, chefiou a ocupação da refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão. De 1968 a 1971 comandou o 6º Grupo da Artilharia de Costa Motorizado, em Praia Grande. Antes de se tornar secretário do governo de Laudo Natel e ir para a reserva, assumiu a chefia do Estado-Maior do Comando de Artilharia de Costa e Antiaérea da 2ª Região Militar, em Santos. Morto em 4 de janeiro de 2010, aos 85 anos, em decorrência de um câncer, foi enterrado no cemitério do Paquetá, em Santos – o caixão estava coberto com a bandeira do Santos Futebol Clube.

Militar; 5. A consolidação do Estado Autoritário; 6. A montagem do aparelho repressivo e suas leis.

Ainda que o leitor Antônio Erasmo Dias fosse um homônimo do ex-secretário de Segurança Pública de São Paulo, que também por grande coincidência vivesse na mesma cidade que o coronel habitava, ao publicar a carta o jornal deu voz à narrativa que os militares que apoiaram a ditadura militar, e que dela participaram, desenvolveram a partir da transição política.

Para esses militares, a esquerda não fazia nada além de buscar uma revanche. Por isso, as Forças Armadas – e o Exército, em especial – seriam alvo de perseguição dos grupos de oposição no período pós-ditadura, apesar de terem atendido, na época do golpe, aos anseios do povo brasileiro por uma intervenção que afastasse o comunismo do país.

Dessa forma, a anistia aprovada em 1979 não teria satisfeito os opositores da ditadura. E, uma vez no período democrático, eles estariam prontos para buscar a vingança por meio de uma manipulação da História – o que Erasmo Dias constata ser uma “sofrida lição” de uma esquerda com “excelsa capacidade de inteligência”.

Dentre as fontes analisadas, a carta do “leitor” Erasmo Dias foi a primeira a identificar uma reação dos militares contra o revanchismo que *Brasil: Nunca Mais*, na visão desse grupo, ajudava a construir e reforçar. O caso Bete Mendes, que seria trazido à público no mesmo mês de agosto, e as consequências da denúncia que a atriz e deputada federal fazia contra o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, com massiva cobertura da imprensa, trariam novos ingredientes a essa “manipulação”. A ponto de motivar até o monitoramento da comunidade de informações, como mostraremos neste terceiro capítulo.

Pelos fatos até aqui apresentados, acreditamos que a lista de torturadores produzida pelo projeto *Brasil: Nunca Mais*, mais do que a publicação do livro ou a especificação dos métodos de tortura utilizados pelo Estado brasileiro durante a ditadura militar, é o fator de consolidação da obra como uma memória “oficial” dos horrores do período.

A divulgação dos 444 nomes é um ponto de inflexão da memória construída até então: apesar dos apelos do próprio governo, “esquecer o passado” não era mais uma possibilidade. É essa perspectiva que pretendemos abordar neste Capítulo 3.

Com base nas informações contidas na lista, divulgada por alguns veículos de comunicação entre os dias 21 e 22 de novembro de 1985, a imprensa passaria a ter acesso a uma fonte crível – do ponto de vista dos preceitos jornalísticos, já discutidos anteriormente, e conforme um desejo daqueles que idealizaram e produziram o *Projeto Brasil: Nunca Mais*.

A divulgação da lista do *Projeto Brasil: Nunca Mais* seria mais uma lembrança das torturas, das mortes e dos desaparecimentos ocorridos na ditadura militar no ano em que os militares finalmente haviam deixado a presidência da República. Mas não foi a única.

Além do reencontro entre vítima e algoz protagonizado pela deputada Bete Mendes e o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, trataremos de outros dois fatos que colocaram o passado ditatorial nas manchetes: a reabertura das investigações do assassinato do jornalista Alexandre von Baumgarten e a divulgação da lista do “Bagulhão”, divulgada pelo deputado José Genoíno. Quatro assuntos que, em 1985, atingiram os militares e fizeram as acusações de revanchismo virem à tona.

3.1. O caso Alexandre von Baumgarten e a narrativa do revanchismo

No fim de maio de 1985, o Brasil ainda se recuperava do luto da perda do presidente eleito, Tancredo Neves, e a repentina mudança na liderança do Executivo Federal. José Sarney era quem ocupava a presidência de forma oficial fazia um mês, tendo assumido o compromisso de manter a costura política que permitiu o retorno de um civil ao Planalto.

Um desses compromissos era a manutenção da Lei de Anistia, conforme afirmou Tancredo Neves na entrevista à imprensa logo após sua eleição pelo Colégio Eleitoral, em 15 de março:

Reabrir esse problemas [os crimes cometidos pelos militares durante a ditadura] seria implantar no Brasil um revanchismo, e nós não cuidaríamos do presente nem do futuro. Todo o nosso tempo seria pequeno para voltarmos realmente a esse rebuscar, a essa revisão, a esse processo de inquirição sobre o passado. Não creio que a sociedade brasileira aspire por isso.⁷⁶

Diante da fala de Tancredo, era claro que a agenda da Nova República mantinha o pacto da transição dos militares: buscar e punir os responsáveis por crimes cometidos durante a ditadura não seria justiça, mas "revanchismo"⁷⁷. Só não seria tão simples ignorar os fatos do passado, já que nem todos optariam pelo total esquecimento.

"Alexandre von Baumgarten voltou". Essa é a primeira frase da reportagem de duas páginas da revista *Veja* de 22 de maio de 1985, cujo título era: "Ele está de volta"⁷⁸. Tantas referências a um "retorno" fazem sentido. O jornalista Alexandre von Baumgarten, que havia se tornado sócio de uma reedição da famosa revista *O Cruzeiro*, havia sido encontrado morto quase três anos antes, em outubro de 1982, no Rio de Janeiro. As suspeitas eram de que Baumgarten havia sido assassinado a mando de integrantes do Serviço Nacional de Informações, o poderoso SNI.

Mais do que qualquer outro fato relacionado nesta pesquisa – seja o lançamento de *Brasil: Nunca Mais* ou o reencontro da deputada federal Bete Mendes com o homem que a torturou –, foi o caso Alexandre von Baumgarten que mereceu atenção intensa da imprensa durante todo o ano de 1985. Foram raros os dias em que os jornais e as revistas consultados para esta pesquisa não publicassem ao menos uma pequena nota referente ao caso Baumgarten.

A morte de Baumgarten voltou a pautar a imprensa nacional quando *Veja*, em maio de 1985, publicou uma entrevista com o procurador Victor André Soveral Junqueira, da 2ª Câmara Criminal do Rio. Ele era o responsável por investigar a falência da

⁷⁶ RIBEIRO, José Augusto. **Tancredo Neves: a noite do destino**, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2015. pp. 620-621

⁷⁷ O uso específico do vocábulo "revanchismo" causou-me curiosidade: afinal, vingança é um sinônimo perfeitamente cabível e uma palavra mais usual do cotidiano. De acordo com o dicionário Houaiss, a revanche é uma reparação geralmente dura, rude, de afronta, sofrida. Ou seja, é mais do que vingança, porque pressupõe um rebaixamento moral do oponente.

⁷⁸ ELE está de volta. **Veja**, São Paulo, 22 mai 1985, pp. 26-27.

Caixa de Pecúlio dos Militares (Capemi) e uma possível conexão da empresa com a morte de Baumgarten.

A Capemi, que era dirigida por militares da reserva, havia assinado um contrato de publicidade com a revista *O Cruzeiro* em setembro de 1980, e se envolveu em diversos negócios fraudulentos (o maior deles, na construção da Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará), tendo acumulado dívidas milionárias.

O inquérito policial do caso Baumgarten foi reaberto por decisão do secretário da Polícia Civil do Rio de Janeiro, e ficou a cargo do delegado Ivan Vasques de Freitas, que acabou se tornando personagem de presença quase diária no noticiário.

Sem dúvida, o enredo novelesco do crime tornava a narrativa atrativa para a imprensa – com muitas idas e vindas, tentaremos resumi-lo. Em 25 de outubro de 1982, o corpo de Baumgarten foi encontrado na Praia da Macumba, na zona oeste do Rio de Janeiro, após 13 dias de desaparecimento. Junto com a esposa, Jeanette Hansen, o jornalista tinha saído de casa para uma pescaria, e o casal nunca mais fora visto.

Uma vez que o corpo de Baumgarten foi identificado no Instituto Médico Legal do Rio, a causa da morte ficou estabelecida: afogamento. Mas uma reportagem publicada por *Veja*, em 26 de janeiro de 1983⁷⁹, mudou a história da morte do jornalista. A revista mostrava que Baumgarten morreria, na verdade, em decorrência de três tiros, dois na cabeça e um no tórax, conforme um outro laudo do IML. O documento estava anexado a um inquérito policial da Delegacia de Polícia da Barra da Tijuca, que simplesmente havia deixado de investigar um possível assassinato.

Mais novidades viriam na edição seguinte. Na publicação de 2 de fevereiro de 1983⁸⁰, *Veja* trazia na capa uma reportagem com informações ainda mais graves: Baumgarten havia escrito um dossiê, em janeiro de 1981, que fora entregue a

⁷⁹ BECK, Leda; COURI, Norma; STALL, Bella; VARGAS, Francisco. O sol por testemunha. *Veja*, São Paulo, 26 jan. 1983, pp. 26-29

⁸⁰ UM ENVELOPE explosivo. *Veja*, São Paulo, 2 fev. 1983, pp. 20-27.

apenas dez pessoas, com a indicação expressa de ser lido e divulgado no caso de sua morte ou desaparecimento.

Neste material, o jornalista denunciava a existência de um esquema de lavagem de dinheiro que envolvia o SNI, a Capemi e a revista *O Cruzeiro*⁸¹. Por causa desse esquema, alertava que estava jurado de morte pelo general Newton Cruz, que ocupava o posto de chefe da Agência Central do serviço secreto brasileiro.⁸² As revelações de *Veja* fizeram com que a Justiça determinasse a reabertura do inquérito policial. Mas o caso acabou arquivado ao fim de 1983, sem grandes esclarecimentos sobre as circunstâncias da morte de Baumgarten e sem a identificação dos responsáveis pelo crime.

Assim, em 1985, quando o caso Baumgarten foi reaberto, o assassinato do jornalista também voltou a ser associado ao nome daquele que acabou se tornando o principal suspeito de ser o mandante do crime, o general Newton Cruz.

De figura importante na comunidade de informações, Newton Cruz foi, de certa maneira, abandonado pelo Exército após ter seu nome envolvido no caso Baumgarten. Em 1983, o Brasil ainda vivia sob a ditadura, mas já em processo mais acelerado para a transição, e não houve censura na publicação de reportagens sobre Baumgarten e as acusações de negócios criminosos envolvendo o SNI.

Em agosto daquele ano, Cruz deixou o SNI e passou a comandante militar do Planalto. Sua passagem na função foi cercada por polêmicas: em duas ocasiões no período, executou medidas de emergência em Brasília, sitiando a cidade durante duas importantes votações no Congresso (uma delas, a da emenda das Diretas). Ele também teria ordenado uma invasão na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, sob a alegação de que seria realizada uma manifestação contra a ditadura. Por fim, ameaçou fisicamente dois jornalistas – durante a votação das Diretas, irritado por

⁸¹ A revista *O Cruzeiro* foi um dos mais importantes títulos da imprensa brasileira enquanto foi editada pelos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, entre 1928 e 1975. Baumgarten adquiriu o título em 1979, e colocou a linha editorial a favor da ditadura em troca de recursos financeiros do SNI, de acordo com o seu próprio dossiê.

⁸² Para mais informações sobre o caso Baumgarten, ver: CASO Baumgarten. **Memória Globo**. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/%20coberturas/caso-baumgarten>. Acesso em: 27 maio 2021.

estar sendo fotografado em um atrito com estudantes, sacou o revólver e encostou-o na barriga de um repórter fotográfico.

Em novembro de 1984, diante de sua desastrada experiência à frente do Comando Militar do Planalto, Newton Cruz foi tirado do cargo pelo presidente João Figueiredo. Transferido para um órgão da burocracia do Exército (o Departamento Geral do Pessoal), ficou afastado da tropa e das reuniões do alto comando da força terrestre. O golpe final veio em março de 1985, quando Newton Cruz foi preterido na escolha para a promoção a general de divisão, o posto mais alto da carreira. Sem as quatro estrelas, foi para a reserva e, em maio, iniciou a vida política, filiando-se ao PDS⁸³.

Com o retorno do caso Baumgarten, agora em uma nova conjuntura política, Newton Cruz também viu que não poderia contar com a ajuda – ao menos, pública – do Exército e do governo. Segundo uma nota publicada na coluna de bastidores *Informe JB*⁸⁴, um assessor do Presidente José Sarney afirmou que o Planalto considerava o envolvimento de Cruz um "assunto de polícia". Ou seja, que não estaria sob a imunidade da Lei de Anistia.

Ministro do Exército, o general Leônidas Pires Gonçalves também sinalizou que Cruz não estaria protegido pela Força. Diante da sinalização que o general da reserva seria convocado para depor, o ministro afirmou que o Decreto 79.099/77, que resguarda os militares de depoimentos sobre assuntos sigilosos, não se aplicava ao caso. Para ele, não se tratava de um caso de segurança nacional⁸⁵.

Apesar de toda essa trajetória, o general afirmou que sua implicação no caso Baumgarten se devia ao "revanchismo na Nova República": "Há uma verdadeira obsessão para se condenar o general Newton Cruz. Mas, se me atingem, estão atingindo o governo anterior."⁸⁶

⁸³ Sobre a trajetória de Newton Cruz, ver: NEWTON de Araújo de Oliveira e Cruz. **FGV CPDOC**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/newton-de-araujo-de-oliveira-e-cruz>. Acesso em: 27 maio 2021.

⁸⁴ CASO POLICIAL. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 30 mai. 1985, 1º caderno, Nacional, p. 6.

⁸⁵ LEÔNIDAS considera caso de polícia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 31 mai. 1985, 1º caderno, Caso Baumgarten, p. 8.

⁸⁶ NEWTON Cruz diz que é uma vítima do revanchismo. **Folha de S. Paulo**, 30 jul. 1985, Política, p. 4.

Acreditamos que a digressão para o caso Alexandre von Baumgarten nesta pesquisa, embora fuja do nosso objeto de estudos, pode ser útil para ilustrar a estratégia de defesa pública dos militares que foram acusados de envolvimento em crimes durante a ditadura – e, conforme nos mostram as falas de Newton Cruz, não necessariamente nos casos de torturas, assassinatos e desaparecimentos de opositores do regime.

Nas fontes utilizadas nesta dissertação, o uso da narrativa do revanchismo é trazida, pela primeira vez, justamente no caso Baumgarten. A partir desse momento, a evocação do termo ficará mais presente.

Em agosto de 1985, mas no dia 6 (pouco antes da revelação do encontro entre Bete Mendes e Brilhante Ustra), o deputado federal José Genoíno, do PT, ex-militante do PCdoB e sobrevivente da Guerrilha do Araguaia, foi ao plenário da Câmara e divulgou uma lista com os nomes de pessoas, a maioria delas policiais e militares, que teriam sido torturadores durante a ditadura.

O objetivo de Genoíno era tornar a listagem conhecida em todo o país⁸⁷. Por isso, o deputado pediu que a lista fosse incluída nos Anais da Câmara, mas a requisição foi negada por Ulysses Guimarães, presidente da Casa. Sua alegação era de que apenas proposições lidas em plenário poderiam ser publicadas – e Genoíno não havia lido a relação de nomes. Nas fontes consultadas, não foi possível identificar o motivo que levou Genoíno a divulgar uma listagem de torturadores na Câmara.

O deputado afirmou que a lista já havia sido publicada em jornais alternativos. Tratava-se, portanto, da relação divulgada em 1978, pelo jornal *Em Tempo*. O semanário publicou uma lista com o nome de 233 torturadores que constava no “Bagulhão”, como ficou conhecido o documento produzido em outubro de 1975 por 35 presos políticos que cumpriam pena no Presídio da Justiça Militar Federal em São Paulo⁸⁸.

⁸⁷ GENOÍNO apresenta lista de torturadores, mas Ulysses veta publicação. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 7 ago. 1985, 1º caderno, Política, p. 2.

⁸⁸ Tratamos mais detalhadamente da produção do “Bagulhão” no Capítulo 1 desta dissertação.

Em Tempo foi um dos representantes da imprensa alternativa da década de 1970. Iniciou sua circulação regular, de periodicidade semanal, no início de 1978 (embora três edições experimentais tivessem sido lançadas no fim de 1977). Foi criado por jornalistas que haviam deixado o jornal *Movimento*.⁸⁹

A edição de número 17, que cobria a semana de 26 de junho a 2 de julho de 1978, trazia em sua manchete: “Presos denunciaram 233 torturadores”. Foram necessários quase três anos para que o conteúdo da carta produzida pelos presos políticos fosse publicado. Afinal, conforme dizia o texto que acompanhava a manchete: “nenhum jornal do país ousou até hoje publicá-la.”⁹⁰



Figura 7 - As duas páginas do semanário *Em Tempo*, com a lista de denunciados do "Bagulhão"

⁸⁹ Um dos fundadores de *Em Tempo*, o jornalista Bernardo Kucinski afirma que a publicação da lista dos torturadores colocou o jornal na história da imprensa alternativa brasileira. Sobre *Em Tempo*, ver: ESTANISLAU, Lucas. *Em Tempo: um jornal para enfrentar a ditadura de modo contundente*. *Opera Mundi*, São Paulo, 4 maio 2018. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/memoria/49300/em-tempo-um-jornal-para-enfrentar-a-ditadura-de-modo-contundente>. Acesso em: 27 maio 2021.

⁹⁰ O acervo de *Em Tempo* está digitalizado e pode ser consultado na página do Centro Sérgio Buarque de Holanda de Documentação e História Política, ligado à Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/peri-dicos>. Acesso em: 27 maio 2021.

A edição, que era formada por 12 páginas, dedicou duas delas – as páginas centrais – às reportagens que denunciavam os torturadores. “A denúncia foi formulada há quase três anos. Mas continuava inédita nos jornais do país, pois não encontrou quem a publicasse, aguardando talvez ‘dias melhores’”, dizia o texto de abertura.

Para além do ineditismo da lista, *Em Tempo* publicou os nomes dos agentes acusados de tortura em um momento importante. O país ainda vivia sob a vigência do AI-5, mas estava marcada, para aquela semana, a leitura da sentença de uma Ação Declaratória movida pela família de Vladimir Herzog contra o Estado brasileiro⁹¹. Era a primeira vez que a União responderia pelo assassinato causado pelos órgãos de repressão da ditadura.

Diante de tamanho simbolismo, a reação às denúncias começaram a surgir. Até porque, logo após Genoíno resgatar a lista de *Em Tempo*, haveria o encontro entre a deputada federal Bete Mendes e o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, a quem ela acusou de ter lhe infligido torturas no DOI-CODI de São Paulo.

Com dois deputados federais trazendo à tona o passado de torturas e o sucesso editorial de *Brasil: Nunca Mais* (que também iria publicar uma relação com nomes de torturadores), o tema do revanchismo e da anistia voltou a aparecer no noticiário.

De acordo com reportagem da *Folha de S. Paulo*, em 22 de agosto de 1985, o ministro do Exército estava convencido de que havia um movimento de desestabilização do país em curso. “Os constantes apelos que tenho feito para o esquecimento do passado têm como único propósito obter um clima de convivência

⁹¹ Em abril de 1976, seis meses após o assassinato de Vladimir Herzog, a família do jornalista deu entrada a uma Ação Declaratória na Justiça Federal de São Paulo, pleiteando que fosse declarada a responsabilidade da União pela prisão, tortura e morte de Herzog – a viúva Clarice e os filhos Ivo e André buscavam, mais que uma indenização, uma reparação moral. A sentença do caso, que tramitou na 7ª Vara Cível, seria proferida pelo juiz João Gomes Martins em 26 de junho de 1978, mas uma medida liminar impediu a leitura da decisão. Quatro meses depois, em outubro de 1978, o jovem juiz Márcio José de Moraes, que havia acabado de assumir a Vara e o caso, proferiu a sentença que condenou a União. Sobre o caso Vladimir Herzog, ver: FILHO, Pedro Paulo. *Grandes Advogados, Grandes Julgamentos - Vladimir Herzog*. **OAB São Paulo**. Disponível em: <https://www.oabsp.org.br/sobre-oabsp/grandes-causas/vladimir-herzog>. Acesso em: 27 maio 2021.

democrática", teria dito Leônidas Pires Gonçalves, em uma reunião com outros dois generais, em Brasília⁹².

O presidente José Sarney também agiu. Por meio de informes recebidos do Serviço Nacional de Informações (SNI), que atestava inquietações no meio militar por causa das denúncias, o presidente decidiu desencadear uma operação para controlar os congressistas. Em reportagem da *Folha* de 24 de agosto, havia a informação de que o presidente pedira aos líderes da Aliança Democrática que contivessem os parlamentares dispostos a fazer mais revelações. Os chefes do Gabinete Militar, general Bayma Denis, e do Gabinete Civil, José Hugo Castello Branco, também fizeram parte da "operação abafa", conversando com deputados e senadores.⁹³

Nem todos os parlamentares, claro, calaram-se. Em 26 de agosto, o deputado Sebastião Curió, coronel da reserva do Exército e um dos líderes da repressão à Guerrilha do Araguaia, foi à tribuna da Câmara para divulgar a lista de "vinte assaltantes, terroristas, comunistas (...)"⁹⁴ que ocupavam cargos no governo ou em funções públicas. Curió, que era filiado ao PFL (ou seja, um partido da Aliança Democrática), disse que sua lista tinha quatro mil nomes. "Se é para levar para o campo do revanchismo, citaremos milhares de bandidos que estão no governo hoje". Ao saber da manifestação do deputado, o ministro do Exército afirmou que "isso não constrói". O general Bayma Denis, chefe do Gabinete Militar, disse que "a base da anistia é o esquecimento".

Com listas de parte a parte e as acusações de revanchismo, três jornais utilizaram o espaço de seus editoriais para condenar as denúncias e reafirmar a adesão ao projeto da Nova República. Assim, *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo* defenderam a Lei de Anistia, reprimiram as tentativas de retornar a um passado indesejado e reforçaram de que a transição política ocorria sem traumas, com a crença em um processo de apagamento/esquecimento.

⁹² DIMENSTEIN, Gilberto. Leônidas vê movimento contra governo em denúncias de tortura. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 ago. 1985, Política, p. 7.

⁹³ SARNEY inicia operação para conter denúncias de tortura. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 ago 1985, Política, p. 5.

⁹⁴ CURIÓ divulga sua lista de "terroristas e comunistas". **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 ago 1985, Política, p. 7.

Dessa maneira, analisamos que, conforme os militares passaram a utilizar a imprensa como via de denúncia para os "revanchismos", essa mesma imprensa fez um recuo no debate sobre a questão da tortura ocorrida no período da ditadura. Lembremos que, quando *Brasil: Nunca Mais* foi lançado, o assunto foi tratado como algo do passado. A denúncia de Bete Mendes trouxe o assunto para o presente. Mas, conforme o governo Sarney passou a defender os pressupostos da Lei de Anistia para o sucesso da estabilidade da Nova República, e militares identificados com a ditadura começaram a vocalizar seu descontentamento, os veículos de comunicação alinharam-se ao discurso oficial que promovia o esquecimento.

Nos subterrâneos, porém, a denúncia de Bete Mendes e a retomada da discussão sobre a tortura e os torturadores da ditadura militar na imprensa foram assunto de um informe confidencial⁹⁵ de três páginas produzido pelo Centro de Informações da Marinha (Cenimar), com a data de 4 de setembro de 1985, e difundido para o SNI, para o CIE (Centro de Informações do Exército) e para o CISA (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica). O assunto era "revanchismo".

O informe fez um compilado de nove tópicos sobre "uma série de movimentos de denúncias de torturas (...)". Segundo o texto produzido pelo serviço de inteligência da Marinha:

Esses movimentos, que direcionam suas acusações mais especificamente aos militares que atuaram na repressão à subversão e ao terrorismo, encontram na imprensa todo o espaço que necessitam para a veiculação de suas mensagens.⁹⁶

O relatório do Cenimar elencava o lançamento do livro *Brasil: Nunca Mais*, e as reportagens sobre ele, como "um dos eventos mais importantes desse esquema de denúncias". Descrevia que o livro foi publicado pela Arquidiocese de São Paulo, com aporte financeiro do Conselho Mundial de Igrejas, discutia o tema da tortura com o "objetivo aparente de que ela não se repita no País" – mas deixava claro que não

⁹⁵ A reprodução do informe produzido pelo Cenimar consta em reportagem publicada em 2019 pelo UOL. MADEIRO, Carlos. Documentos revelam ação militar e de Sarney para abafar crimes pós-ditadura. **UOL**, 25 ago. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/08/25/documentos-revelam-acao-militar-e-de-sarney-para-abafar-crimes-pos-ditadura.htm>. Acesso em: 27 maio 2021.

⁹⁶ Informação nº 0847, de 4 de setembro de 1985, produzida pelo Centro de Informações da Marinha.

acreditava nessa tese. O documento já mostrava a linha crítica que os setores identificados com a ditadura militar iriam seguir sobre o conteúdo do livro:

A Obra, sem indicação de autoria, baseia-se unicamente em depoimentos de ex-presos políticos, indicando, no mínimo, parcialidade e má fé. As análises teóricas dos autores não consideram, em nenhum momento, as ações terroristas das organizações de esquerda e, nem tampouco, fazem qualquer referência às pessoas mortas pelo terrorismo nativo. Ao contrário, procuram justificar a conduta desenvolvida pelos comunistas, como a única opção que restou aos que queriam se opor ao regime.

O extenso tópico relacionado ao *Brasil: Nunca Mais* terminava informando que o livro relacionava o nome de 125 presos políticos dados como desaparecidos. E citou que a Arquidiocese de São Paulo “elaborou uma lista dos torturadores, aguardando, apenas, o momento oportuno para divulgá-la.”

Ao fazer uma análise do cenário dos “movimentos de denúncias de torturas” no Brasil, o informe do Cenimar fez uma conclusão dividida em seis tópicos. Destacava que as denúncias de tortura faziam parte de uma campanha revanchista, baseada na “exumação” de listas, com objetivo de atingir a imagem das Forças Armadas e, em especial, a do Exército.

Afirmava, também, que setores ligados à esquerda utilizavam a imprensa (que era participante do “esquema revanchista”), os discursos de parlamentares (referindo-se à fala de José Genoíno e à denúncia de Bete Mendes) e a publicação de livros (numa clara referência a *Brasil: Nunca Mais*) para radicalizar posições para condenar torturadores. A conclusão do relatório era de que, embora o presidente José Sarney tivesse orientado tratar o assunto como encerrado, isso não significaria que o tema deixaria de ser explorado, com o objetivo de “tumultuar a evolução do processo democrático”.

3.2. A lista dos 444 torturadores: a consolidação da obra

No dia 22 de novembro de 1985, uma sexta-feira, três dos quatro jornais diários utilizados como fontes nessa pesquisa publicaram reportagens sobre a lista com os

nomes de 444 pessoas acusadas de serem torturadores compilada pelo *Projeto Brasil: Nunca Mais*.

Conforme já informamos nesse capítulo, o jornal *O Estado de S. Paulo* não publicou reportagens sobre o *Projeto Brasil: Nunca Mais*. Também seguindo na mesma linha editorial demonstrada até então, *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil* foram os que mais deram destaque à lista. *O Globo*, que manteve uma cobertura mais discreta sobre o *Projeto* e o lançamento do livro, optou por registrar a divulgação da lista em uma pequena reportagem.

Folha de S. Paulo e *Jornal do Brasil* destacaram a divulgação da lista em manchetes na capa de suas edições e ambos os jornais informaram que o nome mais importante da relação produzida pelo *Projeto Brasil: Nunca Mais* era o do general Octávio de Aguiar Medeiros, comandante militar da Amazônia. Da mesma forma, *Folha* e *JB* reproduziram, na íntegra, os 444 nomes compilados pela pesquisa.

A reportagem da *Folha de S. Paulo*⁹⁷ informava que o general Medeiros era acusado de torturas em dois processos na Justiça Militar, em Juiz de Fora (MG) e Rio de Janeiro. Ex-ministro chefe do SNI no governo de João Baptista Figueiredo, o coronel do Exército também teve seu nome envolvido no caso Alexandre von Baumgarten, assim como outro oficial da força terrestre: Ary Pereira de Carvalho, que fora citado em três processos consultados pelos pesquisadores do *Brasil: Nunca Mais*.

O *Jornal do Brasil* dedicou toda uma página à divulgação da lista. Na principal reportagem, destacava que o general Medeiros era um dos 444 torturadores denunciados por presos políticos em processos examinados pelo Superior Tribunal Militar entre abril de 1964 e março de 1979⁹⁸. A reportagem trazia dois pontos importantes para a credibilidade da lista: a relação havia sido elaborada "com base exclusivamente nos processos do STM" e só foi enviada "às empresas de comunicação que a consultassem especificamente para isso, evitando tomar a iniciativa pela divulgação."

⁹⁷ "BRASIL Nunca Mais" acusa 444 da prática de tortura. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 nov. 1985, Política, p. 8.

⁹⁸ LISTA de 444 torturadores inclui o general Medeiros. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 nov. 1985, 1º caderno, Política, p. 4.

As duas revistas semanais que consultamos – *Veja* e *Isto É* – igualmente publicaram reportagens sobre a lista de torturadores do *Projeto Brasil: Nunca Mais* em suas edições subsequentes à data de divulgação, no dia 27 de novembro, uma quarta-feira.

Veja dizia, já na abertura de sua reportagem de capa, que nenhuma das listas com o nome de acusados de tortura teve "o peso e o respaldo" da que havia sido organizada pela equipe do *Projeto Brasil: Nunca Mais*. Mais uma vez, é a credibilidade sendo dada ao uso da documentação oficial, afinal, "pela primeira vez, uma lista desse tipo foi feita com base em documentos da Justiça Militar."⁹⁹

Ao cumprir a premissa do jornalismo de "ouvir o outro lado", *Veja* procurou por alguns dos citados na lista. Segundo a revista, militares e policiais acusados "reagiram com o silêncio – como Medeiros –, ira, ironias ou com destempero total". Um dos "destemperados" foi o capitão de mar e guerra reformado Raymundo Ramos Sharp, que afirmou à revista: "Esses homens que usam saia" – ou seja, padres – "são uns palhaços que deviam deixar de lado a política e cuidar mais de seus fiéis".

Além de citar o general Medeiros, *Veja* também apontava que outros relacionados ocupavam cargos de importância no Exército ou no governo naquele momento. Além do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que estava de saída do posto de adido militar na Embaixada do Brasil no Uruguai, a revista destacava o general da reserva Mário de Mello Mattos, embaixador do Brasil no Paraguai, e o secretário de Segurança Pública de Pernambuco, Mauni Antonio Figueiredo.

A lista de torturadores do *Projeto Brasil: Nunca Mais* foi publicada pela imprensa exatamente uma semana após a realização das eleições municipais, no feriado de 15 de novembro. Havia 20 anos que as capitais dos Estados, que foram consideradas cidades de segurança nacional após a edição do Ato Institucional nº 3, em 1966, não elegiam seus prefeitos, que passaram a ser nomeados pelos governadores. Segundo a *Folha de S. Paulo*, a lista não havia sido liberada à

⁹⁹ PASSADO torturante. *Veja*, São Paulo, 27 nov. 1985, pp. 62-63.

imprensa antes da realização do pleito porque a Arquidiocese de São Paulo temia o uso político-eleitoral das informações.

Na primeira eleição municipal do pós-ditadura, os paulistanos escolheram Jânio Quadros para o Executivo. O ex-presidente da República, que teve seus direitos políticos cassados por dez anos (entre 1964 e 1974), candidatou-se pelo PTB e derrotou Fernando Henrique Cardoso, do PMDB, que era considerado o favorito na disputa em São Paulo.

Figura polêmica e alinhado a um perfil mais conservador, Jânio elegeu-se dando ênfase às questões de segurança pública e de combate ao comunismo. Como assumiria a Prefeitura paulistana em 1º de janeiro de 1986, começou a anunciar o nome dos componentes de seu governo em dezembro. E então, no dia 20 daquele mês, o *Jornal do Brasil* publicava que o assistente militar nomeado por Jânio, para servir diretamente no gabinete do prefeito, tinha seu nome na lista de *Brasil: Nunca Mais*¹⁰⁰.

O nome do coronel da Polícia Militar Francisco Antônio Coutinho e Silva também estava na listagem do "Bagulhão". Segundo o *JB*, ao saber das acusações sobre o policial, Jânio chamou-o para uma conversa e manteve a nomeação de Coutinho e Silva. Em sua nova função, o coronel seria responsável por comandar oito oficiais e 50 soldados que cuidariam da segurança do prefeito, de sua casa e da prefeitura, à época instalada no Parque do Ibirapuera. Também seria o responsável pela Defesa Civil da cidade.

Coutinho e Silva confirmou ao *JB* que havia trabalhado na Operação Bandeirantes entre 1970 e 1971, mas jamais havia cometido sevícias. "Nunca torturei ninguém, nem assisti a nenhuma sessão de tortura. Eu só entregava os presos na Operação Bandeirantes e já saía para outra captura", afirmou. "O que eu fiz, eu fiz. Siimplesmente cumpro ordens e tenho certeza de que não fiz excessos. (...)

¹⁰⁰ JÂNIO escolhe auxiliar acusado de torturador. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 dez. 1985, 1º caderno, Política, p. 3.

Participei da guerra de rua e prendi muita gente. Esses elementos que prendi é que declinaram meu nome como torturador."

O prefeito eleito só se manifestou publicamente sobre as denúncias após o Natal. Na edição de 27 de dezembro do *Jornal do Brasil*, Jânio Quadros abriu uma polêmica com o cardeal arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns¹⁰¹. Após realizar uma visita ao Tribunal de Justiça de São Paulo, foi indagado sobre a presença do nome de seu assistente militar na lista de *Brasil: Nunca Mais*.

Jânio Quadros resolveu personalizar a questão: "Basta a Arquidiocese condenar alguém, para estar absolvido por mim", afirmou aos jornalistas. "Eu não me envolvo nos negócios da Igreja. Ela que não se envolva nos assuntos da prefeitura", disse.

Dom Paulo respondeu nos jornais do dia seguinte. Segundo a *Folha de S. Paulo*, o cardeal informou que o prefeito eleito estava equivocado: "Quanto à notícia (...) de que a Arquidiocese acusa algum membro do futuro secretariado, ela é improcedente", declarou. "Nunca interferimos em assuntos municipais, mas sempre nos colocamos ao lado de nosso povo mais sofrido, procurando seguir o exemplo de Cristo."¹⁰²

Por uma questão do recorte cronológico – definimos o ano de 1985 como o limite de nossa pesquisa –, não temos outros exemplos nas fontes utilizadas de como a lista de torturadores do *Projeto Brasil: Nunca Mais* se tornou um banco de dados para a consulta dos antecedentes de militares e civis envolvidos com a ditadura.

Podemos dizer, entretanto, que nos anos subsequentes, grupos de defesa dos direitos humanos e o próprio reverendo Jaime Wright, utilizaram as informações do *Projeto* para evitar que pessoas relacionadas aos crimes da ditadura assumissem cargos públicos.

¹⁰¹ JÂNIO manda a Igreja não interferir e diz que absolve coronel. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 dez. 1985, 1º caderno, Política, p. 2.

¹⁰² D. PAULO responde a ex-presidente dizendo seguir "exemplo de Cristo". **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 dez. 1985, Política, p. 5.

Essa atuação vigilante de Jaime Wright é trazida por Lucas Figueiredo, em seu livro *Olho por olho*. Segundo o jornalista,

(...) Jaime Wright conseguiu evitar a nomeação ou promoção de vários colaboradores da repressão, tanto militares quanto civis. Foi ele, por exemplo, quem em 1995, já no governo Fernando Henrique Cardoso, alertou para o fato de que, segundo constava no BNM, o adido militar do Brasil em Londres, coronel Armando Avólio Filho, era acusado de participar de sessões de tortura quando servia como 1º tenente no Batalhão da PE do Rio. (FIGUEIREDO, 2009, p. 186)

As repercussões trazidas tanto pelas informações contidas no livro quanto pela disponibilização de dados adicionais que constavam na pesquisa, como a lista com os nomes de torturadores, seriam percebidas com maior facilidade nos anos subsequentes à finalização do *Projeto Brasil: Nunca Mais*.

Mas consideramos que, por mais que as denúncias de tortura tenham sido o ponto principal na escrita do livro *Brasil: Nunca Mais*, e, sem dúvida, uma contribuição extremamente importante para o conhecimento sobre o uso institucionalizado das práticas de violência pelo Estado brasileiro, é a compilação de nomes de torturadores que fez a consagração definitiva do trabalho do *Projeto Brasil: Nunca Mais*.

Não à toa, a divulgação da lista não foi feita junto do livro. Embora não se possa desprezar as questões de segurança e a possibilidade de interferência das informações ali contidas nos processos eleitorais ocorridos em 1985, não se pode negar que dom Paulo Evaristo Arns e o reverendo Jaime Wright tinham grande experiência nas estratégias de comunicação dos assuntos relacionados às violações de direitos humanos.

Quando dom Paulo afirmava, em entrevistas, que se a lista fosse divulgada junto do livro, ela tiraria a atenção do denso conteúdo descrito em *Brasil: Nunca Mais*, seu argumento era compreensível. Saber como e quando comunicar também faz parte do sucesso de uma publicação.

3.3. Os anos seguintes ao *Nunca Mais*: memórias da ditadura em disputa

Com a punição dos crimes cometidos pelos agentes do Estado interdita pela Lei de Anistia, algumas ações reparatórias aos perseguidos pela ditadura militar ocorreram nos anos subsequentes ao fim do regime de exceção – mas foram necessários pelo menos dez anos para que tais ações fossem tomadas. Enquanto a pauta de defesa dos direitos humanos não encontrava grande aderência na sociedade e nos governos, os militares – em especial, aqueles que fizeram parte da comunidade de informações –, reagiram e contestaram as informações contidas em *Brasil: Nunca Mais*.

Se, no início desta dissertação, trabalhamos com os precedentes e as condições de realização do *Projeto Brasil: Nunca Mais*, achamos que seria interessante apontar, nesta parte final da pesquisa, os momentos em que *Brasil: Nunca Mais* foi acessado por públicos diversos nos anos subsequentes à sua divulgação – seja como objeto de contraponto para a produção de obras que contestavam seu conteúdo, seja como fonte de informação para as demandas de justiça e reparação.

Decidimos não nos debruçar sobre as produções acadêmicas que se valeram do acervo do *Projeto* para contribuições à historiografia sobre a repressão, a tortura e a atuação das organizações de esquerda na ditadura militar. Diante do enorme volume de informações, tais apontamentos merecem, possivelmente, uma pesquisa à parte¹⁰³.

A partir do lançamento do livro, em julho de 1985, não foram poucas as acusações de que a obra era revanchista, como mostramos ao longo deste capítulo. Em combinação com outros episódios ocorridos naquele ano e relatados previamente, como a denúncia da deputada Bete Mendes ao reencontrar o homem que lhe

¹⁰³ O reverendo Jaime Wright, em um artigo publicado na *Folha de S. Paulo* de 14 de julho de 1995, sobre os 10 anos do lançamento do livro *Brasil: Nunca Mais*, apontou que *Combate nas Trevas* (1987), de Jacob Gorender, foi o primeiro livro a utilizar o acervo do *Projeto Brasil: Nunca Mais* como fonte. No campo acadêmico, destacou Jaime Wright, a primeira tese de doutorado a utilizar este material foi "As organizações comunistas e a luta de classes" (1987), cujo autor é o historiador Daniel Aarão Reis. Marcelo Ridenti, em *O Fantasma da Revolução Brasileira* (2010), afirmou nos agradecimentos que seu livro é "devedor dos pesquisadores anônimos do Projeto Brasil: Nunca Mais, (...) seus patrocinadores e porta-vozes conhecidos, Dom Paulo Evaristo Arns e Reverendo Jaime Wright."

submeteu à tortura, os militares viram-se impelidos a assumir uma posição de defesa. Para João Roberto Martins Filho (2002), *Brasil: Nunca Mais* "firmou-se como um dos principais pontos de referência para a resposta castrense à memória crítica sobre o regime militar."

A primeira resposta veio no ano seguinte, em 1986. Marco Pollo Giordani, 2º sargento do Comando Militar do Sul, publicou *Brasil: Sempre*, pela Editora Tchê!, de Porto Alegre. O militar se definia como "um homem de informações, com vários anos de DOI-CODI", que se motivou a escrever a sua obra, sozinho, para rebater o "faccioso relato de um pretenso grupo de especialistas, tendo à testa o arcebispo metropolitano de São Paulo – Dom Paulo Evaristo Arns e outros".

O prefácio, escrito pelo major de cavalaria José Antonio Queiroz, diz que "*Brasil: Sempre* não teria existido se, na extremidade absurda das provocações áridas, não tivesse vingado um *Brasil: Nunca Mais*". A capa do livro mimetizava a de *Brasil: Nunca Mais* – *Brasil: Sempre* foi escrito com a mesma fonte, também na cor amarela, mas em um fundo verde, evocando as cores nacionais.

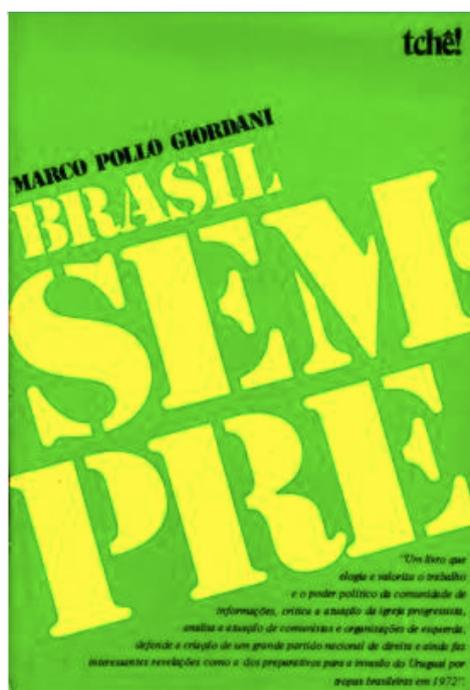


Figura 8 – Reprodução da capa do livro *Brasil: Sempre*

Na análise de Martins Filho (2002), o livro não só atacava as informações trazidas por *Brasil: Nunca Mais* como demonstrava a "indignação dos ex-componentes dos órgãos de informação com o modo como foi encaminhada a abertura política". Afinal, Giordani reclamava: "É comum nos dias atuais se ouvir de políticos e até mesmo de autoridades militares recomendações impensadas de 'esquecimento do passado'". O autor, nos conta Martins, nega a existência de tortura e justifica os "excessos" como resultado da lei "de que toda ação corresponde a uma reação".

Em 1987, mais um livro que pretendia equilibrar a balança das memórias da ditadura foi lançado. O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra publicou, por uma pequena editora de Brasília chamada Editerra, e com o auxílio de sua esposa, Maria Josefa, o livro *Rompendo o Silêncio*.

A principal motivação do escrito de Ustra, pago com recursos próprios para uma tiragem de 3 mil exemplares, era se defender das acusações de Bete Mendes, algo que não fez na época em que a então deputada federal revelou ter sido torturada por ele. Mas, na introdução de seu livro, Ustra também não deixou de fazer uma referência indireta a *Brasil: Nunca Mais*: "Me preocupo quando vejo panfletos tomando ares de história contemporânea, e sendo utilizados como a verdade definitiva." (FIGUEIREDO, 2009, p. 127)

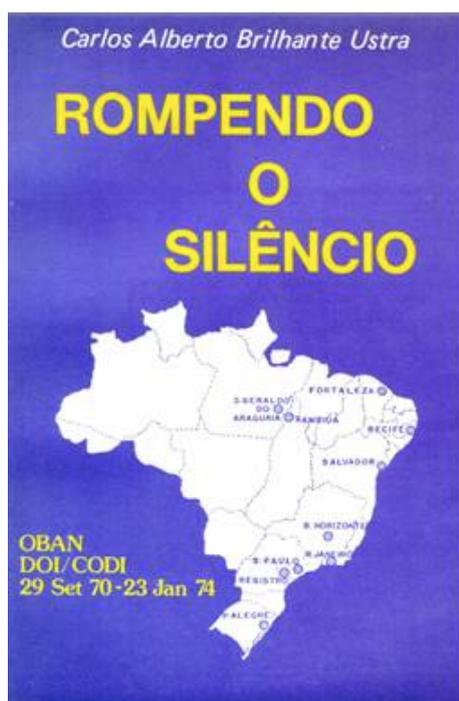


Figura 9 – Reprodução da capa do livro *Rompendo o silêncio*

O lançamento de *Rompendo o Silêncio* valeu uma reportagem de quatro páginas da revista *Veja* de 18 de março de 1987¹⁰⁴. De acordo com o texto, um terço das 345 páginas do livro foram destinadas a desmentir Bete Mendes, que naquele momento acabava de assumir a Secretaria Estadual de Cultura de São Paulo, no governo recém-iniciado por Orestes Quércia (PMDB).

Ustra decidiu publicar o livro no início de março de 1987 porque sabia que não estava na lista de promoções do Exército e não se tornaria general. "Não quero dar a impressão de que publiquei o livro porque não fui promovido. Afinal, pedirei passagem para a reserva, pois não fico na ativa depois de preterido"¹⁰⁵, disse o militar, segundo a *Veja*.

Tanto *Brasil: Sempre* quanto *Rompendo o Silêncio* podem ser considerados livros de respostas individuais, escritos por dois militares do Exército e ex-integrantes da comunidade de informações que estavam inconformados com o tratamento destinado a eles no Brasil da Nova República. No caso de Brilhante Ustra, seu livro também tem um caráter de defesa pessoal, diante das acusações de Bete Mendes, que foram somadas a depoimentos de outros ex-militantes de organizações de esquerda sobre atuação dele como torturador e referendadas pela documentação trazida pelo *Brasil: Nunca Mais*.

No entanto, houve uma resposta oficial do Exército às denúncias trazidas por *Brasil: Nunca Mais*. Mas a mesma atitude do presidente José Sarney, de neutralizar as denúncias sobre torturas, assassinatos e desaparecimentos sofridos pelos setores de oposição à ditadura, foi tomada em relação ao livro produzido pela força terrestre, cujo objetivo era mostrar o "outro lado". Assim, em 1988, quando o material chegou às mãos do chefe do Executivo, ele não permitiu que fosse publicado. Os poucos

¹⁰⁴ O GRITO do porão. *Veja*, São Paulo, 18 mar. 1987, pp. 28-31

¹⁰⁵ Embora fosse um oficial da ativa, Brilhante Ustra não recebeu nenhuma punição ao publicar o livro, já que segundo o ministro do Exército, coronel Leônidas Pires Gonçalves, tratava-se de "matéria histórica". Mas, na divulgação de sua obra, o coronel acabou dando opiniões sobre a situação política do país em entrevistas, o que era contra o regramento de conduta para oficiais. Mesmo assim, foi poupado, "em caráter excepcional", segundo o seu comandante, general Fernando Valente Pamplona. (O GRITO, 1987, p. 31). Já Marco Pollo Giordani não teve o mesmo tratamento. De acordo com reportagens de *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil* de fins de outubro de 1986, o militar sofreu uma punição e ficou dez dias preso no 3º Batalhão de Polícia do Exército, em Porto Alegre, por ter desrespeitado o regulamento e ter abordado assuntos sigilosos da força terrestre.

militares que souberam da existência desse material se tornaram guardiões do trabalho.

Em 5 de novembro de 2000, uma reportagem da *Folha de S. Paulo*¹⁰⁶ noticiava que um livro datilografado em 1.200 páginas, divididas em dois volumes, estava sendo divulgado aos poucos na internet, por meio do site do grupo Terrorismo Nunca Mais (Ternuma), criado por militares, ex-militares e apoiadores da ditadura militar.

A reportagem da *Folha* afirmava que o general Lônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército do governo de José Sarney, havia encomendado o livro ao comando do Centro de Informações do Exército (CIE) – o serviço de inteligência da força terrestre esteve fortemente envolvido em torturas, assassinatos e desaparecimentos durante a ditadura.

“A gênese do livro”, destaca a reportagem, “é a irritação das Forças Armadas com a publicação, em 1985, do livro ‘Brasil Nunca Mais’ (...)”. O livro, segundo o texto, continha a versão do Exército para ações promovidas por grupos de esquerda para tentar depor os governos militares. Leônidas Pires Gonçalves foi procurado pelos repórteres para comentar sobre o “livro secreto”, mas afirmou ao jornal que não faria declarações.

Foram necessários quase sete anos para que o “livro secreto” fosse, enfim, revelado. Em 15 de julho de 2007, os jornais *Correio Braziliense* e *Estado de Minas*¹⁰⁷, do grupo Diários Associados, publicavam o resultado de uma investigação do repórter Lucas Figueiredo, que havia obtido uma cópia completa do trabalho do CIE. Chamado por seus “guardiões” de *Orvil* (a palavra livro, ao contrário), ganhou o nome oficial de *As tentativas de tomada do poder*.

Figueiredo, que também produziu *Olho por Olho*, livro de 2009 em que detalha a produção do *Orvil*, contou que o trabalho do Exército começou a ser gestado ainda em 1985. Tornou-se um projeto classificado como reservado, encerrado no fim de 1987, cujo objetivo era ser “(...) uma obra que desdissesse tudo o que a outra

¹⁰⁶ MAGALHÃES, Mário; TORRES, Sérgio. Internet revela livro secreto do Exército. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 nov. 2000, Brasil, p. A14.

¹⁰⁷ A reportagem pode ser encontrada na íntegra no blog do autor. FIGUEIREDO, Lucas. [ARQUIVO DE REPÓRTER - 1] O livro secreto do Exército. **Blog do Lucas Figueiredo**. 13 dez. 2011. Disponível em: <https://lfigueiredo.wordpress.com/2011/12/13/arquivo-de-reporter-1-o-livro-secreto-do-exercito>. Acesso em: 27 maio 2021.

afirmara, uma espécie de avesso do *Brasil: Nunca Mais*." (FIGUEIREDO, 2009, p. 10)

A pedido do Ministro do Exército, o CIE fez um inventário sobre os crimes cometidos por militantes de esquerda – assaltos, roubos, furtos, sequestros de diplomatas e de aviões. Também reuniu 1.700 nomes de "inimigos do regime militar", e cerca de 100 pessoas vitimadas por atos de organizações de esquerda. Por fim, o livro-resposta a *Brasil: Nunca Mais* contava "como as Forças Armadas tinham salvado o Brasil do comunismo e dos comunistas". (FIGUEIREDO, 2015, p. 82)

Ao contrário do que havia acontecido na reportagem da *Folha* de 2000, o general Leônidas Pires Gonçalves concedeu entrevista a Figueiredo em 2007. Aos 85 anos, o ex-ministro reconheceu que o *Orvil* fora elaborado a seu mando, com base em documentos sigilosos do acervo do serviço secreto do Exército. Como consequência, confirmou que as Forças Armadas jamais tinham destruído arquivos do período da ditadura, embora a versão oficial sempre atestasse o contrário. "Foram queimados coisa nenhuma", afirmou o general. Em 2012, o *Orvil* foi editado em formato de livro, e o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra foi o responsável por escrever a apresentação.

Ainda que Leônidas Pires Gonçalves tenha negado a destruição de documentos do período da ditadura, a justificativa oficial das Forças Armadas sempre foi a de que não há mais registros do período, inviabilizando, em muitos casos, a elucidação de desaparecimentos e mortes promovidas pela estrutura repressiva.

Se, em 1985, muitos militares identificados com a ditadura reclamavam ser atacados pelo revanchismo, nos anos subsequentes o sentimento passou a ser o de ressentimento¹⁰⁸. Na caserna, a memória do golpe de 1964 e as ações da ditadura, como um ato "necessário" para o salvamento da nação da ameaça comunista, nunca deixaram de ser celebrados. Na esfera pública, essa defesa foi, por muito

¹⁰⁸ Usando Pollak (1989) como base para sua argumentação, Egberto Melo e Sônia Meneses mencionam a vergonha como elemento do ressentimento entre aqueles que participaram de crimes de violação de direitos humanos. No caso brasileiro, afirmam, a operação é inversa: o ressentimento emerge pelo orgulho dos militares brasileiros em terem defendido a pátria contra o perigo comunista, mas terem sido devidamente reconhecidos por isso. (MELO e MENESES, 2019, p. 46)

tempo, interdita – e a proibição de *Orvil* talvez tenha sido, naquele final dos anos 1980, a primeira grande expressão disso¹⁰⁹.

Em depoimentos coletados na primeira metade dos anos 1990 pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, militares que ocuparam posições de comando nos órgãos de informação na ditadura manifestaram o desconforto com a narrativa predominante sobre aquele período:

Implícito neste ponto está a avaliação de que, se venceram a guerra contra as organizações da esquerda revolucionária, foram derrotados na luta pela memória histórica do período. É importante observar que muitos militares se “queixam” justamente de não se ter apresentado uma versão das Forças Armadas sobre a repressão que fosse socialmente acatada como legítima. Se normalmente a história esquecida é a dos vencidos, na questão do combate à guerrilha haveria como que um movimento perceptivo inverso – a história ignorada seria a dos vencedores. Dessa forma, para alguns militares, teria predominado uma situação peculiar em que o vencido tornou-se o “dono” da história. (CASTRO, D’ARAÚJO e SOARES, 1994, p. 13)

Como afirmam Egberto Melo e Sônia Meneses (2019, p. 45), entre os anos 1980 e 1990, o Brasil passou por um “transbordamento” da memória (em referência ao conceito de Michael Pollak) sobre alguns setores perseguidos pela ditadura. Para Melo e Meneses, uma significativa produção cultural construiu um relativo consenso sobre o tema¹¹⁰, reforçando a “vitória dos vencidos” como narrativa hegemônica e da qual os militares se ressentiram.

Segundo Marcos Napolitano (2014, posições 5410-5422), a literatura de testemunho dos anos 1980, escrita por ex-guerrilheiros de esquerda, serviu para solidificar a memória hegemônica, pois os livros de maior sucesso faziam uma autocrítica explícita ou velada à luta armada como um capítulo necessário, mas superado, de oposição à ditadura.

Dois dos livros a que o historiador se refere – *O que é isso, companheiro?* (1979), de Fernando Gabeira, e *Os carbonários* (1980), de Alfredo Sirkis – também inspiraram

¹⁰⁹ O crítico literário João Cezar Castro Rocha, professor de literatura comparada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), afirma que a guerra cultural bolsonarista tem como guia a narrativa colocada pelo *Orvil*, revanchista e negacionista dos crimes cometidos pelas Forças Armadas na ditadura, conforme trabalha em seu livro *Guerra cultural e retórica do ódio: Crônicas de um Brasil pós-político* (2021).

sucessos audiovisuais. O livro de Gabeira foi levado ao cinema em 1997 e a obra de Sirkis serviu de inspiração para a minissérie *Anos Rebeldes*, da TV Globo, em 1992.

Na visão de Carlos Fico (2012, posição 480), houve uma leitura reducionista no pós-ditadura sobre a atuação de militares e opositores. Os primeiros ficaram no papel de “bandidos” – e o autor ressalta que os militares não foram os únicos responsáveis pela repressão, mencionando a participação de setores da sociedade civil e de outros funcionários de Estado. Sobre os opositores, os “mocinhos”, Fico afirma que aqueles que participaram da luta armada passaram por uma “paulatina heroificação” que considera estar longe do protagonismo que tiveram na época de opositores da ditadura, em uma memória romantizada que foi construída sobre eles.

De qualquer forma, se no plano da memória, os militares sentiram-se derrotados, na dimensão legal, mantiveram-se vencedores. A Lei de Anistia não permitiu a realização de uma justiça de transição. Segundo Glenda Mezarobba, das quatro obrigações básicas que um Estado com um legado de violações de direitos humanos deve enfrentar, o Brasil contemplou apenas uma: a oferta de reparações. De resto, o Brasil ignorou outros deveres, a saber:

(...) investigar, processar e punir os violadores de direitos humanos; revelar a verdade para as vítimas, seus familiares e toda a sociedade; e afastar os criminosos de órgãos relacionados ao exercício da lei e de outras posições de autoridade. (2010, p. 109)

Após a publicação de *Brasil: Nunca Mais* em 1985, a denúncia da tortura cedeu lugar justamente para a reivindicação por reparação, liderada pelos familiares de mortos e desaparecidos. Esse processo começou a ter seu primeiro resultado somente dez anos depois da publicação do livro, quando o governo brasileiro iniciou o processo de reconhecimento de responsabilidades nas violações aos direitos humanos durante a ditadura militar. A Lei 9.140, sancionada em 1995 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, concedeu aos familiares de mortos e desaparecidos durante a ditadura o direito de requerer atestados de óbito de seus entes e de receber uma indenização financeira.

De forma imediata, a lei identificou como mortos 136 desaparecidos políticos – era a primeira vez que, no Brasil, admitia-se a responsabilidade do Estado pela atuação criminosa de seus agentes sem a necessidade de uma sentença judicial (MEZAROBBA, 2010, pp. 111-112). O reconhecimento se deu com base em uma publicação também daquele ano: o *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*, realizado por familiares de vítimas da ditadura e pelos grupos Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro e de Pernambuco. Neste levantamento, as informações do *Projeto Brasil: Nunca Mais* serviram como fonte de informação.

A mesma lei também determinou a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). De acordo com Lucas Figueiredo, os dados compilados pelo *Projeto Brasil: Nunca Mais* subsidiaram a comissão para julgar a responsabilidade do Estado sobre a morte de militantes políticos (2009, p. 121). A CEMDP analisou 475 casos e deferiu 220.

Tal reconhecimento, entretanto, não se deu sem dificuldades e sem tentativas anteriores. Em 1990, o debate sobre os desaparecidos e os mortos pela ditadura foi retomado com a descoberta da Vala de Perus, no Cemitério Dom Bosco, em São Paulo, local em que foram despojadas ossadas de presos políticos assassinados. A prefeitura de São Paulo, à época liderada pela petista Luiza Erundina, constituiu uma comissão de investigação e a Câmara de Vereadores instituiu uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Nesse contexto, em que outras valas clandestinas foram descobertas no Recife e no Rio de Janeiro, uma Comissão de Representação Externa de Busca de Desaparecidos Políticos foi instalada na Câmara dos Deputados, em Brasília. (DIAS, 2013).

Dias (2013) também relata que, em 1993, houve a tentativa de elaboração de um anteprojeto de lei para o reconhecimento da responsabilidade do Estado nas mortes e desaparecimentos. Posteriormente, foi apresentada uma proposta para a criação de uma comissão (que envolveria Legislativo, Judiciário e sociedade civil) para apurar as mortes ocorridas durante a ditadura. Por fim, em 1994, os grupos de familiares propuseram uma carta de compromisso aos candidatos à Presidência da República, com as pautas que já haviam sido discutidas. Após três presidentes civis

(José Sarney, Fernando Collor de Mello e Itamar Franco), apenas o governo de Fernando Henrique Cardoso abriu agenda para o tema.

Conforme nos diz Janaína de Almeida Teles (2010, p. 254), a lei de 1995 impôs às vítimas o ônus da prova, "(...) pois o Estado negou os fatos e negou-se a apresentar informações que fundamentassem suas alegações." Tais dificuldades, segundo Carlos Fico, deram-se porque o governo FHC enfrentou a questão "(...) sempre com muita cautela, para não irritar os militares, zelosos quanto ao pacto da anistia." (2012, posição 581)

Como reflete Elizabeth Jelin (2002, pp. 43-44), os momentos de abertura política são de enfrentamento de múltiplos atores sociais e políticos, que vão estruturando seus relatos do passado e, ao fazê-lo, também expressam seus projetos e suas expectativas políticas para o futuro. Neste trabalho, a intenção foi justamente a de mostrar alguns fragmentos das várias disputas pela memória no pós-ditadura travadas nos âmbitos institucionais e nos discursos, a partir da divulgação do livro *Brasil: Nunca Mais*. E a imprensa, como pudemos acompanhar, foi um espaço de debate, repercussão e também formação de narrativas desses embates, formando uma memória não só da obra publicada, mas também dos atores envolvidos nas discussões sobre o que o Brasil iria lembrar (e esquecer) na Nova República.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 10 de dezembro de 2014, uma cerimônia realizada em Brasília marcou a entrega do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), após dois anos e sete meses de trabalho. O Brasil finalmente tinha uma versão oficial sobre os crimes praticados por agentes do Estado durante a ditadura militar.

Na abertura da cerimônia, o então coordenador da CNV, o advogado Pedro Dallari, ressaltou a importância da realização da Comissão Nacional da Verdade e das informações contidas no relatório: naquele momento, mais de 80% da população brasileira (que era de quase 203 milhões de pessoas, segundo estimativa do IBGE) havia nascido após o golpe de 1964; destes, 80 milhões nasceram depois de 1985. Quase 40% dos brasileiros, em 2014, só conheciam um Brasil com a realização periódica de eleições e sob a liderança de um civil na Presidência da República. Ou seja: um número significativo de brasileiros jamais havia vivido a experiência de um regime autoritário.

A Comissão Nacional da Verdade oficial usou como fonte o estudo que, para muitos, foi a primeira Comissão da Verdade brasileira: o *Projeto Brasil: Nunca Mais*. Já no primeiro capítulo dos três volumes do relatório final, a CNV mostra-se tributária do legado de *Brasil: Nunca Mais*, que havia chegado ao público 29 anos e quatro meses antes.

Sobre os antecedentes históricos da Comissão Nacional da Verdade, assim é descrita a contribuição de *Brasil: Nunca Mais*:

(...) o *Brasil: Nunca Mais* é considerado a maior iniciativa da sociedade brasileira na denúncia de graves violações de direitos humanos praticadas durante a ditadura militar e se tornou obra de referência quando se debate o papel das organizações não governamentais na agenda da Justiça de Transição (...) (BRASIL, 2014, p. 24)

O objetivo desta pesquisa, que aqui chega em suas considerações finais, foi o de analisar como a imprensa noticiou o lançamento de *Brasil: Nunca Mais* e as denúncias de torturas e assassinatos trazidas pelo livro no ano em que o Brasil

voltou a ter um presidente civil, no contexto da transição política pós-ditadura, colaborando para construção de uma memória sobre a ditadura militar, entre tantas, que ainda permanecem em disputa nos dias atuais.

Mas, em alguma medida, também tivemos a intenção de trazer a dimensão do *Projeto Brasil: Nunca Mais* como um objeto, e não apenas como fonte de pesquisa e caminho de acesso aos processos judiciais por ele preservado. Este é um viés pouco explorado nos trabalhos sobre a iniciativa, e que consideramos de grande importância na discussão sobre a articulação da sociedade civil na defesa dos direitos humanos.

A criação de uma Comissão Nacional da Verdade, ainda que muito tardiamente, fazia parte do 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH)¹¹¹, apresentado em 21 de dezembro de 2009. Dividido em seis eixos orientadores, o 3º PNDH colocou, entre eles, o Direito à Memória e à Verdade como uma política de Estado.

Tais direitos fazem parte do tema da justiça de transição, questão que marcará as Comissões da Verdade realizadas em vários países, segundo Maria Paula Araujo (2012). É nesse ponto, de acordo com a autora, que estão algumas diferenças entre o trabalho realizado no *Projeto Brasil: Nunca Mais* e o relatório final da Comissão Nacional da Verdade.

Para Maria Paula Araujo (2012), a questão principal no momento em que os relatórios *Nunca Mais* foram realizados, na Argentina e no Brasil, "(...) era o registro e a memória: não permitir o esquecimento do que havia se passado", afirma. "O resgate da memória (...) revelou-se uma arma de denúncia da repressão." (posição 2859).

Como antecessores dos relatórios de Comissões da Verdade, esses trabalhos não trazem em seus objetivos "(...) preocupações que surgiram um pouco mais tarde:

¹¹¹ A proposta de criação dos Programas Nacionais de Direitos Humanos surgiu na Conferência Mundial dos Direitos Humanos realizada no ano de 1993, em Viena (Áustria). O primeiro PNDH brasileiro foi lançado em 13 de maio de 1996, no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso – o Brasil foi precursor da iniciativa na América Latina. Seis anos depois, ainda sob a presidência de Cardoso, foi lançado o PNDH-2. (ADORNO, 2010, p. 9).

reparação, justiça, responsabilização, punição dos perpetradores, repactuação política, reconciliação" (ARAÚJO, 2012, posição 2880). No caso brasileiro, como uma justiça de transição nunca se efetivou, algumas dessas preocupações sequer puderam ser atendidas.

Mas a iniciativa anterior, claro, ajudou a seguinte – não à toa, a própria CNV reconhece *Brasil: Nunca Mais* como referência. Os pesquisadores da Comissão Nacional da Verdade utilizaram largamente o acervo de processos judiciais que tramitaram na Justiça Militar e foram coletados pelo *Projeto*. Nos três volumes do relatório final, composto por quase 4 mil páginas, há quase duas centenas de referências aos documentos que foram salvaguardados pelo *Brasil: Nunca Mais*.

Como destaca Heloisa de Faria Cruz (2016), o pacto de silêncio firmado com a Lei de Anistia só começaria a ser rompido publicamente em meados dos anos 2000, com o aumento do acesso a documentos sigilosos produzidos pelos governos ditatoriais. Entretanto, é preciso destacar que, se as informações trazidas à público por meio de arquivos ajudaram a desvelar questões do período, o pacto social pouco foi modificado.

Em 29 de abril de 2010, a proposta do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para a revisão da Lei de Anistia foi derrotada no Supremo Tribunal Federal (STF). A instância máxima da justiça brasileira julgou improcedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 153, por 7 a 2. A punição aos agentes do Estado que se envolveram em mortes, desaparecimentos e torturas também foi uma das 29 recomendações do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, em 2014. Mas as sugestões trazidas pelo documento nunca chegaram à efetivação. Podemos dizer, portanto, que tais ações renovaram na sociedade brasileira aquele mesmo pacto de silêncio que marcou o movimento pactuado para o fim da ditadura militar.

Mas voltando ao cenário de disponibilização de importantes documentos sobre o período ditatorial, é relevante mencionar que o *Projeto Brasil: Nunca Mais* também passou por um ganho de difusão. Em 14 de junho de 2011, um evento na sede da Procuradoria Regional da República da 3ª Região, em São Paulo, marcou o Ato Público de Repatriação do acervo do *Projeto*. Era o início do retorno dos

documentos e microfimes relativos à realização da pesquisa para o Brasil, com o objetivo de tornar todo o acervo do *Brasil: Nunca Mais* público em formato digital.

O Center for Research Libraries, consórcio de bibliotecas sediado em Chicago, retornou ao Brasil 543 rolos originais de microfimes, com o conteúdo integral dos processos copiados da Justiça Militar, que foram enviados aos Estados Unidos para preservação e segurança. Já o Conselho Mundial de Igrejas, financiador do *Projeto*, disponibilizou três caixas com cópias de documentos e cartas trocadas entre os realizadores do trabalho – o material estava na sede do CMI, em Genebra, na Suíça.

O trabalho de digitalização do acervo do *Projeto Brasil: Nunca Mais* e a composição do site, chamado *Brasil: Nunca Mais Digital*, reuniu diversas entidades brasileiras e do exterior¹¹². O resultado foi oficialmente apresentado em 9 de agosto de 2013, novamente em um evento no Ministério Público Federal em São Paulo, data em que o site, sob o endereço eletrônico <http://bnmdigital.mpf.mp.br>, entrou no ar.

Desde então, alguns aperfeiçoamentos no repositório, que é hospedado nos servidores do Ministério Público Federal, foram realizados. O mais recente foi disponibilizar toda a documentação para download: a cópia dos 710 processos judiciais, os tomos do Projeto A e o acervo do Conselho Mundial de Igrejas e da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo. Assim como no passado, a documentação relativa à ditadura carece de cuidados para não desaparecer, e acreditamos que a conjuntura atual não nos permite abrir mão desse esforço de preservação.

Defendemos que essa documentação nos dá possibilidades inexploradas de pesquisa. É certo que os processos da Justiça Militar já tenham se consagrado como fonte para trabalhos sobre as organizações de esquerda, torturas, mortes e desaparecimentos. Mas vislumbramos outras abordagens. Uma delas, por exemplo,

¹¹² Participaram da realização da digitalização do acervo do *Projeto Brasil: Nunca Mais* e da criação do site *Brasil: Nunca Mais Digital* as seguintes entidades: Ministério Público Federal, Armazém Memória, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Instituto de Políticas Relacionais, Conselho Mundial de Igrejas, Comissão Nacional da Verdade, Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade de Campinas (Arquivo Edgard Leuenroth), Universidade Metodista de São Paulo, Center for Research Libraries, Arquivo Nacional e Rubens Naves, Santos Jr., Hesketh Escritórios Associados de Advocacia. O projeto também recebeu apoio do Superior Tribunal Militar e do Consulado do Brasil em Chicago.

foi explorada em meu Trabalho de Conclusão do Curso de História, agora convertido em artigo acadêmico já aprovado para publicação.

Neste trabalho, foram utilizados dois processos judiciais sobre o crime de ultraje à bandeira, enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Tais processos nos mostraram como cidadãos comuns, moradores de cidades pequenas do interior do Brasil e sem qualquer envolvimento com atividades de oposição política, foram atingidos pela lógica punitiva da ditadura, na qual qualquer pessoa é um inimigo em potencial.

Além disso, todo o acervo do Conselho Mundial de Igrejas e da Comissão de Justiça e Paz precisa de tratamento arquivístico. Uma vez que sejam organizados, catalogados e sistematizados, podem contribuir para novas pesquisas.

Diante de sua importância e contribuições, o *Projeto Brasil: Nunca Mais* carece – e merece – mais estudos sobre sua realização, sua constituição e suas repercussões. Não temos dúvidas de que o *Projeto* atingiu o que dom Paulo Evaristo Arns previa, ainda em 1985, em entrevista ao *Jornal do Brasil*: "Estas 5 mil páginas [o Projeto A] (...) vão servir de pesquisa para sociólogos, psicólogos, historiadores, juristas e outros no futuro." Entendemos que o *Projeto* atendeu aos que, por meio de seu acervo, conseguiram alcançar a parcela da documentação da Justiça Militar que foi preservada. Mas pensamos que há mais a ser buscado e dito.

Quando nos deparamos com documentos-monumentos como o *Projeto Brasil: Nunca Mais*, e nos desafiamos a ir além de sua monumentalidade, começamos a perceber suas camadas de construção, suas intencionalidades, silenciamentos, consensos e dissensos. Seus participantes foram, e ainda são, atores importantes na luta pela democracia e pelo respeito aos direitos humanos neste Brasil de 2021.

Por isso, no primeiro capítulo dessa dissertação, há uma tentativa de reunir algumas das fontes disponíveis sobre a produção do *Projeto* para buscar colocar sua realização dentro de uma conjuntura e personificar alguns de seus realizadores. Como não era o objetivo dessa pesquisa, não nos aprofundamos nas buscas de declarações dos participantes que deixaram o anonimato do *Projeto* sobre a sua

realização. Sabemos pouco sobre o que pensam, como atuaram, como avaliam sua participação e a importância de *Brasil: Nunca Mais* hoje.

Neste sentido, acreditamos também que falta uma biografia à altura das realizações do reverendo Jaime Wright. Conforme nos conta Lucas Figueiredo no Epílogo de *Olho por Olho*, Wright foi o principal guardião do *Projeto Brasil: Nunca Mais* até a sua morte, em 1999. Mas a atuação do reverendo foi ampla, e o resgate da sua trajetória dentro do movimento ecumênico brasileiro, como articulador da fundação da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, como irmão de um desaparecido político e, claro, como religioso, merecem maior atenção.

Por fim, nos dois capítulos que dedicamos à análise da imprensa, pudemos constatar como o lançamento do livro *Brasil: Nunca Mais* e a posterior divulgação da lista com o nome dos 444 torturadores pautaram os principais veículos de comunicação do país naquele momento. Um imprevisto fenômeno editorial, *Brasil: Nunca Mais* ocupou as páginas das seções culturais de jornais e revistas, mas tornou-se foco de reportagens no noticiário político e tema de colunas de opinião porque a conjuntura se impôs. O silêncio do governo federal sobre a publicação do livro, e a reação indignada dos militares, dizem muito sobre a importância das informações ali coletadas.

Ainda que tenhamos utilizados seis veículos de comunicação, entre jornais e revistas, como fontes primárias para esta pesquisa, temos de reconhecer que as abordagens sobre *Brasil: Nunca Mais* trazidas por essa imprensa foram bastante homogêneas. Nesse sentido, concordamos com a análise de Lauro Ávila Pereira, em sua tese de doutorado, em que a "constituição de um discurso midiático quase homogêneo pressupõe o monopólio da comunicação de massa" (PEREIRA, 2017, p.2), sendo essa a realidade do campo da comunicação no Brasil na década de 1980 que se aprofundaria nas décadas seguintes.

Essa homogeneidade, entretanto, acabou por reforçar alguns discursos sobre *Brasil: Nunca Mais* que se mantiveram ao longo do tempo, como o elogio à objetividade e ao seu conteúdo "imparcial" (com todos os problemas que o uso da palavra carrega), por ser baseado em documentos oficiais.

Acreditamos, também, que não se pode desprezar a capacidade de mobilização do tema da tortura trazido pelo lançamento do livro e, em especial, pela divulgação da lista dos torturadores – o que, conforme mencionamos anteriormente, reputamos como o momento crucial para a transformação de *Brasil: Nunca Mais* na referência que se tornou. Mas avaliamos que a obra, mesmo com seu conteúdo relevante e seu sucesso editorial, não seria capaz de furar sozinha o bloqueio dos assuntos relacionados aos crimes da ditadura.

É preciso destacar as questões conjunturais que também abordamos na pesquisa: o caso Bete Mendes, a reabertura do caso Alexandre von Baumgarten e o julgamento dos militares que lideraram a última ditadura na Argentina. Todos esses assuntos, juntos, trouxeram uma mobilização sobre a temática dos crimes cometidos por agentes do Estado no regime autoritário. Mesmo assim, dentro da homogeneidade demonstrada pelos veículos de imprensa, manteve-se a adesão à agenda da transição política, da conciliação e do respeito à Lei de Anistia.

Por fim, o tema da disputa das memórias sobre a ditadura, do qual *Brasil: Nunca Mais* é um constituinte, mostrou-se mais atual e necessário do que gostaríamos. Se, nos primeiros anos do pós-ditadura, os militares se viam como derrotados pela memória, não podemos concordar que essa situação se manteve. Nos últimos anos, especialmente a partir dos protestos de junho de 2013, defensores do período de exceção foram abertamente às ruas pedir por uma nova intervenção militar.

Em 2018, os brasileiros elegeram Jair Bolsonaro, capitão da reserva do Exército, como presidente da República, tendo como vice o general Hamilton Mourão. Defensor da ditadura, o presidente eleito referiu-se várias vezes ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra como um "herói nacional", alguém que ajudou a combater o comunismo e os comunistas que pretendiam tomar o Brasil.

Dois anos antes de se eleger presidente, na votação da abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, o então deputado federal Bolsonaro disse que seu "sim" ao afastamento era uma homenagem à "memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff".

A cena está imortalizada em *Democracia em vertigem*, obra da cineasta Petra Costa que concorreu ao Oscar de Melhor Documentário em 2020. Tal como Petra (que é pouco mais de um ano mais nova do que eu) narra em seu filme: "(...) eu e a democracia brasileira temos quase a mesma idade. Eu achava que nos nossos 30 e poucos anos, estaríamos pisando em terra firme (...)"¹¹³.

Realizar essa pesquisa foi uma jornada pelo Brasil da Nova República e, também, pela minha trajetória pessoal: eu e tantos brasileiros contemporâneos a esse país pós-ditadura considerávamos a democracia uma conquista consolidada. Entretanto, deparamo-nos com os desafios que perduram devido a uma transição pactuada, marcada pelo esquecimento. Aqui, lembramos do célebre conceito trazido pelo historiador Henry Rousso: o "passado que não passa" ainda é realidade neste Brasil de 2021. *Brasil: Nunca Mais*, com a potência das denúncias realizadas mais de três décadas atrás, é um importante instrumento para nos fazer lembrar das lutas do passado e do presente. E ainda com a esperança de que o *nunca mais* aconteça.

FONTES

¹¹³ DEMOCRACIA em vertigem. Direção: Petra Costa. Produção: Petra Costa, Joanna Natasegara, Shane Boris e Tiago Pavan. Brasil: Netflix, 2019, cor, 121 min. Acesso em: 27 maio 2021.

Projeto Brasil: Nunca Mais

ARMAZÉM MEMÓRIA. **Depoimentos Projeto Brasil Nunca Mais – Eny Raimundo Moreira**. 2013, 25 min. Disponível em: <https://youtu.be/VuFK3tbj7w4>. Acesso em: 16 nov. 2020. YouTube Canal.

ARMAZÉM MEMÓRIA. **Depoimentos Projeto Brasil Nunca Mais – Luis Carlos Sigmaringa Seixas**. 2013, 18 min. Disponível em: <https://youtu.be/Wn55E6eK5uo>. Acesso em: 16 nov. 2020. YouTube Canal.

ARMAZÉM MEMÓRIA. **Depoimentos Projeto Brasil Nunca Mais – Luis Eduardo Greenhalgh**. 2013, 18 min. Disponível em: <https://youtu.be/50sORRXUkHI>. Acesso em: 16 nov. 2020. YouTube Canal.

ARMAZÉM MEMÓRIA. **Depoimentos Projeto Brasil Nunca Mais – Paulo Vanucchi**. 2013, 36 min. Disponível em: https://youtu.be/5u_7niEG9T8. Acesso em: 16 nov. 2020. YouTube Canal.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Projeto Brasil: Nunca Mais**. Tomo I – O Regime Militar. São Paulo, 1985

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Projeto Brasil: Nunca Mais**. Tomo II, vol 1 – A Pesquisa BNM (Os instrumentos de pesquisa e a fonte). São Paulo, 1985

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Projeto Brasil: Nunca Mais**. Tomo II, vol 2 – Os atingidos. São Paulo, 1985

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Projeto Brasil: Nunca Mais**. Tomo II, vol 3 – Os funcionários. São Paulo, 1985

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Projeto Brasil: Nunca Mais**. Tomo III – Perfil dos atingidos. São Paulo, 1985

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Projeto Brasil: Nunca Mais**. Tomo IV – As leis repressivas. São Paulo, 1985

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Projeto Brasil: Nunca Mais**. Tomo V, vol 1 – A tortura. São Paulo, 1985

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Projeto Brasil: Nunca Mais**. Tomo V, vol 2 – As torturas. São Paulo, 1985

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Projeto Brasil: Nunca Mais**. Tomo V, vol 3 – As torturas. São Paulo, 1985

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Projeto Brasil: Nunca Mais**. Tomo V, vol 4 – Os mortos. São Paulo, 1985

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais: um relato para a história**. Petrópolis: Vozes, 2009

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v.1**. Disponível em: <www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>. Acesso em 16 nov. 2020.

BRASIL: NUNCA MAIS DIGITAL. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/>>. Acesso em 26 jan. 2021.

MITRA ARQUIDIOCESANA DE SÃO PAULO. **Perfil dos atingidos – Projeto Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1988

Folha de S. Paulo (SP)

ANISTIA é obstáculo para punição de torturadores, afirma pastor. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 dez. 1985.

AZEVEDO, Dermi. Reverendo diz que pesquisa identificou 350 torturadores. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 ago. 1985.

“BRASIL Nunca Mais” acusa 444 da prática de tortura. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 nov. 1985.

CALDAS, Álvaro. Ex-presos políticos inocentam capitão Poeck. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 nov. 1985.

COMPARATO, Fábio Konder. Isto aqui não é a Suécia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 ago. 1985.

CORONEL é acusado. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 dez. 1985.

D. PAULO responde a ex-presidente dizendo seguir “exemplo de Cristo”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 dez. 1985.

EQUIPE de pesquisadores lança livro sobre repressão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 jul. 1985.

EX-PRESO diz que Medeiros o ameaçou. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 nov. 1985.

GANDRA, José Ruy. “Brasil: Nunca Mais” revela bastidores da tortura no País. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 ago. 1985.

IGREJA e tortura. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 set. 1985.

LEI de anistia continua em vigor. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 nov. 1985.

LIVRO sobre tortura. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 out. 1985.

MILITARES repudiam dossiê. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 nov. 1985.

PASSARINHO, Jarbas. Repondo a verdade histórica. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 out. 1985.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. O “Nunca Mais” brasileiro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1 set. 1985.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. E os torturadores na Nova República?. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 nov. 1985.

TAVARES, Rita. Segurança nacional, polêmica que marcará nova Carta. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1 set. 1985.

444 foram denunciados de prática de tortura no período de 1964 a 1979. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 nov. 1985.

Isto É (SP)

BATISTA, Jorge. Inventário do horror. **Isto É**, São Paulo, 31 jul. 1985.

LIVRO aberto. **Isto É**, São Paulo, 27 nov. 1985.

Jornal do Brasil (RJ)

ACUSADO culpa a má informação. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 nov. 1985.

BEST-seller. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 jul. 1985.

BRIGADEIROS, coronéis, majores, capitães.... **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 nov. 1985.

CORRÊA, Marcos Sá. A República de Halley. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1 dez. 1985.

CURIÓ condena revanchismo e acusa 21. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 ago. 1985.

DELEGADO: “Cumprí minha obrigação”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 nov. 1985.

ECONOMISTA acusa Albernaz. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 nov. 1985.

EX-PRESO diz que Medeiros não torturava. Ameaçava. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 nov. 1985.

EX-PRESOS reabilitam Poeck: “Não é ele”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 nov. 1985.

GENERAL nada tem a declarar. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 nov. 1985.

JÂNIO escolhe auxiliar acusado de torturador. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 dez. 1985.

JÂNIO manda a Igreja não interferir e diz que absolve coronel. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 dez. 1985.

JÂNIO não comenta acusação a coronel. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 dez. 1985.

LEGISTA processa editora. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 set. 1985.

LISTA de 444 torturadores inclui o general Medeiros. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 nov. 1985.

NA Oban, era o temível "Major Tibiriçá". **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 17 ago. 1985.

PELLEGRINO, Hélio. Tortura, nunca mais. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 ago. 1985.

PELLEGRINO, Hélio. A torturante culpa da tortura. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 4 set. 1985.

POLESI, Alexandre. Brasil: Nunca Mais - "História sem revanchismo". **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 28 jul. 1985.

SEMINÁRIO faz o balanço de duas décadas de tortura. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 out. 1985.

SOBRINHO, Barbosa Lima. A hora da verdade. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 25 ago. 1985.

VILLAS-BOAS, Luciana. Nunca Mais - Um dossiê exuma a tortura. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 jul. 1985.

O Estado de S. Paulo (SP)

DIAS, Antonio Erasmo. O livro do Cardeal. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 9 ago. 1985.

O Globo (RJ)

ARQUIDIOCESE teme estímulo a revanchismo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 ago. 1985.

COUTINHO, Edilberto. Tortura: documento, testemunho e apelo contra o tempo das trevas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 1 set. 1985.

TRÉGUA dura pouco: Jânio empurra problema de emprego para Montoro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 dez. 1985.

UM nome constante nos documentos de denúncia. No Sul, outras duas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 ago. 1985.

Veja (SP)

A tortura, num sucesso das livrarias. **Veja**, São Paulo, 2 out. 1985.

ENTRE amigos. **Veja**, São Paulo, 25 dez. 1985.

PASSADO torturante. **Veja**, São Paulo, 27 nov. 1985.

PORÃO iluminado. **Veja**, São Paulo, 24 jul. 1985.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves de. **A mídia na transição democrática brasileira.** Sociologia, problemas e práticas, Lisboa, nº 48, 2005, pp. 53-65.

ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa (1970-2000).** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

ADORNO, Sérgio. **História e desventura: o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos.** Novos Estudos - Cebrap, n. 86, pp-5-20, 2010.

ALÓ, Walter Angelo Fernandes. **Teologia das brechas: a atuação do reverendo Jaime Wright na defesa dos direitos humanos durante as ditaduras de segurança nacional no Cone Sul (1976-1988).** In: ANDRADE, Ana Célia Navarro de; CRUZ, Heloisa de Faria (orgs). Clamor e ditaduras no Cone Sul: documentação, memória e pesquisa. São Paulo: Educ: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2020. Edição Kindle.

ARAUJO, Maria Paula, **Comissões de Verdade: um debate ético-político na contemporaneidade.** In: ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Mônica (orgs). Violência na história: memória, trauma e reparação. Rio de Janeiro: Editora Ponteio, 2012. Edição Kindle.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto, **Sobre história: memória e imprensa.** In: ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes (orgs). Outras histórias: memórias e linguagens. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2006.

BAUER, Caroline Silveira. **A produção dos relatórios Nunca Mais na Argentina e no Brasil: aspectos das transições políticas e da constituição da memória sobre a repressão.** Revista de História Comparada, v. 2, n. 1, Ago. 2012.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **Fé na luta: a Comissão Justiça e Paz de São Paulo, da ditadura à democratização.** São Paulo: Lettera.doc, 2009.

BEZERRA, Ellen Natucha Pedroza. **Os embates em torno da memória das ditaduras militares no Brasil e na Argentina.** In: MENESES, Sônia (org). História, memória e direitos. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

CASTILHO, Marcio de Souza. **Sob o império do arbítrio: Prêmio Esso, imprensa e ditadura.** São Paulo: Alameda, 2019.

CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina e SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

CRUZ, Heloisa de Faria. **Direito à memória e patrimônio documental.** História e perspectiva, n. 54, Jan-Jul. 2016.

CRUZ, Heloisa de Faria. **Rompendo fronteiras: movimentos e imprensa de direitos humanos no Cone Sul (1970/1980)**. Projeto História, v. 66, pp. 255-289, Set-Dez. 2019.

CRUZ, Heloisa de Faria; FENELON, Déa Ribeiro; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha, **Introdução**. In: ALMEIDA, Paulo Roberto de; FENELON, Déa Ribeiro; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes (orgs). Muitas memórias, outras histórias. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004.

CRUZ, Heloisa de Faria; KHOURY, Yara Aun; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha, **Introdução**. In: ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes (orgs). Outras histórias: memórias e linguagens. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2006.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O estável poder de veto das Forças Armadas sobre o tema da anistia política no Brasil**. Varia História, v.28, n. 48, pp. 573-597, Jul-Dez. 2012.

DARNTON, Robert. **Introdução**. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs). Revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800. São Paulo: Edusp, 1996.

DIAS, André Bonsanto. **O presente da memória: usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o "golpe de 1964" e a "ditabrandia"**. Curitiba, 2012. 203 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

DIAS, Reginaldo Benedito. **A Comissão Nacional da Verdade, a disputa da memória sobre o período da ditadura e o tempo presente**. Revista Patrimônio e Memória, v. 9, n. 1, pp. 71-95, Jan-Jun. 2013.

FESTER, Antonio Carlos Ribeiro. **Justiça e Paz: Memórias da Comissão de São Paulo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

FERREIRA, Jorge, **O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática**. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs). O Brasil Republicano – O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FERRI, Marilda, SYDOW, Evanize. **Dom Paulo: um homem amado e perseguido**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FICO, Carlos, **Brasil: a transição inconclusa**. In: ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Mônica (orgs). Violência na história: memória, trauma e reparação. Rio de Janeiro: Editora Ponteio, 2012. Edição Kindle.

FIGUEIREDO, Lucas. **Olho por olho, os livros secretos da ditadura**. São Paulo: Record, 2009.

FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FREIRE, Américo, SYDOW, Evanize. **Frei Betto: biografia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria.** Madri: Siglo XXI de España Editores, 2002.

KHOURY, Yara Aun, **Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história.** In: ALMEIDA, Paulo Roberto de; FENELON, Déa Ribeiro; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes (orgs). *Muitas memórias, outras histórias.* São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004.

KINZO, Maria D'Alva Gil. **A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição.** São Paulo em Perspectiva, v. 15, n. 4, pp. 3-12, 2001.

KOTSCHO, Ricardo. **Do golpe ao Planalto: uma vida de repórter.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988.** São Paulo: Boitempo, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Unicamp, 2016.

LIMA, Samarone. **Clamor, a vitória de uma conspiração brasileira.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

MACIEL, David. **A argamassa da ordem – da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985).** São Paulo: Xamã, 2004.

MACIEL, Laura Antunes, **Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920.** In: ALMEIDA, Paulo Roberto de; FENELON, Déa Ribeiro; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes (orgs). *Muitas memórias, outras histórias.* São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004.

MARTINS FILHO, João Roberto. **A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares.** Varia História, n. 28, pp. 178-201, Dez. 2002.

MAUÉS, Flamarion. **Os livros de denúncia da tortura após o golpe de 1964.** Cadernos Cedem, v. 2, n. 1, pp. 47-59, 2011.

MELO, Egberto; MENESES, Sônia, **História, memória e leituras do passado: O que os embates sobre Dom Paulo Evaristo Arns e o coronel Brilhante Ustra nas redes sociais podem nos ensinar?.** In: MENESES, Sônia (org). *História, memória e direitos.* São Paulo: Letra e Voz, 2019.

MEZAROBBA, Glenda, **O processo de acerto de contas e a lógica do arbítrio**. In: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (orgs). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MOTTA, Cezar. **Até a última página – Uma história do Jornal do Brasil**. São Paulo: Editora Objetiva, 2018. Edição Kindle.

NAPOLITANO, Marcos, **1964: História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014. Edição Kindle.

PEREIRA, Lauro Ávila. **As revistas Isto É e Veja na transição política brasileira (1976-1984)**. São Paulo, 2017. 322 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

PIRES, Elaine Muniz. **Imprensa, ditadura e democracia: A construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha (1978/2004)**. São Paulo, 2008. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, pp 3-15, 1989.

ROCHA, Jan. **Solidariedade não tem fronteiras**. São Paulo: Outras Expressões, 2018.

SPIELER, Paula, QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (coords). **Advocacia em tempos difíceis**. Curitiba: Edição do Autor, 2013.

TRAQUINA, Nelson, **As notícias**. In: TRAQUINA, Nelson (org). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Florianópolis: Editora Insular, 2016.

TELES, Janaína de Almeida, **Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por “verdade e justiça” no Brasil**. In: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (orgs). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

TESSITORE, Viviane. **Projeto "Brasil Nunca Mais": reconstrução histórica, recuperação e aplicação da metodologia**. *Revista Projeto História*, n. 50, pp. 275-288, Ago. 2014.

WESCHLER, Lawrence. **Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.